



Análise Comparativa do Normativo Contabilístico e do Sistema Fiscal entre Angola e Portugal

Márcia Manuela Serra Fançony

Relatório de Estágio apresentado ao Instituto Politécnico de Viana do Castelo para obtenção do Grau de Mestre em Contabilidade e Finanças

Orientador: Professora Doutora Alexandra Fontes

Coorientador: Dr. Gil Dias

Esta dissertação inclui as críticas e sugestões feitas pelo Júri.

Viana do Castelo, novembro, 2014



Análise Comparativa do Normativo Contabilístico e do Sistema Fiscal entre Angola e Portugal

Márcia Manuela Serra Fançony

Orientador: Professora Doutora Alexandra Fontes

Coorientador: Dr. Gil Dias

Viana do Castelo, novembro, 2014

Resumo

O presente tema em estudo tem como objetivo, através de uma análise descritiva e comparativa, identificar as principais diferenças do normativo contabilístico e do sistema fiscal entre Angola e Portugal.

Da análise comparativa, a nível contabilístico, podemos concluir que existem algumas semelhanças entre o Plano Geral de Contabilidade Angolano (PGCA) e o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em resultado da influência do normativo contabilístico português na elaboração do PCGA. Apesar destas semelhanças, detetamos algumas diferenças, as quais resultam do vazio normativo evidenciado pelo PGCA em algumas matérias, bem como pelas alterações verificadas no normativo contabilístico português, em resultado da transposição das normas do *International Accounting Standards Board* (IASB) adotadas pela União Europeia (UE). Assim, apesar de verificarmos influências do normativo português no PCGA, este não acompanhou a evolução verificada no normativo contabilístico português, a qual culminou com a aprovação do SNC.

A nível do sistema fiscal, por um lado, temos Angola que se encontra em plena reforma do sistema tributário com necessidade de reajustar alguns dos seus diplomas. Por outro lado, temos Portugal que, nos últimos anos, o seu sistema fiscal tem sido alvo de sucessivas alterações face ao atual contexto político e económico.

Do estudo realizado concluímos que as entidades angolanas têm uma grande dificuldade na recolha de informação relativamente aos contribuintes. Existe imensa dificuldade por parte das autoridades para fazerem com que os contribuintes cumpram com as leis, uma vez que, os angolanos ainda não têm a cultura de pagar impostos, desconhecendo por vezes os benefícios que poderão vir a ter. Não obstante os esforços desenvolvidos pelas autoridades angolanas, existe ainda muito trabalho a ser feito relativamente as receitas que advêm dos restantes impostos.

Palavras – Chave: Normativo Contabilístico; Plano Geral de Contabilidade Angolano; Sistema de Normalização Contabilística; Sistema Fiscal Angolano; Sistema Fiscal Português.

Abstract

This study purposes, through a descriptive and comparative analysis, to identify the main differences from the accounting standards and the tax system between Angola and Portugal. The relevance of this theme derives not only by the historical and linguistic ties, but also by the strong presence of Portuguese companies operating in Angola and the existence of investment of Angolan companies in the Portuguese economy.

From the comparative analysis, at the accounting level, we can conclude that there are some similarities between the Angolan General Accounting Plan and the Accounting Standardization System, derived from the influence of the Portuguese accounting standards on the development of the Angolan accounting system. Notwithstanding these similarities, some differences were detected, which result from gaps on Angolan accounting regulations, as well as those derived from the transposition to the Portuguese accounting system of the *International Accounting Standards Board* (IASB) adopted by the European Union. There by, despite the of influences of the Portuguese standardization on the Angolan General Accounting Plan, this has not kept in pace with the developments of the Portuguese accounting standards, which culminated with the approval of the SNC

The level of the tax system, on one hand, Angola which is going through a full reform of its tax system needs to readjust some of their diplomas. On the other hand, recently, Portuguese tax system has also been subject to successive amendments in face of the current political and economic context.

The study concludes that the Angolan authorities have great difficulty in gathering information regarding taxpayers. There is great difficulty by the authorities to bring those taxpayers to comply with the laws, since the Angolans still do not have the culture of paying taxes, ignoring sometimes the benefits derived from the compliance. Despite the efforts developed by the Angolan authorities, there is still much work to be done regarding the outcome revenues of other taxes.

Keywords: Accounting Standards, Angolan General Accounting Plan, Accounting Standardization System, Angolan Tax System; Portuguese Tax System.

Resumen

Este estudio tiene como objetivo a través de un análisis descriptivo y comparativo, la identificación de las principales diferencias de las normas de contabilidad y el sistema fiscal entre Angola y Portugal.

De la análisis comparativo, en la contabilidad, podemos concluir que hay algunas similitudes entre la Contabilidad General Plan de Angola y el Sistema de Normalización Contable, como resultado de la influencia de las normas contables portuguesas en la preparación de los normativos de Angola. A pesar de estas similitudes, encontramos algunas diferencias, que resultan de vacío jurídico evidenciado por las reglas en algunos asuntos, así como por los cambios en las normas contables portuguesas como resultado de la transposición de las normas del Consejo de Normas Internacionales de Contabilidad (IASB) adoptadas por la Unión Europea. Así, a pesar de que después de haber visto influencias del Derecho portugués en los normativos de Angola, esta no siguió la evolución de las normas contables portuguesas, que culminaron con la aprobación de la SNC.

El nivel del sistema fiscal, por un lado, tenemos a Angola, que se encuentra en la reforma completa del sistema tributario tiene que ajustar algunos de sus diplomas. Por otro lado, tenemos que Portugal, en los últimos años, su sistema fiscal ha sido objeto de sucesivas modificaciones sobre el contexto político y económico actual.

El estudio concluyó que las autoridades angoleñas tienen gran dificultad en la recogida de información sobre los contribuyentes. Existe una gran dificultad por las autoridades que ver con que los contribuyentes cumplan con las leyes, ya que los angoleños todavía no tienen una cultura de pago de impuestos, a veces ignorando los beneficios que puedan tener. A pesar de los esfuerzos realizados por las autoridades angoleñas, todavía hay mucho trabajo por hacer sobre los ingresos que provienen de otros impuestos.

Palabras - clave: Normas Contables; Plan General de Contabilidad de Angola; Normas de contabilidad del Sistema; Sistema fiscal de Angola; Sistema fiscal Portugués.

Agradecimentos

À Professora Doutora Alexandra Fontes, pela disponibilidade e apoio prestado ao longo deste trabalho, e pelos bem merecidos “puxões de orelhas”.

Ao Professor Dr. Gil Dias, pela oportunidade que me foi dada para a realização do estágio, pelo apoio prestado e pela disponibilidade. E às funcionárias do Gabinete de Contabilidade M.Dias, Lda., pelo apoio, disponibilidade e paciência.

Aos colegas e amigos que partilharam comigo estes dois anos, pelo companheirismo e amizade.

Aos meus irmãos Gisela, Luís Carlos Helton e Kersey, pela motivação, inspiração e por estarem sempre presentes.

À minha irmã Patrícia, pela motivação, inspiração e exemplo. Obrigado por teres cuidado e continuares a cuidar de nós.

Ao meu Pai Mário por tornar tudo isto possível e pelo apoio que sempre deu.

À minha mãe Ana Maria, a melhor e mais maravilhosa mãe do mundo. A mulher que mais me inspira, a mulher sem a qual nada disto seria possível. Obrigado por nunca teres deixado que desista, pelo incentivo e por estares sempre presente nos bons e maus momentos.

E um obrigado a todos que direta ou indiretamente marcaram este percurso.

Índice

Siglas.....	I
Índice Figuras e Gráfico.....	III
Índice Tabelas	III
Introdução	1
1.Estudo Comparativo do Normativo Contabilístico entre Angola e Portugal	4
1.1. Caracterização do PGCA.....	4
1.2. Caracterização do SNC	5
1.3. Análise comparativa PGCA e SNC	7
1.3.1. Políticas Contabilísticas Versus Estrutura Concetual	7
1.3.1.1. Características Qualitativas	8
1.3.1.2. Princípios Contabilísticos	9
1.3.1.3. Bases de Apresentação	10
1.3.1.4. Critério de Reconhecimento para as DF's	10
1.3.1.5. Valorimetria PGCA/ Mensuração SNC.....	12
1.3.2. Demonstrações Financeiras.....	13
1.3.2.1. Balanço	15
1.3.2.2. Demonstração dos Resultados.....	15
1.3.2.3. Demonstração de Fluxos de Caixa.....	16
1.3.2.4. Demonstração de Alteração no Capital Próprio (SNC)	17
1.3.3. Notas às Contas (PGCA) /Anexos (SNC)	17
1.3.4. Listas de contas (PGCA) /Código de Contas (SNC)	18
1.3.4.1. Classe 1 – Meios fixos de investimento/ Classe 4 - Investimentos	19
1.3.4.2. Classe 2 – Existências/ Classe 3 – Inventários e ativos biológicos.....	22
1.3.4.3. Classe 3 – Terceiros/ Classe 2 – Contas a receber e a pagar.....	25
1.3.4.4. Classe 4 – Meios Monetários/ Classe 1 – Meios Financeiros Líquidos.....	27
1.3.4.5. Classe 5 – Capital e reservas/ Classe 5 – Capital, reservas e resultados transitados	28
1.3.4.6. Classe 6 – Proveitos e ganhos por natureza / Classe 7-Rendimentos	30
1.3.4.7. Classe 7 – Custos e perdas por natureza/ Classe 6 - Gastos.....	32
1.3.4.8. Classe 8 – Resultados (PGCA e SNC).....	33
2. Estudo Comparativo do Sistema Fiscal Angolano e Português	36

2.1. Análise Comparativa entre o Sistema fiscal Angolano e Português	37
2.1.1. Impostos Sobre o Rendimento.....	39
2.1.1.1. Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.....	39
2.1.1.2. Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.....	47
2.1.2. Imposto Sobre o Consumo	60
2.1.2.1. Imposto sobre o Consumo	60
2.1.2.2. Imposto Sobre o Valor Acrescentado	63
2.1.3. Regime de tributação especial em Angola	67
2.1.3.1. Tributação das Atividades Petrolíferas	68
3. Desenvolvimento do Estágio.....	74
3.1. Caraterização da Empresa	74
3.2. Plano de Estágio	74
3.3. Atividades Desenvolvidas.....	74
3.4. Caso Prático.....	80
Considerações Finais	86
Bibliografia	89
Anexos	96
Anexo I - Modelo Balanço	96
Anexo II - Modelo de Demonstração dos Resultados por natureza	98
Anexo III - Modelo de Demonstração dos Resultados por Funções	100
Anexo IV - Modelos das Demonstrações dos Fluxos de Caixa	102
Anexo V – Demonstração das Alterações no Capital Próprio SNC	108
Anexo VI – Documento de Liquidação de Impostos.....	109
Anexo VII - Declaração Modelo nº2 do IRT	110
Anexo VIII – Declaração Modelo nº1 do IRT	111
Anexo IX – Modelo 3 IRS	112
Anexo X – Declaração Rendimentos Grupo A - Modelo nº1 do II	113
Anexo XI – Modelo 22 IRC	117

Siglas

CC – Código de Contas

CII – Código do Imposto Industrial

CIRC – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

CIRS – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

CIRT – Código do Imposto sobre o Rendimento do Trabalho

CIVA – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

CNC – Comissão de Normalização Contabilística

CPP – Contratos de Partilha e Produção

CRA – Constituição da República de Angola

CRP – Constituição da República Portuguesa

CSC – Código das Sociedades Comerciais

DACP – Demonstração das Alterações no Capital Próprio

DF's – Demonstrações Financeiras

DFC – Demonstração de Fluxos de Caixa

EC – Estrutura Concetual

EM – Estado Membro

ESNL – Entidades do Setor não Lucrativo

IAS – *International Accounting Standards*

IASB – *International Accounting Standards Board*

IC – Imposto Sobre o Consumo

IES – Informação Empresarial Simplificada

IFRS – *International Financial Reporting Standards*

II – Imposto Industrial

IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

IRT – Imposto sobre o Rendimento do Trabalho

ISP – Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

LGT – Lei Geral Tributária

NCM – Normalização Contabilística para as Microentidades

NCRF – Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro

NCRF-PE – Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Pequenas Entidades

NI – Normas Interpretativas

OE – Orçamento de Estado

PERT – Projeto Executivo para a Reforma Tributária

PGCA – Plano Geral de Contabilidade Angolano

PME – Pequenas e Médias Empresas

POC – Plano Oficial de Contabilidade

RF – Repartição Fiscal

RIC – Regulamento do Imposto de Consumo

RITI – Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

UE – União Europeia

USD – United States Dollar

Índice Figuras e Gráfico

Figura 1 - Estrutura do PGCA.....	5
Figura 2 - Estrutura SNC.....	6
Figura 3 - Cálculo do IRS	44
Figura 4 - Cálculo para a determinação da Matéria Coletável segundo o CII do Grupo A.....	49
Figura 5 - Determinação da Matéria Coletável.....	54
Figura 6 - Legislação sobre a Indústria Petrolífera em Angola.....	69
Figura 7 - Determinação do IRC	77
Gráfico 1 – Receitas Fiscais 2014.....	37

Índice Tabelas

Tabela 1 - Comparação "Políticas Contabilísticas" (PGCA) e EC (SNC).	8
Tabela 2 - Síntese comparativa das características qualitativas e princípios contabilístico.	9
Tabela 3 - Síntese Comparativa dos Critérios de reconhecimento entre o PGCA e o SNC.	11
Tabela 4 - Bases de Valorimetria PGCA e SNC.....	12
Tabela 5 - Conjunto completo de DF's segundo o PGCA e SNC	14
Tabela 6 - Classes de contas PGCA e SNC.....	19
Tabela 7 - Comparação classe 1 (PGCA) e classe 4 (SNC).....	20
Tabela 8 - Comparação classe 2 (PGCA) e classe 3 (SNC).....	24
Tabela 9 - Comparação classe 3 (PGCA) e classe 2 (SNC).....	26
Tabela 10 - Comparação classe 4 (PGCA) e classe 1 (SNC).....	27
Tabela 11 - Comparação classe 5 PGCA e SNC.....	29
Tabela 12 - Comparação classe 6 (PGCA) e classe 7 (SNC).....	31
Tabela 13 - Comparação classe 7 (PGCA) e classe 6 (SNC).....	32
Tabela 14 - Comparação classe 8 PGCA e SNC.....	33
Tabela 15 - Comparação de elementos das DF's entre SNC, PGCA e POC.....	35
Tabela 16 - Evolução das receitas petrolíferas e não petrolíferas em Angola	36
Tabela 17 - Taxas Gerais de IRS.....	45
Tabela 18 – Síntese Comparação IRT e IRS.....	46
Tabela 19 - Proveitos e custos para efeitos fiscais segundo do CII.....	50
Tabela 20 - Rendimentos e gastos para efeitos fiscais em IRC	55
Tabela 21 - Tributação rendimentos pessoas coletivas em Angola e Portugal	58
Tabela 22 - Síntese Comparativa	72
Tabela 23 - Síntese Cálculo do Imposto	85

Introdução

A globalização da economia mundial, principalmente em termos de captação de recursos internacionais, vem intensificando a necessidade de uma harmonização da linguagem contabilística que seja transparente, confiável, relevante e comparável no âmbito internacional (Deloitte, 2007). Este processo de globalização caracteriza-se essencialmente pela abertura dos mercados nacionais ao comércio livre. É neste contexto, que se torna necessário a adoção de uma estratégia comum que permita, por um lado, estimular a igualdade de oportunidades de negócio e, por outro, estabelecer padrões de comparabilidade (Amaral, 2001).

Organismos como o IASB, surgiram com vista a criar um conjunto de normas aceites internacionalmente, que atenuem as diferentes práticas contabilísticas entre os países. A UE, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e a Organização da Nações Unidas, são organismos que também defendem o desenvolvimento de normas adaptáveis a todos os sistemas contabilísticos que possam ajudar os utentes da informação financeira. Contudo, dadas as especificidades de cada país, nem sempre é fácil a introdução dos normativos internacionais nos sistemas contabilísticos nacionais. Low *et al.* (2000, referido por Santos, 2005) apresentam um conjunto de fatores da envolvente que podem condicionar os sistemas contabilísticos, tais como o sistema político, o ambiente social em que se desenvolve a atividade económica, nível de estabilidade da moeda, estado do desenvolvimento económico, estado da educação e da organização profissional.

Portugal, enquanto Estado Membro (EM) da UE, é obrigado à adoção e utilização das normas emitidas pelo IASB. Em junho de 2000, a Comissão publicou uma comunicação que propõe, que todas as empresas cotadas elaborem as suas contas consolidadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade - *International Accounting Stanadars/International Financial Reporting Standars* (IAS/IFRS) (Gonçalves, 2007). Com o objetivo de resolver estas preocupações, foi publicado o Regulamento (CE) n°1606/2002 de 19 de julho, à aplicação das IAS/IFRS, com as seguintes orientações:

- A adoção e a utilização, na UE, das IAS/IFRS e interpretações da SIC/IFRIC;

- A partir de 2005, as sociedades cujos valores mobiliários estivessem admitidos à negociação num mercado regulamentado de qualquer EM, passariam a elaborar as suas contas consolidadas em conformidade com as IAS/IFRS;
- A partir de 2005, os EM podiam permitir ou exigir que as contas anuais (individuais) das sociedades cujos valores mobiliários estivessem admitidos à negociação num mercado regulamentado de qualquer EM, bem como as contas consolidadas e individuais das sociedades cujos títulos não fossem negociados publicamente, fossem elaboradas em conformidade com as IAS/IFRS.

Neste contexto, em 2003 a Comissão de Normalização Contabilística (CNC), aprovou o “Projeto de Linhas de Orientação para um Novo Modelo de Normalização Contabilística”, documento que surgiu na sequência do Regulamento (CE) nº1606/2002, relativo à aplicação das IAS/IFRS e que, portanto, seguiu de perto o normativo do IASB (Costa e Alves, 2013). Através do Decreto-Lei nº158/2009 de 13 de julho, foi aprovado o SNC, que segundo o mesmo normativo, “a normalização contabilística nacional deverá aproximar-se, tanto quanto possível, dos novos padrões por forma a proporcionar ao país o alinhamento com as Diretivas e Regulamentos contabilísticos da EU, sem ignorar, porém, as características do tecido empresarial português” (2009:4376).

Em Angola, segundo Tapa (2002), para fazer face à crescente globalização da economia mundial e a necessidade de harmonizar as práticas contabilísticas com as práticas internacionais, foi publicado o Decreto nº82/01 de 16 de novembro, que aprovou o PGCA, desenvolvido com base nas normas do IASB.

“Embora as normas internacionais assumam um caráter de prática geralmente aceite, compete aos organismos nacionais representarem um interface entre os interesses e necessidades nacionais e os desenvolvimentos internacionais, contribuindo assim para uma melhor aceitação das normas internacionais ao nacional”.

(PGCA, ponto 1:2, “Justificação”)

Face ao exposto, as normas internacionais são introduzidas de forma gradual e adaptada, pelos organismos competentes, e não se sobrepondo as normas nacionais.

Angola é, neste momento, um país em processo de desenvolvimento e, por isso, necessita de se adaptar aos novos padrões internacionais, designadamente a nível contabilístico e fiscal, por forma a assegurar a sua competitividade no contexto internacional. Desde 2011, que o país se encontra em plena reforma do sistema fiscal, tendo passado por um longo

período de colonização e posteriormente, por uma guerra civil que durou quase trinta anos. O sistema fiscal angolano apresentava uma estrutura, organização e funcionamento com traços típicos dos sistemas subdesenvolvidos. Segundo Figueira (2012), esta remodelação vai fazer com que os impostos fiquem menos dependentes das receitas do petróleo. Por outro lado, considera que esta reforma irá aproximar o sistema fiscal angolano dos países, com os quais o sistema fiscal deve ser comparado, tornando-o mais moderno e criando maior justiça fiscal.

A elaboração deste relatório resulta do estágio curricular realizado no âmbito do Mestrado em Contabilidade e Finanças do Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Decorreu no gabinete de contabilidade M.Dias, lda, com sede em Ponte de Lima e cuja atividade principal é a prestação de serviços de contabilidade e consultoria. O estágio foi desenvolvido durante aproximadamente três meses, o qual teve como objetivo central, o contacto com a realidade do trabalho contabilístico e fiscal.

Este relatório, que obedece uma metodologia de base documental, será um estudo interpretativo, descritivo e comparativo.

O presente relatório encontra-se estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo assenta principalmente na análise descritiva da estrutura do PGCA e do SNC. Posteriormente, neste mesmo capítulo, com vista a identificar as principais diferenças e semelhanças entre ambos os normativos, procederemos a análise comparativa das políticas contabilísticas, das Demonstrações Financeiras (DF's) e das diferentes classes de contas. No segundo capítulo, é efetuada uma análise do sistema fiscal dos dois países em estudo, com especial destaque dos impostos com mais representatividade em ambos os sistemas, de forma a ser possível proceder a respetiva comparação sobre estes mesmos impostos. Por último, no terceiro capítulo, é apresentado um estudo de caso, onde iremos fazer uma breve caracterização da empresa onde foi realizado o estágio curricular, descrever algumas das atividades desenvolvidas e, posteriormente, uma análise dos principais procedimentos a que as empresas estão obrigadas a realizar em Angola e Portugal. Serão também apresentadas algumas conclusões derivadas do estudo realizado e apresentadas algumas sugestões para possíveis investigações futuras.

1. Estudo Comparativo do Normativo Contabilístico entre Angola e Portugal

Neste capítulo começamos por fazer uma abordagem aos sistemas contabilísticos angolano e português, a fim de percebermos as características de cada um, de forma a evidenciar as principais diferenças, para posterior análise comparativa.

1.1. Caracterização do PGCA

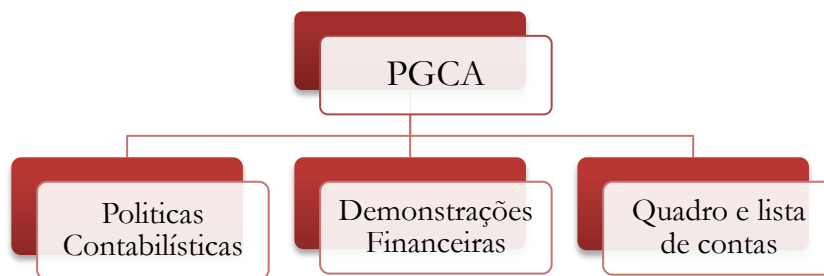
O PGCA, normativo angolano aprovado pelo Decreto nº82/01 de 16 de novembro, tem como objetivo a melhoria da informação produzida, revogando o anterior normativo que se apresentava desajustado para as novas exigências resultantes da abertura ao mercado externo.

Nos termos do artigo 2º do referido decreto, o PGCA é obrigatoriamente aplicável às Sociedades Comerciais e Empresas Públicas, que exerçam atividade em Angola e/ou em outros países, mas que tenham a respetiva sede em território angolano. Encontram-se excluídas de aplicação, as entidades para as quais estejam previstas legislação específica, e aqueles que exerçam atividade a título individual.

É da competência do Ministro das Finanças alterar os elementos do PGCA através de um Decreto Executivo, o qual pressupõe a consulta da Ordem dos Contabilistas e do Peritos Contabilistas (entidade responsável pela defesa e o desenvolvimento da profissão de contabilista em Angola, tal como referem os artigos 6º e 7º).

Santos (2005: 89) diz-nos que “ o referencial contabilístico utilizado em Angola é de carácter público e segue uma linha de orientação jurídico-fiscal”- isto é, os documentos que regem a contabilidade são procedentes de órgãos do governo, deixando perceber uma forte influência da fiscalidade. Neste sentido, a contabilidade sustenta a sua afirmação através de diplomas legais, que funcionam como instrumentos de política económica e fiscal. Assim, o PGCA caracteriza-se por uma ausência de uma estrutura concetual autónoma. O normativo contabilístico Angolano contemplando, um conjunto de normas e procedimentos, que servem de guia e modelo para a elaboração das DF's Magro & Magro (2008), tal como podemos observar na figura 1.

Figura 1 - Estrutura do PGCA



Fonte: Elaboração própria, baseado no PGCA.

Em Angola, sete em cada dez empresas encerram as suas atividades antes dos cinco anos de vida, por falta de uma contabilidade organizada (INAPEM, 2012)¹. Em 2011, através da Lei nº30/11 de 13 de setembro, foi aprovada a Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas, que estabelece normas de tratamento, bem como as condições de acesso a incentivos a nível fiscal, como a redução das taxas do Imposto Industrial (II), isenção do pagamento do Imposto de Selo, entre outros.

Segundo esta lei, são consideradas:

- a) Micro Empresas, as entidades com um máximo de 10 trabalhadores e/ou uma faturação bruta anual não superior a 250 mil United States Dollar (USD);
- b) Pequenas Empresas, as entidades que empreguem entre 10 e 100 trabalhadores e/ou com faturação anual entre 250 mil USD e 3 milhões USD;
- c) Médias Empresas, as entidades que empreguem entre 100 e 200 trabalhadores e/ou com faturação anual de 3 milhões USD e 10 milhões USD.

Para que estas empresas possam ter acesso aos incentivos, deverão conter no mínimo contabilidade básica, organização e gestão de empresas e direito de empresa, nos termos dos artigos 11º, 12º e 13º da Lei nº30/11 de 13 de setembro.

1.2. Caracterização do SNC

O normativo português, a CNC, através do Decreto-Lei nº158/2009 de 13 de julho, aprovou o SNC, que resulta de uma adaptação das IAS/IFRS à realidade portuguesa. Este

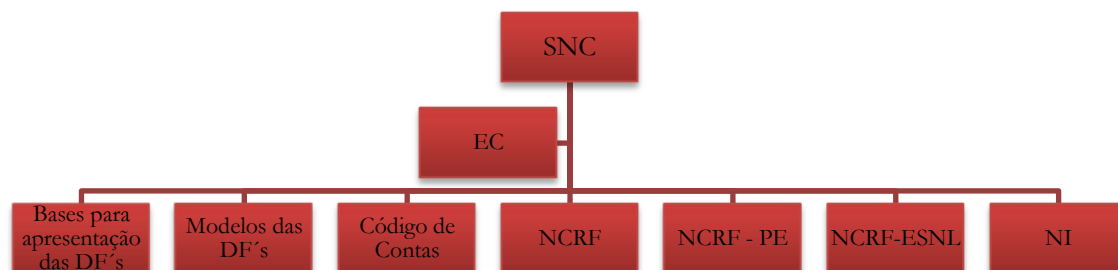
¹ INAPEM – Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas. É a entidade responsável pelo apoio a este tipo de empresas em Angola. Tem como função certificar as Micro, Pequenas e Médias Empresas, dá formação e serviços de consultadoria aos novos empresários.

novo sistema, baseia-se mais em princípios, e não tanto em regras, estando assim em sintonia com as normas emitidas pelo IASB e adotadas pela UE.

Atendendo os termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº158/2009 de 13 de julho, o SNC é obrigatoriamente aplicável as sociedades abrangidas pelo Código das Sociedades Comerciais (CSC), empresas individuais reguladas pelo Código Comercial, Estabelecimentos Individuais de Responsabilidade Limitada (EIRL), Empresas Públicas, Cooperativas e Agrupamentos complementares de empresas e agrupamentos europeus de interesse económico. Já as entidades cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado, devem elaborar as suas contas consolidadas em conformidade com as normas do IASB, tal como refere do artigo 4º do mesmo diploma.

É da competência da CNC emitir normas, pareceres e recomendações relativos as entidades inseridas no setor empresarial e setor público de forma a assegurar os procedimentos contabilísticos harmonizadores com as normas europeias e internacionais. Compete também a este organismos apresentar ao Governo propostas de alteração do SNC e dos demais normativos (CNC, 2014).

Figura 2 - Estrutura SNC



Fonte: **Elaboração própria, baseado no Decreto-Lei nº158/2009 de 13 de julho.** Tal como podemos observar na figura 2, o SNC integra os seguintes elementos: Bases para a apresentação de DF's, Modelos para as DF's, Código de Contas (CC), as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), direcionadas para a generalidade dos agentes económicos, sejam entidades públicas ou privadas, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Pequenas Entidades² (NCRF-PE), que tentam dar respostas as empresas de menor dimensão, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), que vêm dar respostas as

² Pequenas entidades – Consideram-se pequenas entidades, quando não ultrapassem 2 dos limites: total do balanço 500000; total de rendimentos 1000000 e nº trabalhadores 20.

especificidades das entidades do setor não lucrativo e as Normas Interpretativas (NI), que surgem para fazer face as lacunas que vão surgindo na aplicação dos normativos anteriores.

É importante referir que, em 2011, foi publicado o Decreto-Lei nº36-A/2011 de 9 de março, que aprova o regime de Normalização Contabilística para as Microentidades (NCM). Contudo, de salientar que, este normativo não faz parte integrante do SNC.

Seguidamente, proceder-se-á ao estudo comparativo entre o SNC e o PGCA. De forma a ser possível fazer uma análise coerente, começaremos por descrever os elementos do PGCA e a correspondência desses mesmos elementos no SNC.

1.3. Análise comparativa PGCA e SNC

1.3.1. Políticas Contabilísticas Versus Estrutura Concetual

Segundo o PGCA, as políticas contabilísticas são os princípios bases, convenções, regras e práticas que as entidades deverão adotar na preparação e apresentação das DF's. Estas políticas encontram-se na Estrutura Concetual (EC) do SNC. Soares (2010: 23), refere que “a Estrutura Conceptual, reflete não só a interpretação da teoria geral da contabilidade, mas também estabelece os fundamentos teóricos, a base para a respectiva elaboração das demonstrações financeiras”.

Na tabela 1, podemos observar que, estas políticas apresentam-se semelhantes entre os dois normativos. A diferença a destacar reside em torno da denominação das rubricas. De salientar que a “ausência” de rubrica princípios contabilísticos no SNC, explica-se pelo facto destes se encontrarem, neste normativo, previstos como características qualitativas e pressupostos subjacentes à elaboração das DF's.

Tabela 1 - Comparação "Políticas Contabilísticas" (PGCA) e EC (SNC).

Políticas Contabilísticas (PGCA)	Estrutura Concetual (SNC)
-Características qualitativas da informação financeira (Ponto 3)	- Características das DF's (§24 a 46)
- Bases de apresentação (Ponto 4)	- Pressupostos Subjacentes (§22 e 23)
- Princípios Contabilísticos (Ponto 5)	- S/C
- Critérios de Reconhecimento (Ponto 6)	- Critérios de Reconhecimento (§80 a 96)
- Valorimetria (Ponto 7)	- Bases de mensuração (§97 a 99)

Fonte: Elaboração própria, baseado no PGCA e SNC

1.3.1.1. Características Qualitativas

As características qualitativas, segundo o PGCA “ devem ser entendidas como atributos que tornam a informação prestada pelas demonstrações financeiras, útil aos utentes” (PGCA, ponto 3: 24). Sendo características qualitativas, tendo em conta o ponto 3 do PGCA, a relevância (a informação torna-se relevante quando esta é capaz de influenciar as decisões tomadas) e a fiabilidade (a informação tem a qualidade da fiabilidade quando estiver isenta de erros materiais e de preconceitos, este tem como requisitos a representação fidedigna, a substancia sobre a forma, neutralidade, prudência e plenitude) (Almeida *et al.*, 2014: 44).

No SNC, as características qualitativas encontram-se descritas nos §24 a 46 da EC, sendo estas:

- a relevância – a qual está associada não só à natureza das informações dadas, mas também depende do requisito da materialidade;
- a compreensibilidade;
- a fiabilidade – que tem como requisitos subjacentes a representação fidedigna, a substancia sobre a forma, neutralidade, prudência e a plenitude; e
- a comparabilidade.

Como podemos constatar, as características apresentam-se idênticas, excetuando a compreensibilidade e comparabilidade, as quais se apresentam como princípios contabilísticos no PGCA.

1.3.1.2. Princípios Contabilísticos

Nos termos do PGCA, os princípios contabilísticos são os fundamentos básicos da contabilidade, qualquer que seja a sua natureza concetual, válido para todas as entidades, independentemente da sua forma jurídica atividade e dimensão (PGCA, ponto 5). Estes desenvolveram-se para que a informação financeira seja útil e aceite sem receios pelos utilizadores que procura servir, mas são também a base que cada um dos modelos pretende representar, atendendo as operações e acontecimentos de cada entidade.

São princípios contabilísticos consignados no PGCA:

- A consistência – na apresentação e classificação dos itens das DF's;
- A materialidade – da informação prestada aos utentes;
- A não compensação de saldos; e
- A comparabilidade.

É de salientar que o PGCA faz uma distinção entre princípios contabilísticos e características qualitativas, o que não acontece no SNC, no qual os princípios contabilísticos do PGCA encontram-se contemplados nas características qualitativas, tal como podemos observar na tabela 2.

Tabela 2 - Síntese comparativa das características qualitativas e princípios contabilístico.

PGCA	SNC
Características Qualitativas:	Características Qualitativas:
Relevância	Relevância: Materialidade
Fiabilidade: Representação fidedigna Substancia sobre a forma Neutralidade Prudência Plenitude	Fiabilidade: Representação fidedigna Substancia sobre a forma Neutralidade Prudência Plenitude
N/D	Comparabilidade
N/D	Compreensibilidade
Princípios Contabilísticos:	
Consistência	N/D
Materialidade	N/D
Não compensação de saldos	N/D
Comparabilidade	N/D

Fonte: Elaboração própria, baseado nas políticas contabilísticas PGCA e EC do SNC.

De referir que o princípio contabilístico da não compensação de saldos, previsto no PGCA, encontra-se contemplado no SNC, nas Bases de apresentação das DF's.

1.3.1.3. Bases de Apresentação

As bases de apresentação das DF's constituem as regras e princípios essenciais a que devem obedecer um conjunto completo de DF's. Soares (2010: 17) refere que “são requisitos que conferem à informação financeira a apresentação apropriada”. Da análise efetuada ao Decreto nº82/01 de 16 de novembro, ponto 4 das políticas contabilísticas e o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, §22 e 23 da EC, constatamos que as bases de apresentação das DF's previstas no PGCA, correspondem aos pressupostos subjacentes às DF's contemplados no SNC.

Tanto no PGCA, como no SNC, as DF's devem ser preparadas tendo em conta:

- A continuidade – As DF's devem ser preparadas no pressuposto da continuidade e de que continuará a operar num futuro previsível;
- E o acréscimo – As operações e outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem, independentemente do respetivo recebimento ou pagamento.

1.3.1.4. Critério de Reconhecimento para as DF's

Segundo Almeida *et al.* (2014: 49), “o reconhecimento é o processo de incorporar no Balanço e na Demonstração dos Resultados um elemento que satisfaça a definição de uma classe e as condições para o seu reconhecimento”. Tanto no PGCA, como no SNC, é possível identificar um conjunto de critérios que cada elemento das DF's deverão apresentar. De uma forma geral, uma classe deve ser reconhecida se, atendendo ao §81 do SNC e ao Ponto 6 do PGCA:

- for provável que qualquer benefício económico futuro associado com um elemento, flua para a empresa;
- o item tiver um custo ou um valor que possa ser mensurado com fiabilidade.

Na tabela seguinte, é apresentada uma síntese comparativa, respeitante aos critérios de reconhecimento dos principais elementos das DF's no PGCA e no SNC.

Tabela 3 - Síntese Comparativa dos Critérios de reconhecimento entre o PGCA e o SNC.

PGCA	SNC
<p>Critérios de reconhecimento de Ativos Um ativo deve ser reconhecido no Balanço quando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - For provável que os benefícios económicos futuros fluam para a entidade. A determinação de existência de benefícios económicos futuros deve ser feita atendendo o grau de certeza dos benefícios, na base da evidência disponível no momento do reconhecimento inicial do ativo. - O ativo tenha um custo ou um valor que possa ser quantificado com fiabilidade. 	<p>Critérios de reconhecimento de Ativos Um ativo é reconhecido no Balanço quando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - For provável que os benefícios económicos futuros fluam para a entidade; - O ativo tenha um custo ou um valor que possa ser mensurado com fiabilidade.
<p>Critérios de reconhecimento de Passivos Um passivo deve ser reconhecido no Balanço quando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - For provável que da liquidação de uma obrigação presente resulte um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos; - A quantia pela qual a liquidação tenha lugar possa ser quantificada com fiabilidade. 	<p>Critérios de reconhecimento de Passivos Um passivo é reconhecido no Balanço quando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - For provável que um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos resulte da liquidação de uma obrigação presente; - E que a quantia pela qual a liquidação tenha lugar possa ser mensurada com fiabilidade.
<p>Critérios de reconhecimento de Proveitos Os proveitos devem ser reconhecidos na Demonstração dos Resultados quando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tenha surgido um aumento de benefícios económicos futuros relacionados com o aumento de um ativo ou com uma diminuição de um passivo; - Estes possam ser quantificados com fiabilidade. Face ao critério da prudência, os proveitos só devem ser reconhecidos quando satisfazerem uma condição adicional: tenham um grau suficiente de certeza. 	<p>Critérios de reconhecimento de Rendimentos Um rendimento é reconhecido na Demonstração dos Resultados quando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tenha surgido um aumento de benefícios económicos futuros relacionados com um aumento num ativo ou com a diminuição de um passivo; - E possa ser quantificado com fiabilidade.
<p>Critérios de reconhecimento de Custos Os custos devem ser reconhecidos na Demonstração dos Resultados quando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tenha surgido uma diminuição dos benefícios económicos futuros relacionados com uma diminuição num ativo ou com um aumento do passivo; - Estes possam ser quantificados com fiabilidade. Um custo é imediatamente reconhecido quando a despesa não produza benefícios económicos futuros ou estes não se qualifiquem ou deixem de quantificar-se para reconhecimento no balanço como um ativo. 	<p>Critérios de reconhecimento de Gastos Os gastos são reconhecidos na Demonstração dos Resultados quando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tenha surgido uma diminuição dos benefícios económicos futuros relacionados com uma diminuição num ativo ou com um aumento de um passivo; - E que possam ser mensurados com fiabilidade.

Fonte: Elaboração própria, baseado no Ponto 6 do PGCA e nos §§87 a 96 da EC do SNC.

Da análise comparativa correspondente aos critérios de reconhecimento, verificamos que estes se apresentam idênticos nos dois normativos, sendo que a diferença a destacar prende-se ao nível das denominações das rubricas.

Para além dos critérios acima mencionados, o PGCA, também apresenta critérios de reconhecimento para erros, alterações de estimativas e de políticas contabilísticas. Estes encontram o seu tratamento na NCRF 4, que tem por base a IAS 8.

1.3.1.5. Valorimetria PGCA/ Mensuração SNC

A terminar as linhas gerais que os profissionais de contabilidade devem seguir quando a elaboração das DF's, temos a valorimetria, que no SNC corresponde aos critérios de mensuração. A valorimetria refere-se ao processo de determinação da quantia pela qual as operações e outros acontecimentos devem ser reconhecidos e inscritas no balanço e na Demonstração dos Resultados (Ponto 7 do PGCA). As bases de valorimetria encontram-se descritas no ponto 7 do PGCA, e na EC do SNC (§ 97 a 99). Relativamente ao SNC, na EC as bases de mensuração encontram-se descritas de forma genérica, e cada NCRF indica o critério ou combinação de critérios que podem ser utilizados. As bases de valorimetria contempladas nos respetivos normativos encontram-se representadas na seguinte tabela:

Tabela 4 - Bases de Valorimetria PGCA e SNC

PGCA	SNC
Custo histórico	Custo histórico
Custo corrente	Custo corrente
Valor realizável	Valor realizável
Valor presente	Valor presente
	Justo valor

Fonte: Elaboração própria, baseado no PGCA e SNC.

No PGCA, genericamente é adotada como base de valorimetria global o custo histórico, uma vez que, segundo Almeida *et.al.* (2014: 52) “não tem em atenção nem as variações a nível geral de preços nem variações nos preços específicos dos ativos detidos”. Contudo, em circunstâncias específicas é permitido o uso das outras bases de valorimetria. Este normativo, estabelece critérios de medidas específicas para as transações em moeda estrangeiras, imobilizações, investimentos financeiros, existências e nas contas a pagar/receber. Embora não esteja previsto explicitamente o justo valor, o PGCA prevê a

sua utilização para investimentos financeiros que tenham sido adquiridos total ou parcialmente: pela emissão de ações ou outros títulos e por troca com outros ativos (Ponto 7 do PGCA).

Como já foi mencionado anteriormente, também o SNC, prevê a utilização de diferentes bases de mensuração. Não obstante a base geralmente adotada é o custo histórico (§99 da EC). Contudo, admite a combinação deste com outras bases de mensuração, consoante o ativo em causa. No SNC, o justo valor só é adotado quando é relativamente fácil a mensuração do ativo em causa, ou seja, em situações em que exista um mercado regulamentado onde se possa determinar o justo valor com fiabilidade, designadamente: (i) quando exista listagem oficial de preços (caso dos bens agrícolas, ativos biológicos consumíveis) ou cotações de mercado (caso dos instrumentos financeiros e investimentos financeiros); ou (ii) situações em que tenha havido uma transação de um ativo relativamente similar no mesmo período temporal. De salientar que a utilização do justo valor, resulta da transposição do normativo do IASB, que segundo o §98 da EC, “é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não existe relacionamento entre elas”.

1.3.2. Demonstrações Financeiras

As DF's são preparadas e apresentadas, pelo menos, anualmente, uma vez que muitos utentes dependem destas como a principal fonte de informação. Um conjunto completo de DF's está estruturado, tal como refere Neves (2012), de forma a proporcionar informação acerca da posição financeira, desempenho e alterações na posição financeira de uma entidade, de forma a ser útil a um conjunto de utentes na tomada de decisões económicas. Tanto o PGCA, como o SNC, identificam um conjunto de DF's obrigatórias, podendo cada entidade acrescentar outros elementos informativos, caso considere que esses elementos melhoram a informação proporcionada pelo conjunto das DF's. Tal como podemos observar na tabela 6, um conjunto completo de DF's integra os seguintes elementos:

Tabela 5 - Conjunto completo de DF's segundo o PGCA e SNC

Demonstrações Financeiras		
PGCA	SNC	
	Modelo Geral	Modelo Reduzido³
Balanço	Balanço	Balanço
Demonstração dos Resultados por Natureza	Demonstração dos Resultados por Natureza	Demonstração dos Resultados Por Natureza
Demonstrações dos Resultados por Funções (Opcional)	Demonstrações dos Resultados por Funções (Opcional)	Demonstrações dos Resultados por Funções (Opcional)
Demonstrações de Fluxos de Caixa (Opcional) ⁴	Demonstrações de Fluxos de Caixa (Obrigatório)	Demonstração de Fluxos de Caixa
N/D	Demonstração das Alterações no Capital Próprio (DACP)	N/D
Notas às Contas	Anexo	Anexo

Fonte: Adaptado ao Decreto nº82/01 de 16 de novembro e ao Decreto – lei nº158/2009 de 13 de julho.

Como já foi dito anteriormente, o SNC integra um conjunto de normas que servem de base para a elaboração e apresentação das DF's, sendo que a NCRF 1 serve de base para apresentação, da estrutura e conteúdo do balanço, demonstrações de resultados, demonstração de alteração de Capital Próprio e do anexo, e a NCRF 2 serve de base para preparação da DFC.

Relativamente ao PGCA, as bases de preparação e apresentação das DF's estão descritos nos pontos 2 a 5 do Decreto nº82/01 de 16 de novembro, ou seja, nas políticas contabilísticas já analisadas. Da análise comparativa verificamos que o SNC contempla dois modelos para a elaboração das DF's: o Modelo Geral, e o Modelo Reduzido para as entidades que apliquem as NCRF-PE (Anexo ao Decreto-Lei nº158/2009 de 13 de julho, ponto 3 e a Portaria nº986/2009 de 7 de setembro), em contrapartida, o PGCA contempla apenas um modelo de DF's. Como podemos observar na tabela acima, a DACP não está prevista no PGCA, e encontram-se diferenças ao nível da designação anexo, que no PGCA é designado por 'Notas às Contas'.

³ As PME encontram-se obrigadas a elaborar as suas DF's pelo Modelo Reduzido, logo a comparação PCGA/SNC deve ser efetuada tendo apenas em consideração o Modelo Geral.

⁴ Em 2015 passa a ser obrigatório (Código do Imposto Industrial).

A moeda de relato a usar é a moeda oficial do país, em Angola o Kwanza⁵ (Kz). No entanto, a entidade poderá elaborar as DF's, em simultâneo, usando outra moeda, como por exemplo o USD. Em Portugal, a moeda de relato adotar é o Euro (€).

1.3.2.1. Balanço

Segundo Borges *et al.* (2010: 212), o balanço representa “ (...) a expressão da relação existente entre o ativo, o passivo e a situação líquida”. Este dá-nos a informação acerca da posição financeira de uma entidade num determinado momento, designadamente: dos recursos (bens e direitos) – Ativo; obrigações – Passivo; e Capital Próprio.

Tal como no SNC, no PGCA as entidades devem separar no balanço os ativos e passivos correntes dos ativos e passivos não correntes. Esta subdivisão está relacionada com o prazo de recuperação ou liquidação de determinada quantia, com um período de doze meses ou com o decurso do ciclo operacional (§ 10 e 11 da NCRF 1). Da análise comparativa, verificamos que a diferença encontrada no Balanço, reside na terminologia das rubricas, como podemos observar no Anexo I.

1.3.2.2. Demonstração dos Resultados

A Demonstração dos Resultados é um documento de avaliação do desempenho referente a um determinado período de operações de uma entidade, destinada a evidenciar a composição do resultado (lucro ou prejuízo) (Almeida *et al.*, 2014). É constituída pelas seguintes classes: proveitos e custos (PGCA); e por rendimentos e gastos (SNC).

Em ambos os planos são-nos apresentados duas estruturas:

- Demonstração dos Resultados por Natureza (Anexo II);
- Demonstração dos resultados por Funções (Anexo III).

A Demonstração dos Resultados por Natureza agrega as rubricas de acordo com a sua natureza, este modelo apresenta uma distinção entre: os resultados antes de depreciação, gastos de financiamento e impostos; os resultados operacionais; resultados antes de impostos, e resultado líquido do período. Na Demonstração dos Resultados por Funções, os gastos/custos são agregados por funções, evidenciando os gastos/custos das diversas funções da empresa.

⁵ Kwanza – Unidade monetária de Angola. As taxas oficiais do Banco Nacional de Angola para a compra e venda de USD a 17/10/2014, são de 98,665 e 98,912 respetivamente. E para o Euro compra a 125,80 e venda a 126,093.

No PGCA, embora estejam previstos os dois modelos, este normativo recomenda que seja apresentado a Demonstração dos Resultados por Funções em substituição da Demonstração dos Resultados por Natureza, caso a empresa opte pelo uso da contabilidade analítica. (PGCA, “Principais Alterações”, 2,5; 2,6; 2,7 e 2,8). Atendendo as disposições constantes no PGCA, a utilização da Contabilidade Analítica, é de carácter facultativo dependendo das necessidades sentidas pelas empresas e da ponderação do binómio custo-benefício. Contudo, recomenda-se o seu uso para empresas industriais, onde o apuramento dos custos de produção se torne moroso e difícil de executar.

Relativamente ao SNC, Neves (2012) refere que a utilização da Demonstração dos Resultados por Funções, justifica-se caso as empresas tenham sistemas de contabilidade analítica. De outro modo, este tipo de demonstração de resultado não terá credibilidade.

De salientar, da análise comparativa da Demonstração dos Resultados por Natureza, verificamos diferenças ao nível da denominação das rubricas, bem como a inexistência na d Demonstração dos Resultados do PGCA da rubrica referente aos aumentos /reduções de justo valor e imparidades.

1.3.2.3. Demonstração de Fluxos de Caixa

A DFC, permite conhecer como foi gerado e utilizado o dinheiro em determinado período, que resume-se nas seguintes componentes:

- Fluxos resultantes das atividades operacionais;
- Fluxos resultantes das atividades de investimentos; e
- Fluxos resultantes das atividades de financiamento.

Nos termos do § 8 da NCRF 2, a classificação por atividades, proporciona informação que permite aos utentes determinar o impacto dessas atividades na posição financeira da entidade e nas quantias de caixa e seus equivalentes.

Segundo o PGCA, a DFC deve ser elaborado pelo método direto ou pelo método indireto.

“ Pelo método direto, são divulgados os principais componentes de recebimento e pagamento, permitindo aos utentes compreender o modo com que a empresa gera e utiliza os meios de pagamentos. O método indireto é aquele em que o resultado líquido do exercício é ajustado, de forma a se excluírem os efeitos de transações que não sejam a dinheiro, acréscimo e diferimento passados e futuros e contas de proveitos ou custos relacionados com o fluxo de investimento ou de financiamento”.

(Soares, 2010: 49).

Não obstante a contemplação dos dois métodos de elaboração, o PGCA recomenda a adoção do método direto, uma vez que, proporciona uma informação mais detalhada e completa, apresentando o método indireto, de forma facultativa. De realçar que, segundo o estipulado no ponto 4.1 do PGCA as DFC em Angola não são obrigatórias. Contudo, recomenda-se a sua preparação sempre que a empresa disponha de meios que lhe permitam preparar tal demonstração.

Por outro lado, no SNC as DFC representam um mapa obrigatório das DF's, devendo ser elaborado segundo o método direto, em conformidade com o preconizado no §14 da NCRF 2. Para além destas diferenças, tal como podemos observar no anexo IV, verificamos divergências na classificação das rubricas como extraordinárias, que depois de aprovado o SNC deixaram de existir.

1.3.2.4. Demonstração de Alteração no Capital Próprio (SNC)

A informação proporcionada pela DACP, é útil para conhecer pormenorizadamente as alterações ocorridas no Capital Próprio, designadamente, quais os resultados gerados e quais as reservas que são distribuíveis. As alterações ocorridas encontram-se divididas em dois grupos com características distintas, separando-se as que correspondem a operações com detentores de capital, das que derivam quer do resultado líquido do período quer de outras alterações no Capital Próprio (Borges *et al.*, 2010). Esta DF faz uma interligação entre as restantes DF's, interligação que se apresenta fundamental para compreender os efeitos que alterações numa DF's, tem nas outras e também para compreender a situação economia-financeira da empresa (Neves, 2012).

No SNC, esta DF encontra o seu tratamento nos §39 a 42 da NCRF 1 e pela Portaria nº986/2009 de 7 de setembro. De salientar que a DACP é de utilização obrigatória para as entidades sujeitas a SNC, nomeadamente as que deverão utilizar o modelo geral (anexo V). Relativamente ao PGCA, este normativo não prevê a elaboração da DACP, sendo esta uma diferença significativa ao nível de comparação das DF's entre os dois normativos em análise.

1.3.3. Notas às Contas (PGCA) /Anexos (SNC)

As Notas às Contas são um conjunto de divulgações (descrições narrativas e detalhes de quantia) destinadas a fornecer informação adicional, que seja relevante às necessidades dos utentes, acerca das rubricas do balanço, da Demonstração dos Resultados, e da DFC (Almeida *et al.*, 2014). Estas Notas às Contas, no SNC correspondem ao Anexo que,

atendendo ao § 43 da NCRF 1, deve apresentar informação acerca das bases de preparação das DF's e das políticas contabilísticas usadas, divulgar a informação exigida pelas NCRF e proporcionar informação adicional acerca das DF's que seja relevante para uma melhor compreensão de qualquer uma delas.

Segundo o PGCA, não é obrigatória a elaboração das Notas às Contas para as rubricas que apresentem valores inferiores a 10% do total do ativo e 5% do total dos proveitos. O modelo de Notas às Contas é constituído por 49 notas, as quais se encontram distribuídas pelos seguintes grupos de notas:

- Introdução – 1 a 3;
- Notas ao Balanço – 4 a 21;
- Notas à Demonstração dos Resultados – 22 a 35;
- Outras notas relacionadas com a posição financeira e os resultados das operações – 36 a 42;
- Notas sobre a DFC – 43 a 49.

Desta análise, constatamos que no PGCA as Notas às Contas são elaboradas segundo um critério previamente estabelecido. Em contrapartida, o SNC estabelece que cada entidade deverá criar a sua própria sequência numérica, sendo que as notas de 1 a 4 ficam reservadas para os assuntos como identificação da entidade, referencial contabilísticos de preparação das DF's, principais políticas contabilísticas e fluxos de caixa. A partir da nota 5, é utilizada uma numeração sequencial correspondente à respetiva NCRF (Modelos as DF's do SNC, Anexo V).

1.3.4. Listas de contas (PGCA) / Código de Contas (SNC)

O quadro e lista de contas, surge de forma a orientar o processo de reconhecimento das operações e outros acontecimentos, simplificar o controlo dos registos efetuados e facilitar a consulta de saldos e quantias para efeitos de preparação das componentes das DF's (Portaria nº1011/2009 de 9 de setembro; Magro & Magro, 2008; Almeida *et al.*, 2014). O PGCA apresenta uma lista de contas com 8 classes, as classes 0 e 9 são de uso facultativo.

Do SNC faz parte integrante a Portaria nº 1011/2009 de 9 de setembro, que aprova o CC, instrumento contabilístico de aplicação obrigatória para as entidades sujeitas ao SNC. Este

apresenta uma lista com 8 classes. Na tabela 7 temos uma comparação das contas entre o PGCA e o SNC.

Tabela 6 - Classes de contas PGCA e SNC

Classes	PGCA	Classes	SNC
1	Meios fixos e investimento	4	Investimentos
2	Existências	3	Inventários e ativos biológicos
3	Terceiros	2	Contas a pagar e a receber
4	Meios Monetários	1	Meios Financeiros Líquidos
5	Capital e reservas	5	Capital, reservas e resultados transitados
6	Proveitos e ganhos por natureza	7	Rendimentos
7	Custos e perdas por natureza	6	Gastos
8	Resultados	8	Resultados

Fonte: Elaboração própria, a partir do Decreto nº82/01 de 16 de novembro e Decreto – lei 158/2009 de 13 de julho.

Segundo Cruz (2011: 9), “estas classes são de uso obrigatório, ou seja, sempre que existam factos e acontecimentos que pela sua natureza, devam ser registados”. Tendo em conta o PGCA, como regra geral, não devem ser efetuadas alterações na disposição, nomenclatura e CC, pois tal alterações poderão originar uma discordância nos objetivos com que foram criadas. Contudo, e a título excecional, são permitidas alterações desde que daí não venham resultar quaisquer prejuízos para a elaboração das DF’s.

De forma a auxiliar a interpretação e aplicação das classes, no PGCA existem as notas explicativas que no SNC correspondem às notas de enquadramento.

Nas próximas subsecções, será efetuada uma análise comparativa entre cada uma das classes do CC.

1.3.4.1. Classe 1 – Meios fixos de investimento/ Classe 4 - Investimentos

Em conformidade com o PGCA, a classe de meios fixos de investimento (classe 1), inclui os bens detidos com continuidade ou permanência e que não se destinam a ser vendidos ou transformados no decurso normal das operações da entidade. No SNC esta classe corresponde a classe 4, investimentos.

Tabela 7 - Comparação classe 1 (PGCA) e classe 4 (SNC)

Classe 1 (PGCA)	Classe 4 (SNC)
Meios fixos e investimento	Investimentos
11. Imobilizações corpóreas	43. Ativos fixos Tangíveis
12. Imobilizações incorpóreas	44. Ativos Intangíveis
13. Investimentos financeiros	41. Investimentos financeiros
13.4. Investimentos em imóveis	42. Propriedade de Investimento
14. Imobilizações em curso	45. Investimentos em curso
18. Amortizações acumuladas	438/448. Depreciações/Amortizações
19. Provisões para investimentos financeiros	
S/C ⁶	46. Ativos não correntes detidos para venda

Fonte: Elaboração própria, a partir do Decreto nº82/01 de 16 de novembro e Decreto – lei 158/2009 de 13 de julho.

Segundo o PGCA (ponto 7, bases de valorimetria específica), as contas 11 (Imobilizações corpóreas) e 12 (Imobilizações incorpóreas), devem, inicialmente, ser valorizadas ao custo. Podendo esse custo ter as seguintes vertentes: (i) Custo de aquisição, para os bens adquiridos ao exterior; (ii) Custo de produção, para os bens de produção própria; (iii) Custo corrente, para os bens recebidos através de doações; e (iv) Quantia registada do elemento dado em troca. Relativamente ao custo de aquisição para os bens adquiridos no exterior, considera-se igual ao valor do imobilizado. Assim, nos termos do PGCA e do Código do Imposto Industrial (CII) em Angola, uma máquina proveniente do exterior em contentores, será mensurada ao custo de aquisição, que corresponderá ao valor do imobilizado mais custos de transporte, seguro, alfandegas, despachante, transporte do porto para a fábrica e, por fim, a montagem da máquina. Na valorização subsequente, deve ser valorizada ao custo de reconhecimento inicial ou ao custo revalorizado, líquido de amortizações. O custo revalorizado é de utilização opcional, e tem como objetivo atualizar o valor de reconhecimento inicial do bem para o justo valor na data da revalorização (ponto 7, bases de valorimetria específica).

Como podemos observar na tabela 8, as contas 11 (Imobilizações corpóreo) e 12 (Imobilizações incorpóreas) do PCGA, correspondem às contas 43 (Ativos fixos tangíveis) e 44 (Ativos intangíveis) do SNC, sendo que os tratamentos destas contas se encontram descritos na NCRF 7 (Ativos fixos tangíveis) e na NCRF 6 (Ativos intangíveis), respetivamente. Tal como acontece no PGCA, os ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente mensurados pelo custo. Após reconhecimento inicial, estes devem ser

⁶ S/C (Sem Correspondência).

reconhecidos pelo modelo do custo ou pelo modelo de revalorização. Tendo em conta o §73 da NCRF 6, e o §30 da NCRF 7, no modelo do custo, devem ser escriturados pelo seu custo menos qualquer amortização/depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. No modelo de revalorização, devem ser escriturados por uma quantia revalorizada, que seja o justo valor à data da revalorização menos qualquer amortização/depreciação acumulada subsequente, e quaisquer perdas por imparidade acumuladas subsequentes (NCRF 6, §74; NCRF 7, §31).

No PGCA, as amortizações acumuladas encontram-se evidenciadas na conta 18, e podem ter duas vertentes:

- Amortizações sistemáticas - baseadas na vida útil dos bens, estas amortizações destinam-se a refletir a perda dos benefícios económicos decorrentes do seu uso, da inatividade, ou da passagem do tempo. Estas amortizações são calculadas apenas para bens depreciables, e tendo em atenção a quantia depreciable do bem e a vida útil esperada do bem; e
- Amortizações extraordinárias - destinadas a reduzir o valor dos bens para o seu valor recuperável, quando haja diminuição de valor na quantia pela qual os bens se encontram registados. Estas amortizações devem ser revertidas se cessarem os motivos que a originam.

No SNC, as depreciações/ amortizações estão representadas pelas contas 438 (depreciações acumuladas) e 448 (amortizações acumuladas). Em conformidade com o SNC (NCRF 7, § 50; NCRF 6 § 96), as quantias depreciables dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis devem ser imputados sistematicamente durante a sua vida útil. No entanto, caso não exista limite previsível durante o qual se espera que gerem benefícios económicos futuros, estes não deverão ser depreciados/amortizados (NCRF 7, § 56 a 59; NCRF 6, § 106 e 107).

O cálculo das quotas de amortizações é feito em geral, segundo o PGCA, pelo método das quotas constantes. Todavia, permite a utilização de outros métodos, quando a natureza do deprecimento ou tradição da empresa o justifiquem, e se a Direção Nacional de Impostos⁷ não se opuser ao critério utilizado pelo contribuinte, nos termos do artigo 34º do CII. Este facto revela uma clara correlação entre a contabilidade e a fiscalidade, como acontece em

⁷ Direção Nacional de Impostos – É o serviço sob tutela do Ministério da Finanças angolano, responsável pela proposição e execução da política tributária e fiscalização da mesma. Em 2015 passa a chamar-se Autoridade Tributária.

quase todos os países com este tipo de regime político. Em contraste, no SNC deve ser escolhido o método de depreciação/amortização que se adeque ao modelo esperado de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, independentemente dos critérios de depreciação aceites fiscalmente. Encontram-se previstos o método das quotas constantes (AFT/AI), método do saldo decrescente (AFT) e o método das unidades de produção (AFT/AI).

Uma outra grande diferença entre os dois normativos encontra-se nas imparidades. No SNC a NCRF 12 (Imparidade de Ativos) no § 28, diz-nos que “quando a quantia recuperável for menor do que a quantia escriturada ativo encontra-se em imparidade”. No PGCA nada nos é dito sobre as imparidades. O conceito mais próximo de imparidades é da amortização extraordinária (destinadas a reduzir o valor dos bens para o seu valor recuperável quando haja diminuição de valor na quantia pela qual os bens se encontram registados).

É importante referir, que no PGCA as locações, estão temporariamente excluídas de contabilização. No entanto, as entidades que entendam que as suas DF's devam refletir tal situação, podem fazê-lo de acordo com a IAS 17 – Locações (disposições transitórias, 4.2 – exclusões temporárias). Ao contrário no SNC, podemos encontrar o tratamento das locações na NCRF 9, que tem por base a IAS 17.⁸

Finalmente, é também de salientar uma outra diferença encontrada, que reside na conta 46 - ativos detidos não correntes detidos para venda, a qual não se encontra prevista no PGCA.

1.3.4.2. Classe 2 – Existências/ Classe 3 – Inventários e ativos biológicos

Segundo Borges *et al.* (2010: 635), consideram-se inventários/existências “todos os bens armazenáveis adquiridos ou produzidos pela empresa e que se destinam à venda ou a serem incorporados na produção”. No SNC, os inventários encontram-se tratados na NCRF 18 – Inventários, enquanto que no PGCA são tratados no ponto 7.

Atendendo as bases de valorimetria específicas do PGCA, as existências devem ser valorizadas ao custo ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo das

⁸ Nos termos da NCRF 9, “uma locação é um acordo pelo qual o locador transmite ao locatário, em troca de um pagamento ou série de pagamentos, o direito de usar um ativo por um período de tempo acordado”. Podem ser classificados como financeiras (os riscos e vantagens inerentes do lado do locatário) e operacional (riscos e vantagens do lado do locador), esta classificação depende da substância da transação e não da forma do contrato (§ 4 e 10).

existências deve incluir os custos de aquisição, custos de conversão e os custos ocorridos para colocar os inventários em condições de utilização e venda. De referir que o valor realizável líquido deve ser usado quando o valor do custo não puder ser recuperável pelo uso (consumo) ou pela venda.

O normativo angolano estabelece três critérios alternativos para a determinação do custo, o qual são chamados técnicas de medição (ponto 7, 2.5 – Existências e notas explicativas):

- Método do custo padrão (só deverá ser usado se for apurado com base em princípios técnicos e contabilísticos adequados. Tem em consideração as matérias e materiais consumidos, mão-de-obra, eficiência e utilização da capacidade. Contudo, nos termos do artigo 31º do CII, estes não são aceites fiscalmente);
- Método do retalho (a medição do custo é efetuado pelo preço de venda praticado pela empresa deduzidos das margens de lucro, exatas ou aproximadas). Só deve ser usado em estabelecimentos de venda a retalho;
- Métodos de custeio (das saídas de armazém), e podem ser usados os seguintes métodos:
 - Custo de identificação específica dos custos individuais – para bens que não sejam intermutáveis e bens ou serviços produzidos e segregados para projetos específicos;
 - FIFO e custo médio - estes como, métodos preferenciais para casos em que não possa ser usado o custo de identificação específica; e
 - O LIFO, como método alternativo.

No SNC, é na NCRF 18 que podemos encontrar o tratamento dos inventários, que tem por base a IAS 2 – Inventários, para a generalidade dos inventários. Tendo em conta o § 6 da NCRF 18, “os inventários são ativos: detidos para venda no decurso ordinário da atividade empresarial; no processo de produção para venda; ou no processo de produção ou na prestação de serviços”. Tal como no PGCA, os inventários no SNC, devem ser mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo (NCRF 18, § 9). No entanto, como podemos constatar através da análise da tabela 9, no SNC o ajustamento do custo de inventários efetua-se através do reconhecimento de perda por imparidade (conta 329), enquanto que no PCGA, este ajustamento é evidenciado através do reconhecimento de uma provisão para existências (conta 29), tal como sucedia no normativo antecessor ao SNC.

Tal como o PGCA, o SNC estabelece como técnicas de mensuração do custo de inventários, o método do custo padrão e o método do retalho (NCRF 18, § 21). O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas deve ser considerado de acordo com uma das fórmulas de custeio de existências: identificação específica do custo; FIFO e custo médio ponderado. Face ao exposto, podemos concluir que, ao nível de custeio de existências/inventários, a principal diferença que ressalta da comparação dos dois normativos reside permissão do LIFO no PGCA, o qual foi abandonado com a aprovação do SNC.

Tabela 8 - Comparação classe 2 (PGCA) e classe 3 (SNC)

Classe 2 (PGCA)	Classe 3 (SNC)
Existências	Inventários e ativos biológicos
21. Compras	31. Compras
22. Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	33. Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
23. Produtos e trabalhos em curso	36. Produtos e trabalhos em curso
24. Produtos acabados e intermédios	34. Produtos acabados e intermédios
25. Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	35. Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos
26. Mercadorias	32. Mercadorias
27. Matérias-primas, mercadorias e outros materiais em trânsito	334/335. Materiais diversos/Materiais em trânsito
28. Adiantamentos por conta de compras	39. Adiantamentos por conta de compras
29. Provisão para depreciação de existências	S/C
S/C	329. Perdas por imparidades
S/C	37. Ativos Biológicos
S/C	38. Reclassificação e regularização de inventários e ativos biológicos

Fonte: Elaboração própria, a partir do Decreto nº82/01 de 16 de novembro e Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho.

Em ambos os normativos, os sistemas de inventário a serem utilizados são o permanente (carateriza-se por calcular de forma direta o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas) e o intermitente (é um sistema que consiste na determinação do custo das existências vendidas, efetuado apenas do fim da cada período contabilístico) (PGCA, notas explicativas existências). Contudo, de acordo com o artigo 12º do Decreto – Lei nº158/2009 de 13 de julho, as entidades sujeitas ao SNC ficam obrigadas a adotar o sistema de inventário permanente, exceto as entidades descritas no nº4 do artigo 12º.⁹

⁹ Nos termos do nº4, ficam dispensadas da adoção do sistema de inventário permanente as entidades que desenvolvam atividades: Agricultura, produção animal, apicultura e caça; Silvicultura e exploração florestal; Indústria piscatória e

Como podemos observar na tabela 7, a grande diferença nesta classe encontra-se ao nível dos ativos biológicos, cujo tratamento encontram-se preconizados na NCRF 17 do SNC, e não tem correspondência direta no PGCA, onde estes são registados nas contas 21 a 27, tendo em conta a sua mensuração.

1.3.4.3. Classe 3 – Terceiros/ Classe 2 – Contas a receber e a pagar

Segundo o PGCA, a classe 3 - Terceiros, “ (...) destina-se a registar operações relacionadas com clientes, fornecedores, financiadores, Estado e outros entes públicos, pessoal, acionistas bem como outras operações com terceiros que não tenham cabimento nas contas anteriores ou noutras classes específicas” (Almeida *et al.*, 2014: 188).

No SNC, o tratamento contabilístico das generalidades das contas que integram esta classe, encontra-se previsto na NCRF 27 – Instrumentos Financeiros. Tendo em conta o PGCA Valorimetria nº7, ponto 2.1, 2.6 e 2.7 em geral para esta classe devem ser utilizados os seguintes critérios:

- As contas a receber são valorizados ao custo histórico ou ao valor de realização, dos dois o mais baixo;
- As contas a pagar são, regra geral, valorizadas ao custo histórico. Em condições excecionais as contas a pagar são valorizadas ao valor de liquidação;
- As transações em moeda estrangeira devem ser valorizadas na moeda de relato.

No SNC, as contas a receber ou a pagar devem ser mensuradas ao custo ou ao custo amortizado¹⁰ (NCRF 27, §14). Contudo, nos termos do § 15 da NCRF 27, uma entidade deve mensurar ao justo valor todos os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou ao custo amortizado, nos termos do § 12 com contrapartida em resultados.

aquicultura; Pontos de vendas a retalho que, no seu conjunto, não apresentem, no período de um exercício, vendas superiores a €300000 nem a 10% das vendas globais da respetiva entidade.

¹⁰ Custo Amortizado – é a quantia pela qual o ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa.

Tabela 9 - Comparação classe 3 (PGCA) e classe 2 (SNC)

Classe 3 (PGCA)	Classe 2 (SNC)
Terceiros	Contas a receber e a pagar
31. Clientes	21. Clientes
32. Fornecedores	22. Fornecedores
33. Empréstimos	25. Financiamentos Obtidos
34. Estado	24. Estado e outros entes públicos
35. Entidades participantes e participadas	26. Acionistas/Sócios
36. Pessoal	23. Pessoas
37. Outros valores a receber e a pagar	27. Outras contas a receber e a pagar
- 37.3. Proveitos a faturar	272. Devedores e credores por acréscimo:
- 37.5. Encargos a pagar	- 2721. Devedores por acréscimo de rendimentos
	- 2722. Credores por acréscimo de gastos
	28. Diferimentos:
- 37.4. Encargos a repartir por períodos futuros	- 281. Gastos a reconhecer
- 37.6. Proveitos a repartir por períodos futuros	- 282. Rendimentos a reconhecer
38. Provisões para cobrança duvidosa	219. Perdas por imparidades acumuladas
39. Provisões para outros riscos e encargos	29. Provisões

Fonte: Elaboração própria, a partir do Decreto nº82/01 de 16 de novembro e Decreto 158/2009 de 13 de julho.

Uma diferença a assinalar entre ambos os normativos reside no conceito de Provisão. No SNC, a NCRF 21 – “Provisões, Passivos e Ativos Contingentes”, prescreve o tratamento a dar às provisões. Em conformidade com esta norma, as provisões têm por objeto reconhecer as responsabilidades cuja natureza esteja claramente definida. Assim, nos termos do § 8, uma provisão é um passivo de tempestividade ou quantia incerta. Em contrapartida, nos termos do PGCA, se uma provisão cumprir com os critérios de reconhecimento de passivo deve ser reconhecida, contudo se tal não se verificar trata-se de um passivo contingente que apenas será divulgado nas notas às contas se tiver materialidade. A conta 39 – Provisões para outros riscos e encargos, que se destina a registar perdas previsíveis associadas a riscos de natureza específica e provável, como podemos observar na tabela acima mencionada, corresponde a conta 29 – Provisões (SNC).

No SNC não existem provisões para contas a receber, mas imparidades em dívidas a receber, as quais deverão evidenciadas nas respetivas subcontas a receber (219/229/239/269/279) – perdas por imparidade acumuladas, por contrapartida a débito

da conta 683. Neste sentido, a conta 38 – Provisão para cobrança duvidosa (PGCA) encontra correspondência na conta 219 – Provisão (SNC). De assinalar também que esta diferença resultou da transposição das IFRS para o normativo contabilístico português, com a aprovação do SNC.

1.3.4.4. Classe 4 – Meios Monetários/ Classe 1 – Meios Financeiros Líquidos

Segundo o PGCA, esta classe destina-se a registar as operações relacionadas com meios monetários, nomeadamente caixa e depósitos bancários, bem como títulos negociáveis e respetivas provisões para aplicações de tesouraria. Regista ainda as transferências em curso de bancos para terceiras entidades (PGCA – Notas explicativas). Já no SNC, destinam-se a registar os meios financeiros líquidos, que incluem quer o dinheiro e depósitos bancários, quer todos os ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou pelo justo valor, a ser reconhecidos na Demonstração dos Resultados (SNC – Notas de Enquadramento).

No PGCA, relativamente aos meios monetários é possível identificar dois tipos de ativos:

- Caixa e depósitos – a valorimetria inicial é ao custo e normalmente mantêm-se nas valorizações subsequentes. No entanto devermos ter em atenção as questões ligadas à moeda estrangeira, cujo PGCA prevê uma base de valorimetria específica.
- Títulos negociáveis – que dever ser tratados tendo em conta as descrições sobre investimentos financeiros.

Tabela 10 - Comparação classe 4 (PGCA) e classe 1 (SNC)

Classe 4 (PGCA)	Classe 1 (SNC)
Meios Monetários	Meios financeiros líquidos
41. Títulos negociáveis	14. Outros Instrumentos Financeiros
42. Depósito a prazo	13. Outros depósitos bancários
43. Depósito à ordem	12. Depósito à ordem
44. Outros depósitos	13. Outros depósitos bancários
45. Caixa	11. Caixa
48. Contas transitórias	S/C
49. Provisões para aplicações de tesouraria	S/C

Fonte: Elaboração própria, a partir do Decreto nº82/01 de 16 de novembro e Decreto 158/2009 de 13 de julho.

Os títulos negociáveis (conta 41) no PGCA, em geral, devem ser valorizados ao custo, líquido das correspondentes provisões destinadas a garantir que o custo não exceda o valor de realização. Este pode ser através do custo de aquisição ou pelo justo valor (pela emissão de ações e outros títulos e por troca com outros ativos). No SNC, a conta 14 - Outros Instrumentos Financeiros, destina-se ao reconhecimento de ativos ou passivos financeiros pelo justo valor através dos resultados NCRF 27, §12). O tratamento para esta conta, podemos encontrar na NCRF 27 – Instrumentos Financeiros, que tem por base a IAS 3. De salientar a existência no SNC de uma conta específica para derivados (conta 141), enquanto que o PGCA não contempla a regulamentação específica desta matéria.

O PGCA contempla a conta 48 – Conta transitória (inexistente no SNC), que se destina a registar os meios monetários que já não se encontram em depósitos à ordem por ter sido solicitada, a uma instituição financeira, a sua transferência para uma terceira entidade, mas que relativamente aos quais ainda não foi obtida confirmação da efetivação da operação (nota explicativa à conta 48).

Relativamente à provisão para aplicação de tesouraria apresentada na conta 49 (PGCA), importa referir que com a aprovação do SNC, esta conta desaparece, pois os instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor através de resultados, sendo os ajustamentos levados à conta 661 – Perdas por reduções de valor ou 771 – Ganhos por aumentos de justo valor, conforme se trate de uma redução ou de um aumento no justo valor do ativo (Almeida, *et al.*, 2009).

1.3.4.5. Classe 5 – Capital e reservas/ Classe 5 – Capital, reservas e resultados transitados

Segundo o PGCA, a classe 5 destina-se a registar as operações referentes ao Capital Próprio da entidade, com exceção dos resultados do exercício e dos resultados transitados que são registados na classe 8. Em contrapartida, no SNC, esta classe destina-se a registar as operações referentes ao Capital Próprio da entidade, incluindo o resultado líquido do período e outras operações que configurem alterações no Capital Próprio e que se enquadrem no conceito de resultado total ou integral (notas explicativas). Importa aqui referir que grande parte das NCRF's, encontram-se presentes nesta classe dada a sua abrangência.

Tabela 11 - Comparação classe 5 PGCA e SNC

Classe 5 (PGCA)	Classe 5 (SNC)
Capital e reservas	Capital, reservas e resultados transitados
51. Capital	51. Capital
52. Ações /Quotas próprias	52. Ações (quotas) próprias
53. Prêmios de Emissão	54. Prêmios de Emissão
54. Prestações Suplementares	53. Outros Instrumentos de Capital Próprio
55. Reserva Legais	55. Reserva: - 551. Reservas legais
56. Reservas de Reavaliações	58. Excedentes de reavaliação de ativos fixos tangíveis e intangíveis
57. Reservas com Fins Especiais	S/C
58. Reservas Livres	552. Outras Reservas
81. Resultados Transitados	56. Resultados Transitados
S/C	57. Ajustamentos em Ativos Financeiros
S/C	59. Outras variações do Capital Próprio

Fonte: Elaboração própria, a partir do Decreto nº82/01 de 16 de novembro e Decreto – lei nº158/2009 de 13 de julho.

Observando a tabela 12, podemos concluir que relativamente a esta classe, existe correspondência entre os normativos na maioria das contas. Contudo, destacamos no SNC a conta 58 – Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis, a qual se destina a reconhecer os excedentes positivos, ou seja, a diferença entre a quantia revalorizada e a quantia escriturada à data de revalorização. Com efeito, nos termos do § 39 da NCRF 7, se a quantia escriturada de um ativo for aumentada como resultado de uma revalorização, o aumento deve ser creditado diretamente ao Capital Próprio (através da conta 58).

No que refere a conta 581 – “Reavaliações decorrentes de diplomas legais”, onde são reconhecidos os excedentes de revalorização positivos decorrentes de diplomas legais, no PGCA corresponde a conta 56.1 – “Reservas de Reavaliação – legais”, a qual evidência os ajustamentos monetários resultantes de faculdades previstas em diplomas legais específicos e será movimentada de acordo com as disposições neles constantes (Notas explicativas à conta 56.1 do PGCA). O PGCA também apresenta as Reservas de Reavaliação Autónomas, destinada a registar os ajustamentos resultantes de avaliações feitas por peritos independentes, bem como as correções baseadas em revisões posteriores da avaliação.

Relativamente aos impostos diferidos, enquanto o SNC prevê o seu tratamento na NCRF 25 – Impostos sobre o Rendimento, no PGCA, está temporariamente suspensa a obrigatoriedade de divulgação nas Notas às Contas do valor dos impostos diferidos e, mais se acresce, que estão excluídas do PGCA a determinação, registo e divulgação de impostos diferidos. Contudo, caso a entidade entenda que as suas DF's devam refletir esta situação, deverão fazê-lo de acordo com a IAS 12 – Imposto sobre o rendimento (Disposições transitórias 4.1/4.2 – Suspensões/Exclusões temporárias do PGCA).

Nos termos do SNC, a conta 57 – Ajustamentos em ativos financeiros, destina-se a evidenciar os ajustamentos decorrentes da utilização do método da equivalência patrimonial em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas (Notas de enquadramento – SNC), o PGCA não faz referência para aplicação deste método. Contudo, estão temporariamente excluídas de tratamento nos termos do PGCA, as matérias relativas a consolidação de contas, no entanto, sempre que a entidade entenda ser necessário preparar as DF's consolidadas, deverá fazê-lo atendo as normas internacionais (Disposições transitórias 4.2 – Exclusões temporárias).

Relativamente à conta 59 – Outras variações no Capital Próprio, importa aqui destacar a subconta 591 – Diferenças de conversão de DF's. Esta conta inclui as diferenças de câmbio derivadas da transposição de uma unidade operacional estrangeira (SNC - notas de enquadramento). No PGCA, encontram-se temporariamente excluídas as matérias relativas aos efeitos das alterações das taxas de câmbio em DF's de operações estrangeiras. Contudo, sempre que a entidade entenda ser necessário refletir tal situação deverá fazê-lo atendendo os dispostos na IAS 21 – Os efeitos de alterações em taxas de câmbio.

1.3.4.6. Classe 6 – Proveitos e ganhos por natureza / Classe 7-Rendimentos

De um modo geral, as empresas constituem-se e organizam-se com vista à produção e/ou comercialização de determinados bens e/ou à prestação de certos serviços. Segundo o PGCA, o rédito é o influxo bruto de benefícios económicos, durante o período proveniente do curso da atividades ordinárias de uma entidade, recebidos ou a receber de sua própria conta, quando esses influxos resultarem em aumentos de Capital Próprio (PGCA, Notas gerais sobre os proveitos). No SNC, esta classe está organizada em função da natureza dos rendimentos: rendimentos operacionais, rendimentos e ganhos de financiamento (Almeida, *et al.*, 2009). Na sua quase totalidade, as NCRF's prescrevem e

regulam, direta ou indiretamente, o reconhecimento e mensuração, das diferentes contas nesta classe.

Tabela 12 - Comparação classe 6 (PGCA) e classe 7 (SNC)

Classe 6 (PGCA)	Classe 7 (SNC)
Proveitos e ganhos por natureza	Rendimentos
61. Vendas	71. Vendas
62. Prestação de serviço	72. Prestações de serviços
63. Outros proveitos operacionais: - 63.1. Serviços suplementares - 63.2. Royalties - 63.3. Subsídios à exploração - 63.4. Subsídios a investimentos	781. Rendimentos suplementares 7814. Royalties 75. Subsídios à exploração 593/7884. Outras variações no CP- Subsídios/Imputação de subsídios para investimentos
64. Variação nos inventários de produtos acabados e de produção em curso	73. Variações nos inventários de produção
65. Trabalhos para a própria empresa	74. Trabalhos para a própria entidade
66. Proveitos e ganhos financeiros gerais - 66.1. Juros - 66.5. Rendimentos de participação de capital - 66.7. Reposição de Provisões: - 66.7.1. Investimentos financeiros - 66.7.2. Aplicação de tesouraria	78. Outros rendimentos e ganhos 791. Juros obtidos 792. Dividendos obtidos 77. Ganhos por aumento do justo valor: - 772. Investimentos Financeiros - 771. Instrumentos Financeiros
67. Proveitos e ganhos financeiros em filiais e associadas: - 67.1. Rendimentos de participações de capital	792. Dividendos Obtidos
68. Outros proveitos e ganhos não operacionais - 68.1.Reposição provisão - 68.2. Anulação de amortização extraordinárias	78. Outros rendimentos e ganhos 762/763. Reversões de perdas poer imparidade/provisões 761. Reversões de depreciação e de amortizações
69. Proveitos e ganhos extraordinários	78. Outros rendimentos e ganhos

Fonte: Elaboração própria, a partir do Decreto nº82/01 de 16 de novembro e Decreto – lei nº158/2009 de 13 de julho.

Da análise a tabela 13 verificamos que, tal como acontece nas restantes classes, a grande diferença encontra-se ao nível da terminologia das rubricas. Em grande parte das contas, encontramos a correspondência entre ambos os normativos nos desdobramentos das

contas de proveitos/rendimentos. Uma outra a assinalar reside na classificação das rubricas como extraordinárias no PGCA, que no SNC deixou de existir.

1.3.4.7. Classe 7 – Custos e perdas por natureza/ Classe 6 - Gastos

O SNC diz-nos que a definição de gastos apresenta duas abrangências: “ *gasto em sentido restrito e em sentido lato. Em sentido restrito, os gastos são os que resultem do decurso das atividades ordinárias da entidade e incluem, por exemplo, o custo das vendas, os salários e as depreciações. Em sentido lato, engloba o conceito de perdas e podem, ou não, surgir no decurso das atividades ordinárias da entidade, como por exemplo as que resultem de desastres, como incêndios e as inundações*”.

A generalidade das NCRF's, prescrevem e regulam, direta ou indiretamente, o reconhecimento e mensuração das diferentes contas desta classe.

Tabela 13 - Comparação classe 7 (PGCA) e classe 6 (SNC)

Classe 7 (PGCA)	Classe 6 (SNC)
Custos e perdas por natureza	Gastos
71. Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	61. Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas
72. Custos com o pessoal	63. Gastos com o pessoal
73. Amortizações do exercício	64. Gastos de depreciação e de amortização
75. Outros custos e perdas operacionais - 75.2. Fornecimento e serviços externos	68. Outros gastos e perdas 62. Fornecimento e serviços externos
76. Custos e perdas financeiros gerais	69. Gastos e perdas de financiamento
77. Custos e perdas financeiros em filiais e associadas	685. Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos
78. Outros custos e perdas não operacionais - 78.1. Provisões do exercício	65. Perdas por imparidade 67. Provisões do período
79. Custos e perdas extraordinárias	68. Outros gastos e perdas
S/C	66. Perdas por redução do justo valor

Fonte: Elaboração própria, a partir do Decreto nº82/01 de 16 de novembro e Decreto – lei 158/2009 de 13 de julho.

Da análise à tabela 14, podemos verificar que a estrutura das contas apresenta-se idêntica nos dois normativos, diferenciando-se na terminologia das rubricas. Além disso, tal como na classe de proveitos/rendimentos, a conta “custos e perdas extraordinárias” (existente no

PGCA), não se encontra prevista no SNC. Uma outra diferença a destacar refere-se à conta 66-Perdas por redução do justo valor, prevista no SNC, que não existe no PGCA. De salientar que a classificação como “Custos e Perdas Financeiros Gerais” é, nos termos do PGCA, o resultado de todos os movimentos que dizem respeito a toda atividade de financiamento e a todas perdas que a entidade suporta com atividade operacional e de investimento. Esta classificação não tem correspondência no SNC, uma vez que, a conta “Gastos e perdas de financiamento” resulta, como a própria designação sugere, apenas das operações de financiamento.

1.3.4.8. Classe 8 – Resultados (PGCA e SNC)

A vida das empresas é geralmente repartida em períodos anuais, designados por exercícios ou períodos contabilísticos. Este período é fundamental para a avaliação e a comparação do desempenho económico de uma entidade (Costa e Alves, 2013). Segundo o SNC, a classe 8, destina-se ao apuramento do resultado líquido do exercício, podendo ser utilizada para o auxiliar a determinação do resultado extensivo, tal como consta na DACP (SNC - Notas de enquadramento)¹¹. Em conformidade com o PGCA, esta classe destina-se não só ao apuramento do resultado líquido do exercício, como também ao apuramento de um conjunto de outros resultados parcelares, o imposto sobre os lucros, os resultados transitados e os dividendos antecipados.

Tabela 14 - Comparação classe 8 PGCA e SNC

Classe 8 (PGCA)	Classe 8 (SNC)
Resultados	Resultados
81. Resultados transitados	56. Resultados transitados
82. Resultados operacionais	S/C
83. Resultados financeiros	S/C
84. Resultados financeiros em filiais e associadas	S/C
85. Resultados não operacionais	S/C
86. Resultados extraordinários	S/C
87. Imposto sobre os lucros	812. Impostos sobre o rendimento do período
88. Resultados líquidos do exercício	81. Resultado líquido do período
89. Dividendos antecipados	89. Dividendos antecipados

Fonte: Elaboração própria, a partir do Decreto 82/01 e Decreto – lei 158/2009.

¹¹ Tal como foi referido anteriormente, o PGCA não prevê a elaboração da DACP.

Da análise, verificamos que embora os resultados transitados tenham os mesmos objetivos em ambos os normativos, estes apresentam-se registados em contas de classes diferentes: conta 56, no SNC; e conta 81 no PGCA. Contudo, no SNC atendendo a cada situação, o registo desta conta, deverá ter em atenção ao tratamento constantes nas NCRF 4 – Políticas contabilísticas, Alterações nas Estimativas contabilísticas e Erros.

Da tabela 15, podemos observar que as contas 82 a 86 do PGCA, não apresentam correspondência no SNC. Todavia, estas destinam-se a concentrar, no fim do exercício, os proveitos e custos registados, respetivamente, nas contas de custos e proveitos, por forma a apurar os resultados da entidade. No SNC, é na conta 811 – Resultado antes de imposto, que se destina a concentração no fim do período os gastos e rendimentos registados, respetivamente nas contas da classe 6 e 7 (SNC-Notas de enquadramento).

No SNC, a norma que se apresenta diretamente relacionada com esta classe é a NCRF 25 – Imposto sobre o rendimento que, segundo o §1, tem por objetivo de prescrever o tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento, nomeadamente o imposto estimado para o período e o imposto diferido. Relativamente a este último, importa aqui salientar, que no PGCA, estão excluídos temporariamente a contabilização, o registo e divulgação de impostos diferidos, que no SNC encontram-se evidenciados na conta 8122 – Imposto diferido.

Síntese

Atendendo o ambiente económico e político, são várias as semelhanças encontradas na análise feita entre os dois normativos a nível contabilístico. Este deve-se possivelmente aos fatores históricos que existe entre os dois países, Angola como uma ex-colónia de Portugal teve que elaborar os seus normativos com base no português. Após independência o país teve que enfrentar uma guerra que durou aproximadamente 30 anos, onde nada foi feito a nível de sistema contabilístico, continuando este desatualizado e com uma legislação avulsa, que prejudicava de alguma forma a elaboração das principais DF's. Nos últimos anos, o Governo Angolano tem feito esforços para desenvolver um sistema contabilístico mais moderno atendendo aos fatores de globalização, procurando simplificar todo o sistema.

Assim, se compararmos o normativo contabilístico angolano atual e o anterior Plano Oficial de Contas (POC) português, é notória a semelhança entre os normativos,

principalmente ao nível de terminologias das rubricas, tal como podemos observar na seguinte tabela 16. Contudo, de salientar que ficam excluídas de tratamento no PGCA, comparativamente ao POC, as disposições referentes a contabilização de locações (Diretriz Contabilística nº 25), a determinação, registos e divulgação dos impostos diferidos (Diretriz Contabilística nº 28), consolidação de contas (Capítulo 13 e 14 do POC), a contabilização e relato dos planos de benefícios de reforma (Diretriz Contabilística nº 19) e os efeitos das alterações das taxas de câmbio em DF's de operações estrangeiras (ponto 5.1 e 5.2). No entanto, com a aprovação do SNC, e a consequente revogação do POC, as diferenças entre o normativo contabilístico português e o angolano, agudizaram-se, como resultado da transposição das IFRS para o normativo português. Face ao exposto, e tendo em conta o contexto de globalização, é expectável o acompanhamento do PCGA às tendências contabilísticas internacionais.

Tabela 15 - Comparação de elementos das DF's entre SNC, PGCA e POC

SNC	PGCA	POC
Ativos Biológicos	N/A	N/A
Ativos Intangíveis	Imobilizados Incorpóreos	Imobilizados Incorpóreos
Ativos Fixos Tangíveis	Imobilizado Corpóreos	Imobilizado Corpóreos
Ajustamentos	Provisões	Provisões
Depreciações e Amortizações	Amortizações	Amortizações
Reconhecimento	Registo	Registo
Gastos	Custos e Perdas	Custos e Perdas
Imparidade	N/A	N/A
Inventários	Existências	Existências
Rendimentos	Proveitos e Ganhos	Proveitos e Ganhos
Reversão de Ajustamentos	Reposição de provisões	Reposição de provisões
Valor de mercado	Valor atual	Valor atual
Goodwill	Trepasse	Trepasse
Resultado líquido do período	Resultado líquido do exercício	Resultado líquido do exercício

Fonte: Elaboração Própria

2. Estudo Comparativo do Sistema Fiscal Angolano e Português

O sistema fiscal, tanto em Portugal como em Angola é na Constituição que encontramos os fundamentos para a sua criação, que segundo o artigo 103º, nº1 da Lei Constitucional nº 1/05 de 12 de agosto “visa a satisfação das necessidades financeiras do Estado e outras entidades públicas e uma, repartição justa dos rendimentos e da riqueza”. Estes mesmos dispostos encontram-se descritos no artigo 101º da Constituição da República de Angola de 2010 de 5 de fevereiro (CRA), da seguinte forma: “o sistema fiscal visa satisfazer as necessidades financeiras do Estado e outras entidades públicas, assegurar a realização da política económica e social do Estado e proceder a uma justa repartição dos rendimentos e riqueza nacional”. Tal como acontece no sistema contabilístico, o sistema fiscal angolano também resulta de alguma influência do sistema português.

Propomo-nos neste capítulo fazer uma análise descritiva e comparativa de cada um dos sistemas fiscais, tendo em conta a legislação em vigor no ano de 2014.

A instabilidade política e económica a que Portugal tem assistido nos últimos anos, levou os Governos a sucessivas alterações a nível da carga tributária. Por outro lado, temos Angola que nos últimos 12 anos, após o término da guerra civil, tem registado períodos de grande crescimento, tendo necessidade de alterar e atualizar alguns dos seus normativos, de forma a fazer face às novas realidades do País.

Nos últimos anos, Angola evoluiu de uma economia de guerra para uma economia de mercado muito dependente do setor petrolífero (AICEP, 2013). Na tabela 17 observamos a evolução das receitas petrolíferas e não petrolíferas, que como já foi dito anteriormente grande parte das receitas do Estado angolano advêm do setor petrolífero.

Tabela 16 - Evolução das receitas petrolíferas e não petrolíferas em Angola

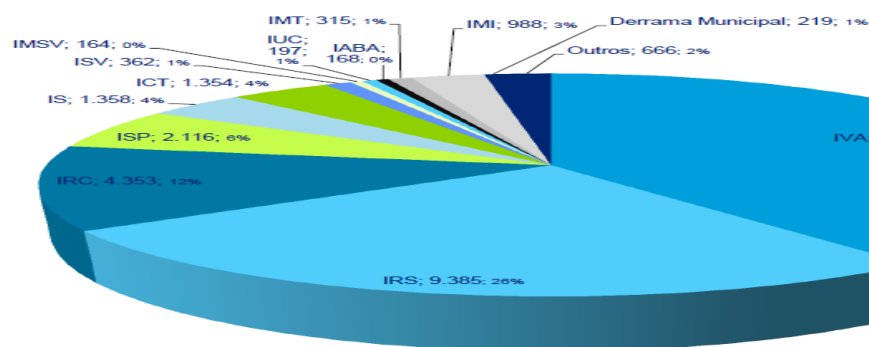
Tipo de Receitas	2010	2011	2012	2013
Petrolíferas	75,87%	79,93%	80,37%	74%
Não Petrolíferas	18,03%	14,88%	14,76%	20%

Fonte: Dados Ministério Finanças Angola e Banco Nacional de Angola (BNA)

Contudo, analisando a tabela acima, desde 2013 que assistimos uma redução das receitas petrolíferas, essa diminuição é justificada pelas alterações ocorridas a nível internacional no preço do barril de petróleo (Ministério da Finanças, 2013). Atendendo a essa situação, o Executivo angolano, tem procurado alternativas para fazer face a esta situação, as quais passam pelas receitas não petrolíferas.

Em Portugal tal como podemos observar no gráfico seguinte, as receitas do Estado advêm dos impostos, fruto de uma economia organizada. Segundo dados de 2013, grande parte das receitas são referentes ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e Imposto sobre o Rendimentos de Pessoas Singulares (IRS) com 65% das receitas (Deloitte, 2013).

Gráfico 1 – Receitas Fiscais 2014



Fonte: Dados Janeiro de 2013, Ministério das Finanças, Portugal

2.1. Análise Comparativa entre o Sistema fiscal Angolano e Português

A. Estrutura do Sistema Fiscal Angolano

O sistema fiscal angolano, tal como acontece em Portugal, encontra-se consagrado na constituição. Foi recentemente aprovado o novo Código Geral Tributário, que veio ajustar os princípios fundamentais do sistema fiscal ao atual contexto político e social do País, ficando desta forma os interesses do Estado, bem como as garantias dos contribuintes, mais sistematizados e devidamente acautelados (PWC, 2014a).

Desde 2011 que Angola se encontra em plena reforma do sistema fiscal. Este processo de reforma está a ser realizado por um órgão autónomo – Projeto Executivo para a Reforma

Tributária (PERT), organismo público criado pelo Decreto Presidencial nº155/2010 de 28 de julho, incumbido de conduzir a implementação da reforma tributária.

“O PERT tem como objetivo dotar o país de um moderno sistema tributário, capaz de dar respostas aos objetivos da política tributária e aos desafios do desenvolvimento socioeconómico, visando não apenas a captação de maiores receitas para o Estado, mas também a constituição de um válido e eficaz instrumento nas políticas de atração de investimento, de promoção do emprego e da integração social, mediante o incremento da justiça na repartição da carga contributiva”.

Os artigos 1º a 4º, referem que este é um organismo público e durante cinco anos deverá conduzir a implementação da reforma tributária, sob coordenação e direção geral do Secretário de Estado das Finanças, que deve reportar trimestralmente ao Presidente da República.

Atualmente o sistema fiscal angolano é constituído, tendo em conta o regime geral e o regime especial de tributação.

Para o regime geral de tributação, integram os seguintes impostos:

- Tributação Rendimento:
 - Impostos sobre o Rendimento do Trabalho (IRT);
 - Imposto Industrial (II);
 - Imposto sobre a Aplicação de Capitais;
 - Imposto Predial Urbano.
- Tributação Consumo:
 - Imposto de Consumo (IC);
 - Imposto de Selo.
- Tributação Património:
 - SISA e Imposto sobre Sucessões e Doações.

E o regimes especial de tributação é constituído pela:

- Tributação das Atividades Petrolíferas;
- Tributação da Atividade Geológica e Mineira.

B. Estrutura do Sistema Fiscal Português

Tal como já foi dito anteriormente, é na Lei Constitucional nº1/05 de 12 de agosto, que encontramos definidos os princípios orientadores do sistema fiscal, o artigo 104º,

determina que devem existir impostos sobre o rendimento pessoal, sobre o rendimento das empresas, sobre o património e sobre o consumo. Esta matéria também vem consagrada na Lei Geral Tributária (LGT), que regula e estabelece as relações jurídico-tributárias (Decreto-Lei nº398/98 de 17 de dezembro).

O sistema fiscal português atualmente em vigor resultou de várias reformas, tendo atualmente a seguinte composição:

Os impostos sobre o rendimento:

- Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS);
- Impostos sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC).

Os impostos relativos ao património:

- Imposto Municipal sobre Imóveis;
- Imposto sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis;
- Imposto de Selo.

E, por último, os impostos referentes ao consumo:

- Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA);
 - Impostos Especiais de Consumo.

De seguida, é efetuada uma descrição e, posteriormente, uma análise comparativa dos impostos relativos ao rendimento e consumo de cada país. Por último, ser efetuada uma pequena descrição do funcionamento da tributação especial em Angola, relativa às atividades petrolíferas.

2.1.1. Impostos Sobre o Rendimento

Neste primeiro ponto iremos fazer uma pequena abordagem e posteriormente uma análise comparativa sobre os principais impostos sobre o rendimento tanto em Angola como em Portugal. Começaremos pelo imposto sobre o rendimento das pessoas singulares e posteriormente sobre o rendimento das pessoas coletivas.

2.1.1.1. Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

2.1.1.1.1. Imposto sobre o Rendimento do Trabalho

O Código do Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho (CIRT), incide sobre o rendimento das pessoas singulares e foi aprovado pela Lei nº18/14 de 22 de outubro, que revoga a Lei nº10/99 de 22 de outubro.

O IRT incide sobre os rendimentos por conta própria ou por conta de outrem, expresso em dinheiro ou espécie, de natureza contratual ou não contratual, periódicos ou ocasionais, fixos ou variáveis, independentemente da sua proveniência, local da moeda e de forma estipulada para o seu cálculo e pagamento (artigo 1º). São sujeitos passivos de imposto, nos termos do artigo 2º, as pessoas singulares residentes e não residentes em território angolano, cujos rendimentos resultem de serviços prestados, direta ou indiretamente, a pessoas singulares ou coletivas com domicílio, sede, direção efetiva ou estabelecimento estável em Angola.

O CIRT estabelece três grupos de tributação, A, B e C.

Grupo A

Incide sobre as remunerações recebidas pelos trabalhadores por conta de outrem e pagas por uma entidade patronal e os rendimentos dos trabalhadores cujo vínculo de emprego se encontra regulado pelo regime jurídico da função pública. São também tributados neste grupo, os gerentes, administradores e órgão sociais.

São rendimentos do Grupo A, todas as remunerações expressas em dinheiro, ainda que auferidas em espécie, de natureza contratual, periódico ou ocasionais, fixas ou variáveis, independentemente da sua proveniência, local, moeda, forma estipulada para o seu cálculo e pagamento, auferidos pelos trabalhadores por conta de outrem (artigo 7º, nº1).

A determinação da matéria coletável faz-se pela seguinte forma:

- a) Dedução das contribuições obrigatórias para a Segurança Social;
- b) Dedução das componentes remuneratórias não sujeitas ou isentas de tributação.

A liquidação do imposto, será feita pelas entidades responsáveis pelo pagamento dos rendimentos após realização das deduções e aplicações das taxas constantes na tabela anexa ao código, que variam entre 7% e 17%. Posteriormente, procede-se ao preenchimento do

Documento de Liquidação de Impostos, anexo VI. Deverá também ser entregue no mês de fevereiro de cada ano, a declaração Modelo 2, tal como consta no anexo VII.

Grupo B

Constam neste grupo, as remunerações recebidas pelos trabalhadores por conta própria que desempenhem, de forma independente, atividades constantes da lista de profissões anexa ao código, e os rendimentos auferidos por titulares de cargos de gerência ou administração ou por titulares de órgãos sociais de sociedades (artigo 3º, al.3).

O rendimento coletável dos contribuintes do Grupo B apura-se, nos seguintes termos:

- a) Quanto aos rendimentos pagos por pessoas coletivas ou singulares sem contabilidade organizada, a matéria coletável corresponde a 70% do valor pago (rendimento bruto);
- b) Quanto aos rendimentos pagos por entidades que não se enquadrem na alínea anterior, a matéria coletável apura-se com base na contabilidade ou registos contabilísticos do sujeito passivo ou com base nos registos disponíveis sobre compras, vendas e serviços prestados, ou ainda com base nos dados que a administração fiscal disponha.

Nos termos do nº2, do artigo 8º, o apuramento do rendimento dos trabalhadores por conta própria, constantes na alínea b), são deduzidos os encargos referentes a renda de instalação, remuneração do pessoal permanente não superior a três, consumo de água e energia elétrica, comunicações, seguros com o exercício da atividade, trabalhos laboratoriais efetuados em estabelecimentos diferenciados dos que estejam afetos ao exercício da atividade profissional do contribuinte, outras despesas indispensáveis à formação do rendimento, incluídas verbas para a reintegração das instalações.

São consideradas despesas 30% do rendimento bruto do contribuinte, desde que não possua contabilidade organizada.

A liquidação do imposto devido pela atribuição de rendimentos do Grupo B é efetuada nos seguintes termos:

- Pela entidade pagadora desses rendimentos, mediante retenção na fonte;
- Pelo contribuinte quando os rendimentos pagos pelas pessoas coletivas ou singulares sem contabilidade organizada.

As entidades competentes pela liquidação do imposto, deverão entregar no mês de fevereiro a declaração anual Modelo 2, quando se tratar de entidades com contabilidade organizada. E uma declaração de Modelo 1 (anexo VIII), em março, tratando-se de entidades sem contabilidade organizada.

Quanto à taxa de apuramento do rendimento, será aplicada uma taxa única de 15% (artigo 16º, al. 2).

Grupo C

Neste grupo, incide sobre todas as remunerações recebidas pelo desempenho de atividades indústrias e comerciais, que se presumem, todas as constantes na tabela de lucros mínimos.¹²

Em conformidade com o artigo 9º do CIRT, o rendimento coletável dos contribuintes deste grupo determina-se tendo em conta a tabela anteriormente referida. Contudo, sempre que o contribuinte verifique que o volume de faturação seja quatro vezes superior ao valor máximo constante na tabela para a respetiva atividade, a matéria coletável corresponde ao volume de vendas de bens e serviços não sujeitos à retenção na fonte, no decorrer do exercício. Quando os contribuintes deste grupo prestem serviços sujeitos a retenção na fonte, nos termos do CII, a matéria coletável corresponde ao valor do serviço.

Importa referir que, os rendimentos auferidos por trabalhadores deste grupo, será aplicada uma taxa de 30%, sobre o valor constante na tabela dos lucros mínimos ou caso o volume de faturação seja superior ao previsto para atividade e de 6,5% para as restantes situações (artigo 16º, al.4).

2.1.1.1.2. Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

O IRS é o imposto, em Portugal, que incide sobre os rendimentos obtidos por pessoas singulares. O Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS), foi aprovado pelo Decreto-Lei nº442-A/88 de 30 de novembro, entretanto atualizado pela Lei nº2/2014 de 16 de janeiro. De acordo com o disposto no código, este, pretende tributar de forma progressiva e global os rendimentos detidos pelas pessoas singulares residentes no

¹² Aprovada pelo Decreto Executivo nº15/09 de 3 de março, adota a Classificação de Atividades Económicas em Angola- CAE-Rev.1. A tabela dos lucros mínimos aplica-se tendo em conta: os estabelecimentos; quaisquer instalações comerciais ou industriais das empresas; as atividades exercidas sem instalações.

território português e por não residentes que obtenham rendimentos sujeitos a tributação em Portugal.

Nos termos do código, o rendimento das pessoas singulares surge agrupado em seis categorias:

- Categoria A – Rendimentos do trabalho dependente - consideram-se rendimentos do trabalho dependente todas as remunerações pagas ou postas à disposição do seu titular, provenientes do trabalho por conta de outrem prestados ao abrigo de contrato individual de trabalho ou de outro a ele legalmente equiparado, trabalho prestado ao abrigo de contrato de aquisição de serviços ou outro de idêntica natureza, exercício de função, serviço ou cargo públicos, e situações de pré-reforma, pré-aposentação ou reserva, com ou sem prestação de trabalho;
- Categoria B – Rendimentos empresariais e profissionais - consideram-se rendimentos empresariais e profissionais os decorrentes do exercício de qualquer atividade comercial, industrial ou agrícola, silvícola ou pecuária, os auferidos no exercício por conta própria, de qualquer atividade de prestação de serviços, incluindo os de caráter científico, artístico ou técnico e os provenientes da propriedade intelectual ou industrial ou da prestação de informação respeitantes a uma experiência adquirida no setor industrial, comercial ou científico;
- Categoria E – Rendimentos de capitais - consideram-se rendimentos de capitais os frutos e demais vantagens económicas, qualquer que seja a sua natureza ou denominação, sejam pecuniários ou em espécie, procedentes, direta ou indiretamente, de elementos patrimoniais, bens, direitos ou situações jurídicas, de natureza mobiliária, bem como da respetiva modificação, transmissão ou cessação, com exceção dos ganhos e outros rendimentos tributados noutras categorias. Nesta categoria destacamos os juros e lucros derivados de participações de capital;
- Categoria F – Rendimentos prediais - consideram-se rendimentos prediais às rendas dos prédios rústicos, urbanos e mistos pagas ou colocadas à disposição dos respetivos titulares;
- Categoria G – Incrementos patrimoniais - constituem incrementos patrimoniais as mais-valias, as indemnizações que visem a reparação de danos não patrimoniais, de danos emergentes não comprovados e de lucros cessantes, considerando-se neste último caso como tais apenas as que se destinem a ressarcir os benefícios líquidos

deixados de obter em consequência da lesão, as importâncias auferidas em virtude da assunção de obrigações de não concorrência, independentemente da respetiva fonte ou título e os acréscimos patrimoniais não justificados, determinados nos termos dos artigos 87º, 88º ou 89º-A do Decreto-Lei nº398/98 de 16 de janeiro;

- Categoria H – Pensões - consideram-se pensões as prestações devidas a título de pensões de aposentação ou de reforma, velhice, invalidez ou sobrevivência, bem como outras de idêntica natureza, as prestações a cargo de companhias de seguros, fundos de pensões, ou quaisquer outras entidades, devidas no âmbito de regimes complementares de segurança social em razão de contribuições da entidade patronal, e que não sejam consideradas rendimentos do trabalho dependente, as pensões e subvenções e as rendas temporárias ou vitalícias.

A determinação do rendimento coletável em IRS é o que resulta do englobamento dos rendimentos das várias categorias auferidas em cada ano, depois de feitas as deduções e os abatimentos (artigo 22º).

Este imposto é calculado tendo em conta a tributação conjunta dos rendimentos do agregado familiar, de forma a refletir a dimensão da família.

Figura 3 - Cálculo do IRS

	Rendimento bruto de cada categoria
(-)	Deduções específicas
(=)	Rendimento líquido de cada categoria
(-)	Dedução de perdas
(=)	Rendimento coletável
(/)	Quociente conjugal (1 ou 2)
(x)	Taxa IRS e taxa de solidariedade
(-)	Parcela a abater
(/)	Quociente conjugal (1 ou 2)
(=)	Coleta
(-)	Deduções à coleta (inclui benefícios fiscais)
(=)	IRS liquidado
(-)	Ret. na fonte + Pag. p/ conta
(+)	Sobretaxa ⁽¹⁾
(=)	IRS (pagar/recuperar)

Fonte: Guia Fiscal PWC 2014b, IRS.

Tal como podemos observar na figura 3, uma vez efetuadas as deduções e abatimentos, é apurado o rendimento final tributável do contribuinte, sujeito a um sistema de taxas progressivas, que diferenciam os contribuintes em função do seu volume de rendimentos.

De acordo com o artigo 68º, as taxas gerais do imposto são as constantes na tabela seguinte:

Tabela 17 - Taxas Gerais de IRS

Rendimento coletável (euros)	Taxas (percentagem)	
	Normal (A)	Media (B)
Ate 7 000	14,50	14,500
De mais de 7 000 ate 20 000	28,50	23,600
De mais de 20 000 ate 40 000	37	30,300
De mais de 40 000 ate 80 000	45	37,650
Superior a 80 000	48	—

Fonte: CIRS, artigo 68º.

Contudo, ao quantitativo do rendimento coletável superior a 80000€, incidem as taxas adicionais de solidariedade¹³, que varia de 2,5% e 5%. Para além das taxas já referenciadas, o IRS prevê aplicação de taxas liberatórias¹⁴, taxas especiais¹⁵ e taxas de tributação autónomas em determinadas situações.

O CIRS prevê ainda aplicação de uma sobretaxa extraordinária, sobre a parte do rendimento coletável de IRS que resulta do englobamento, acrescido dos rendimentos sujeitos às taxas especiais, auferidos pelos sujeitos passivos. Sobre o valor anual da retribuição mínima mensal, incide a sobretaxa extraordinária de 3,5% (artigo 72º-A).

Os sujeitos passivos devem apresentar anualmente uma declaração de Modelo 3 (anexo IX), relativamente aos rendimentos do ano anterior e a outros elementos informativos relevantes para a sua concreta situação tributária.

De referir que no seu artigo 81º, o CIRS estabelece alguns critérios para a eliminação da dupla tributação internacional, onde os titulares de rendimentos das diferentes categorias obtidas no estrangeiro têm direito a um crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional, que corresponde à menor importância entre o imposto sobre o rendimento pago no estrangeiro e a fração da coleta de IRS, correspondente aos rendimentos que no país em causa possam ser tributados, líquidos das deduções previstas no código. Contudo, caso exista convenção para a eliminar a dupla tributação celebrada por Portugal, a dedução

¹³ Taxa adicional de solidariedade – A taxa adicional de solidariedade aplica-se de forma progressiva à parte do rendimento coletável que exceda 80000€. Assim, aplica-se a taxa de 2,5% aos rendimentos coletáveis entre 80000€ e 250000€. A parte do rendimento que exceda 250000€ será tributada à taxa de 5%. (PWC, 2014).

¹⁴ Taxas liberatórias - São taxas de IRS tributadas a título definitivo e não passíveis de quaisquer deduções, na sua base estão razões diversas como proteção fiscal, simplicidade, competitividade internacional, etc. O artigo 71º prevê aplicação de taxas liberatórias de 28%, contudo existem algumas exceções constantes nesse mesmo artigo.

¹⁵ Taxas especiais – Incidem sobre rendimentos que, ou são obtidos por não residentes, ou não são englobados, mas que, como regra, não podem ser sujeitos a retenção na fonte.

a efetuar não pode ultrapassar o imposto pago no estrangeiro nos termos previstos pela convenção (nº1 e 2).

Análise comparativa

Tendo em conta as últimas alterações ocorridas no diploma angolano, verificamos que existe cada vez mais uma aproximação a nível de estrutura e organização entre os dois diplomas.

Quanto a incidência, o IRT incide sobre o rendimento de pessoas singulares quer sejam ou não residentes no território angolano, tal como acontece com o IRS, que incide sobre os rendimentos obtidos por pessoas singulares residentes ou não residentes em território português.

O IRT, encontra-se dividido em três grupos de tributação, o Grupo A (incide sobre as remunerações dos trabalhadores por conta de outrem e trabalhadores da função pública), o Grupo B (incide sobre as remunerações dos trabalhadores por conta própria e dos trabalhadores com cargo de gerência ou administração), e o Grupo C (incide sobre a remuneração dos trabalhadores com atividades industriais e comerciais constantes na tabela dos lucros mínimos). Em contrapartida o IRS, divide-se em seis categorias de tributação, a A-rendimentos do trabalho dependente, B-rendimentos empresariais profissionais, E-rendimentos de capitais, F-rendimentos prediais, G-incrementos patrimoniais, e categoria H-pensões (CIRT e CIRS).

Tabela 18 – Síntese Comparação IRT e IRS

Tipo de rendimento	Angola	Portugal
Rendimento do trabalho:		
- Trabalhador por conta de outrem	IRT (Grupo A)	IRS (Categoria A)
- Trabalhador por conta própria	IRT (Grupo B)	IRS (Categoria B)
- Atividades industriais e comerciais	IRT (Grupo C)	IRS (Categoria B)
Rendimentos de capitais	S/C	IRS (Categoria E)
Rendimentos prediais	S/C	IRS (Categoria F)
Incrementos patrimoniais	S/C	IRS (Categoria G)
Pensões	S/C	IRS (Categoria H)

Fonte: Elaboração própria, com base no CIRT e no CIRS

Como podemos observar na tabela 19, o Grupo A do IRT, corresponde a categoria A do IRS, o Grupo B a categoria B e o Grupo C, também corresponde a categoria B do IRS. As restantes categorias não têm correspondência no IRT.

A grande diferença a destacar, verifica-se na determinação do imposto a pagar/recuperar, o IRS permite o englobamento dos rendimentos das várias categorias e é calculado tendo em conta os rendimentos do agregado familiar. O que não acontece com o IRT, em que ainda não é possível calcular o imposto tendo em conta o agregado familiar.

Outra diferença encontra-se a nível das despesas possíveis de dedução. No IRT, não é possível deduzir aos rendimentos obtidos despesas pessoais ou familiares com educação, saúde e habitação. Em contrapartida, no IRS é possível deduzir esse tipo de despesas, tendo em conta os limites estabelecidos pelo código (CIRT e CIRS).

De referir que em ambos os países, os rendimentos dos contribuintes são sujeitos a um sistema de retenção na fonte a taxas progressivas e as contribuições para a segurança social. Contudo, o CIRS, prevê aplicação de uma sobretaxa extraordinária, enquanto o CIRT não estabelece aplicação desta taxa.

Por último, importa referir também que, enquanto no CIRS estão estabelecidas regras para a eliminação da dupla tributação, no CIRT não são mencionadas regras, nem existem convenções para a eliminação da dupla tributação.

2.1.1.2. Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

O imposto sobre o rendimento das sociedades, representa um fator importante na tomada de decisão das empresas que pretendam apostar na internacionalização e captar investimentos.

Neste ponto iremos analisar o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas em Angola o II e em Portugal o IRC.

2.1.1.2.1. Imposto Industrial

Em matéria de tributação dos rendimentos das empresas, o sistema fiscal angolano assenta, de forma geral no CII. Este é complementado com impostos e regimes dirigidos à

tributação de atividades específicas e de especial relevância para a economia angolana, como os impostos sobre a atividade petrolífera e no regime fiscal para a indústria mineira, (Sanches e Gama, 2010, referido por Nunes, 2013: 59).

É no CII, aprovado pelo Diploma Legislativo nº35/72 de 29 de abril, entretanto atualizada pela Lei nº19/14 de 22 de outubro, que podemos encontrar todos os procedimentos para a determinação do II.

Nos termos do código, o II incide sobre os lucros imputáveis ao exercício de qualquer atividade de natureza comercial ou industrial.

São consideradas atividades de natureza comerciais ou industriais:

- De exploração agrícolas, avícola, silvícolas, pecuárias e piscatórias;
- De mediação, agência ou representação na realização de contratos de qualquer natureza;
- O exercício de atividades reguladas pela entidade de supervisão de seguros, entidade de supervisão de jogos, pelo Banco Nacional de Angola e pela Comissão do Mercado de Capitais;
- A atividade das sociedades cujo objeto consista na mera gestão de carteira de imóveis, de participações sociais ou títulos;
- A atividade das fundações, fundos autónomos, cooperativas e associações de beneficências.

Encontram-se sujeitas ao II, as pessoas coletivas, nacionais ou estrangeiras, que exerçam atividade em território angolano:

- As pessoas coletivas que tenham, sede ou direção efetiva em Angola - São tributadas pela totalidade dos lucros obtidos, quer em Angola, quer no estrangeiro;
- As pessoas coletivas que tenham sede ou direção efetiva no estrangeiro e estabelecimento estável em Angola - São tributados pelos lucros imputáveis ao estabelecimento estável ali situado, pelos lucros imputáveis às vendas de mercadorias e pelos lucros imputáveis a outras atividades comerciais, exercidas pelo estabelecimento estável;
- As pessoas que tenham sede ou direção efetiva no estrangeiro, que não possuam estabelecimento estável em Angola, serão tributados a taxas liberatórias.

No artigo 6º, estão estabelecidos algumas isenções e benefícios fiscais, de forma a incentivar o investimento e o desenvolvimento de determinadas atividades. Essas isenções são tributadas ao abrigo de um acordo com o Estado ou entidade pública dotada com poderes para conceder tais isenções. Contudo, nos nºs 5 e 6 estão descritas algumas entidades isentas de II, nomeadamente:

- As associações, Fundações e Cooperativas, que mediante parecer da Direção Nacional de Impostos, poderão receber isenção até 5 anos;
- As companhias de navegação marítimas ou aéreas, se, no país da sua nacionalidade, as companhias angolanas de igual objeto social gozarem da mesma prerrogativa.

O CII estabelece dois grupos de tributação, o Grupo A e o Grupo B, de forma a facilitar os contribuintes.

Grupo A

São tributados neste grupo, pelos lucros efetivamente obtidos e determinados através da contabilidade, as empresas públicas, as sociedades constituídas nos termos da Lei das Sociedades Comerciais ou da Lei das Sociedades Unipessoais, de capital igual ou superior a 2.000.000Kz, as sociedades constituídas nos termos das leis anteriormente mencionadas com proveitos totais anuais de valor igual ou superior a 500.000.000Kz, as Associações, Fundações e Cooperativas cuja atividade gere proveitos adicionais às dotações e subsídios recebidos dos seus associados e cooperantes e as sucursais de sociedades não residentes no território angolano (al. a), b) e c) do artigo 8º).

De acordo com o disposto no artigo 12º, a matéria coletável é determinada com base na declaração fiscal e através das DF's apresentadas pelos contribuintes. Não obstante, no caso de insuficiência ou falta dos elementos necessários à determinação do imposto, administração tributária pode utilizar métodos indiretos de apuramento da matéria coletável (nºs 1 e 2).

Figura 4 - Cálculo para a determinação da Matéria Coletável segundo o CII do Grupo A

$$\text{Matéria Coletável} = \text{Proveitos} - \text{Custos (incluindo amortizações e provisões dentro dos limites definidos em legislação própria)} + / - \text{correções fiscais}$$

Fonte: Elaboração Própria, adaptado ao CII.

O Lucro tributável reportar-se-á ao saldo revelado pela conta de resultados do exercício elaborada em obediência aos princípios contabilísticos, e consiste na diferença entre todos os proveitos ou ganhos realizados e os custos ou gastos incorridos no exercício, valores que podem ser eventualmente corrigidos nos termos do CII (nº3).

De acordo com o código, consideram-se proveitos e custos para efeitos fiscais, os constantes na tabela seguinte:

Tabela 19 - Proveitos e custos para efeitos fiscais segundo do CII

Proveitos/Ganhos	Custos/Gastos
<p>Consideram-se proveitos ou ganhos realizados no exercício, os derivados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Da exploração básica, tais como a venda de bens ou serviços; - De explorações complementares ou acessórias; - De operações de natureza financeira; - De rendimentos da propriedade industrial; - Da prestação de serviços de caráter científico ou técnico; - Os valores de construções, equipamentos, ou outros bens de investimento produzidos e utilizados na própria empresa; - As indemnizações, - As mais-valias realizadas; - As variações patrimoniais positivas; - Os perdões de dívidas. 	<p>Consideram-se custos ou gastos imputáveis ao exercício, nomeadamente os:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Encargos da atividade básica, acessória ou complementar, relativos à produção ou aquisição de quaisquer bens ou serviços; - Encargos de distribuição e venda; - Encargos de natureza financeira; - Encargos de natureza administrativa; - Encargos com análises, racionalização, investigação, consulta e formação do pessoal; - Encargos fiscais e para-fiscais; - Reintegração e amortização dos elementos do ativo sujeitos a depreciação; - Provisões; - Indemnizações e prejuízos resultantes de eventos cujo risco não seja segurável; - Assistência social (médica, creches, cantinas e escolas).

Fonte: Adaptado do CII

Dos encargos descritos na tabela 20, importa destacar os custos com as amortizações e provisões. São aceites como custos ou perdas do exercício, até ao limite das taxas anuais fixadas pela Portaria 755/72 de 26 de outubro, os encargos de reintegração e amortização dos elementos do ativo imobilizado corpóreo e incorpóreo, sujeitos a depreciação (artigo 24º, nº1).

Quanto às provisões, são aceites custos para efeitos fiscais as que se destinarem a ocorrer obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso, as que tiverem por fim a cobertura de créditos de cobrança duvidosa, as que se destinarem a cobrir a perda de valor com existências, as que tiverem sido constituídas de acordo com as obrigações impostas pelas entidades públicas reguladoras do setor financeiro. Contudo, essas provisões só serão aceites tendo em conta as taxas e limites estabelecidos pela Portaria 668/72 de 28 de setembro.

O CII prevê a liquidação do II em duas fases, a provisória e a definitiva. No processo provisório, os contribuintes do Grupo A, deverão efetuar a liquidação até ao final do mês

de agosto, referente ao próprio exercício fiscal. Este processo recai sobre as vendas onde será aplicada uma taxa de 2% e, sobre as prestações de serviço, onde a taxa será de 6,5%. Na liquidação definitiva, o imposto retido no processo provisório será posteriormente deduzido à coleta final. Para os contribuintes deste grupo deverão efetuar a sua liquidação no mês de maio de cada ano, juntamente com a declaração do Modelo 1 (anexo X), acompanhada obrigatoriamente pela Demonstração dos Resultados por Natureza, Balanço, Balancete geral analítico, devidamente assinado pelo contabilista responsável pela sua elaboração. Deve igualmente acompanhar a declaração, o relatório e o parecer do respectivo contabilista sobre as DF's (artigos 66º ao 70º).

Grupo B

São tributados neste grupos, nos termos dos artigos 7º e 10º, todas as entidades que não se enquadrem no Grupo A, e as entidades que devam imposto somente pela prática de alguma operação ou ato isolado de natureza comercial ou industrial.

A tributação incide sobre os lucros efetivamente obtidos pelos contribuintes e determinados através da sua contabilidade ou sobre os lucros que presumivelmente obtiveram, quando não diretamente apuráveis através dos elementos contabilísticos disponibilizados pelo contribuintes.

Relativamente à determinação da matéria coletável, os contribuintes do grupo B que possuam contabilidade organizada, deverão fazê-lo nos termos estabelecidos para o do grupo A. Por outro lado, os contribuintes que não se enquadrem nos critérios referidos anteriormente, a matéria coletável corresponde ao volume de vendas de bens e serviços prestados (artigo 59º do CII). Todavia, quanto as deduções, os contribuintes com contabilidade organizada podem efetuar deduções nos termos estabelecidos para o Grupo A e para os restantes não são permitidas quaisquer deduções.

Tal como já foi dito anteriormente, os contribuintes deste grupo deverão efetuar a liquidação provisória até ao mês de julho. Relativamente à liquidação definitiva, deverá ser feita no mês de abril de cada ano. Todavia, as entidades com contabilidade organizada, devem apresentar a Declaração Modelo 1, relativa ao conjunto de atividades exercidas durante o ano anterior, juntamente como o Balanço, Balancete, Demonstração dos Resultados e os respetivos anexos e relatório técnico, todos devidamente assinados pelo contabilista responsável. Por outro lado, os que não possuam contabilidade organizada deverão apresentar a Declaração Modelo 2.

Taxas

Em conformidade com o artigo 64º, a taxa geral de II é de 30%. Contudo, tratando-se de rendimentos provenientes de exploração agrícola, aquícola, avícola, pecuária, piscatória e silvícola aplica-se uma taxa única de 15%.

De referir que a matéria coletável apurada, tendo em conta o volume de vendas de bens e serviços prestados, é aplicada uma taxa de 6,5%. Não obstante, mediante autorização do Ministro das Finanças à taxa do II, poderá ser reduzida no âmbito de projetos de investimentos privados licenciados por autoridades públicas.

A taxa de II, poderá ser acrescida de uma taxa de tributação autónoma, de acordo com o artigo 17º, tendo em atenção três categorias de custos não aceites fiscalmente:

- Custos indevidamente documentados – 2%;
- Custos não documentados – 4%;
- Custos incorridos com despesas confidenciais – 30%, esta taxa é elevada para 50% quando as mesmas digam respeito a um sujeito passivo isento ou não sujeito de II.

Por último importa aqui referir que a taxa liberatória é de 6,5% (nºs 1 a 7).

O CII prevê, ainda alguns mecanismos que visam permitir o controlo da atividade desenvolvida pelos contribuintes, os quais consubstanciam-se na obrigação de inscrição no Registo Geral de Contribuintes, na obrigação legal da Administração Fiscal proceder periodicamente à revisão fiscal dos contribuintes, as entidades que tutelam determinados setores de atividade devem comunicar as autoridades fiscais os atos praticados pelas empresas que operam no respetivo setor de atividade, os contribuintes devem arquivar adequadamente os livros da sua escrituração e documentos durante cinco anos e a respetiva repartição de finanças deve manter um verbete individual de cada contribuinte, no qual são recolhidos nas ações de fiscalização.

2.1.1.2.2. Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

O Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), aprovado pelo Decreto – Lei nº442-B/88 de 30 de novembro, entretanto republicado pela Lei nº2/2014 de 16 de janeiro, tem como objetivo estabelecer as regras e procedimentos necessários para o apuramento do IRC, imposto que recai sobre os rendimentos das empresas.

São sujeitos passivos deste imposto (artigo 2º):

- As sociedades comerciais, as cooperativas, empresas públicas e as demais pessoas coletivas de direito público ou privado, com sede ou direção efetiva em território português;
- As entidades com sede ou direção efetiva em território português, cujos rendimentos não sejam tributáveis em IRS;
- As entidades que não tenham sede nem direção efetiva em território português e cujos rendimentos nele obtidos não sejam sujeitos a IRS.

Importa referir que, nos termos do código, consideram-se residentes as pessoas coletivas e outras entidades que tenham sede e direção efetiva em território português. Estes são tributados pela totalidade dos rendimentos, incluindo os obtidos fora do território. Quanto aos não residentes, estes são tributados pelos rendimentos obtidos no território português.

O IRC incide sobre:

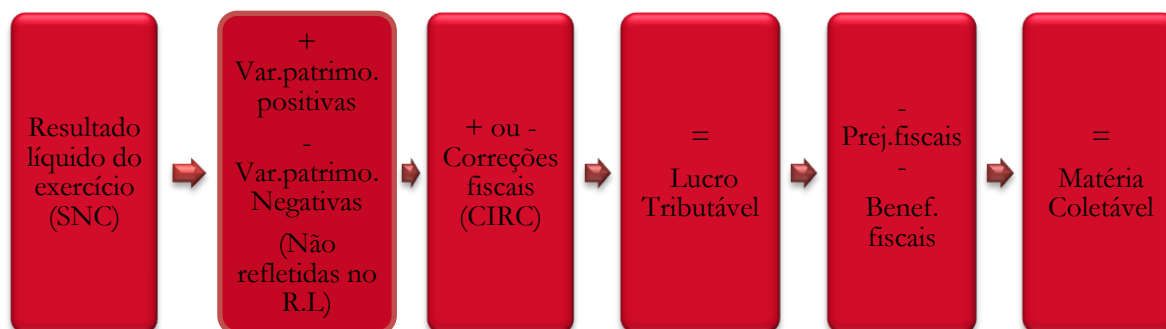
- a) O lucro das entidades referidas, que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola;
- b) O rendimento global, correspondente à soma algébrica dos rendimentos das diversas categorias consideradas para efeitos de IRS e dos incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito, para as entidades que não exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola;
- c) O lucro imputável a estabelecimento estável situado em território português para as entidades que não tenham sede nem direção efetiva em Portugal;
- d) Os rendimentos das diversas categorias, consideradas para efeitos de IRS e os incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito, para as entidades que não possuam estabelecimento estável ou que, possuindo, não lhes sejam imputáveis.

De forma a facilitar o desenvolvimento de algumas atividades, estão estabelecidas no CIRC, algumas isenções, nomeadamente:

- Ao Estado, Regiões Autónomas, autarquias locais, associações de direito público, federações e instituições de segurança social;
- Pessoas coletivas de utilidade pública e de solidariedade social;
- Atividades culturais, recreativas e desportivas;
- Sociedades e outras entidades abrangidas pelo regime de transparência fiscal;
- Pessoas coletivas e outras entidades de navegação marítima ou áreas, entre outras isenções.

Quanto à determinação da matéria coletável, deveremos ter em atenção o lucro tributável, que corresponderá ao valor contabilístico corrigido, nos termos do CIRC. Tal como podemos observar na figura 5, a matéria coletável é a base sobre o qual vai incidir a taxa de IRC, resultando daí a coleta, que após deduções eventuais acréscimos determinará o imposto a pagar ou a receber. Contudo, o cálculo da matéria coletável tem como ponto de partida o lucro tributável.

Figura 5 - Determinação da Matéria Coletável



Fonte: Elaboração própria, a partir do Decreto – Lei nº159/2009 de 13 de julho.

No seu artigo 15º, o CIRC, estabelece as bases para a determinação da matéria colável para as entidades supra referidas, no entanto, a nossa análise incidirá sobre as pessoas coletivas e outras entidades residentes que exerçam, a título principal atividade comercial, industrial ou agrícola. Para este tipo de entidades a matéria colável obtêm-se através da dedução ao lucro tributável, os prejuízos e os benefícios fiscais que eventualmente possam existir /al. a)).

Lucro Tributável

O lucro tributável, é constituído pela soma algébrica do resultado líquido do período e das variações patrimoniais positivas e negativas, determinadas com base na contabilidade (artigo 17º, nº1).

Para efeitos de determinação do resultado líquido, consideram-se rendimentos e gastos, para efeitos fiscais, os descritos na tabela seguinte:

Tabela 20 - Rendimentos e gastos para efeitos fiscais em IRC

Rendimentos	Gastos
<ul style="list-style-type: none">- Relativos a vendas ou prestações de serviços;- Rendimentos de imóveis;- De natureza financeira;- Rendimentos de propriedade industrial ou outros análogos;- Prestações de serviços de carácter científico ou técnico;- Ganhos por aumento do justo valor em instrumentos financeiros;- Ganhos por aumento de justo valor em ativos biológicos consumíveis;- Mais-valias realizadas;- Indemnizações;- Subsídios à exploração.	<ul style="list-style-type: none">- Relativos à produção ou aquisição de quaisquer bens ou serviços;- Relativos à distribuição e venda;- De natureza financeira;- De natureza administrativa;- Relativos a análises, racionalização, investigação e consulta;- De natureza fiscal e parafiscal;- Depreciações e amortizações;- Ajustamentos em inventários, perdas por imparidade e provisões;- Perdas por reduções do justo valor em instrumentos financeiros;- Perdas por reduções do justo valor em ativos biológicos consumíveis;- Menos-valias realizadas;- Indemnizações resultantes de eventos cujo risco não seja segurável.

Fonte: Elaboração própria, adaptado ao CIRC.

Dos gastos referidos na tabela, importa destacar, os gastos com as depreciações e amortizações, imparidades e provisões. Quanto às depreciações e amortizações, são aceites como gastos as resultantes de elementos do ativo sujeitos a depreciação, tais como ativos tangíveis, ativos biológicos que não sejam consumíveis e as propriedades de investimento contabilizadas ao custo histórico. Contudo, é necessário ter em atenção os limites estabelecidos pelo código e legislação específica (artigos 29º a 34º).

Relativamente às imparidades, podem ser deduzidos para efeitos fiscais as perdas por imparidades relacionadas com perdas por imparidades em inventários e em dívidas a receber com créditos resultantes de cobranças duvidosa, relativas a recibos por cobrar reconhecidos pelas empresas de seguros, perdas por imparidade em ativos não correntes (artigos 28º).

Quanto às provisões aceites fiscalmente consideram-se as que se destinem a fazer face as obrigações e encargos derivados de processos judiciais, encargos com garantias a clientes previstas em contratos de venda e prestações de serviços, as provisões obrigatórias para as

empresas de seguros e as que se destinam a fazer face a encargos com reparações de danos de carácter ambiental (artigos 39º e 40º).

Relativamente ainda à determinação da matéria coletável, os sujeitos passivos residentes não isentos nem sujeitos a um regime especial de tributação, que exerçam a título principal uma atividade de natureza, comercial, industrial ou agrícola, podem optar pelo regime simplificado de determinação da matéria coletável. Onde a matéria coletável determina-se através da aplicação de um coeficiente, que varia de 0,04 e 1, dependendo da atividade em questão (artigos 86º-A e 86º-B).

Taxas

A taxa geral de IRC é de 23%, contudo para as pequenas e médias empresas será aplicada uma taxa de 17%, aos primeiros 15.000€ de lucro tributável. Não obstante, as entidades que não tenham sede nem direção efetiva e não possuam estabelecimento estável em território português, a taxa de IRC é de 25%.

O rendimento global das entidades com sede e direção em Portugal que exerçam, a título principal, atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, a taxa é de 21,5%.

Nos termos do artigo 87º-A, sobre parte do lucro tributável superior a 1.500.000€, incidem as taxas de derrama estadual, que variam entre 3% e 7%.

Relativamente ainda às taxas, o código prevê no seu artigo 88º, que sobre determinados despesas ou encargos, incidam taxas de tributação autónoma que podem variar entre os 5% e os 55%. No entanto, poderão ser elevados em 10 pontos percentuais, no caso dos sujeitos passivos apresentarem prejuízos fiscais no período de tributação a que os mesmos respeitem.

A liquidação deverá ser feita pelo sujeito passivo, mediante a entrega da declaração periódica de rendimentos (Modelo 22), por transmissão eletrónica até ao último dia do mês de maio. E nos restantes casos pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

Acresce ainda, que ao montante apurado para a coleta, serão deduzidos os montantes referentes à dupla tributação jurídica internacional¹⁶, dupla tributação económica internacional¹⁷, os benefícios fiscais, o pagamento especial por conta e as retenções na fonte não suscetíveis de compensação ou reembolso.

Análise Comparativa

Quanto à incidência, tanto no CII como no CIRC, é feita distinção entre sujeitos passivos residentes e não residentes. No II, estão sujeitos a imposto as pessoas coletivas que tenham sede ou direção efetiva em Angola e são tributados pela totalidade dos lucros obtidos, quer em Angola, quer no estrangeiro. Em contrapartida, as pessoas coletivas que tenham sede ou direção efetiva no estrangeiro e estabelecimento estável em Angola, são tributados pelos lucros imputáveis ao estabelecimento estável ali situado.

No IRC, as pessoas coletivas que tenham sede ou direção efetiva em Portugal, são tributados sobre a totalidade dos rendimentos, incluindo os obtidos fora do território. Por outro lado, as pessoas coletivas que não tenham sede nem direção efetiva, ficam sujeitas a imposto apenas quanto aos rendimentos nele obtidos.

Relativamente aos sujeitos passivos o CII, estabelece dois grupos de tributação, Grupo A e B. No grupo A, incluem-se as empresas públicas, as sociedades constituídas nos termos do CSC, as associações, fundações e cooperativas, neste grupo o imposto incide sobre os lucros efetivamente obtidos e determinados através da contabilidade corrigidos por disposições fiscais. No grupo B, incluem-se as entidades que não se enquadram no grupo A e as que de alguma forma pratiquem alguma operação ou ato isolado de natureza comercial ou industrial.

Em contrapartida, o CIRC não estabelece grupos de tributação, mas é possível verificar no seu artigo 3º, as entidades e em que tipo de rendimentos incide o imposto.

Na tabela 22, podemos observar a correspondência dos grupos de tributação do CII e as entidades do CIRC. Concluímos que as entidades do Grupo A tem correspondência quase direta em IRC, já as entidades do Grupo B que pratiquem atos isolados enquadram-se em IRC e categoria B do IRS.

¹⁶ Dupla tributação jurídica internacional, aplicável quando na matéria colável tenham incluídos rendimentos obtidos no estrangeiro, artigo 91º do CIRC.

¹⁷ Dupla tributação económica internacional, aplicável por opção do sujeito passivo, quando na matéria colável tenham sido incluídos lucros e reservas, distribuídos por entidades residentes fora do território português, artigo 91º-A do CIRC.

Tabela 21 - **Tributação rendimentos pessoas coletivas em Angola e Portugal**

Tipo de Rendimento	Angola	Portugal
- Sociedades comerciais, as cooperativas, fundações, associações, fundos autónomos, empresas públicas e as demais pessoas coletivas de direito público ou privado.	Grupo A (II)	IRC
- Atos isolados de atividades de natureza comercial ou industrial	Grupo B (II)	IRS

Fonte: Elaboração Própria, com base no CII e CIRC

A matéria coletável, para as entidades com sede e direção efetiva em Portugal e que desenvolvam atividades de natureza comercial, industrial ou agrícola, é feita através da dedução ao lucro tributável dos prejuízos e benefícios fiscais que possam vir a ter. O mesmo acontece com a determinação da matéria coletável do Grupo A, onde do lucro tributável serão deduzidos os prejuízos e benefícios fiscais. Quanto ao Grupo B, para as entidades que possuam contabilidade organizada, apura-se conforme o estabelecido para o Grupo B, os restantes a matéria colável corresponde ao volume de vendas e aos serviços prestados.

Em ambos os países estão previstas algumas isenções para determinadas entidades de forma a facilitar o desenvolvimento das suas atividades. Em Angola, as isenções são tributadas ao abrigo de um acordo com o Estado ou entidade pública dotada de poderes para conceder isenções, que poderão ser parciais ou mesmo totais de II. Em Portugal, estão isentos de IRC o Estado, instituições de segurança social, pessoas coletivas e outras entidades de navegação marítima ou aérea, entre outras estabelecidas no CIRC (artigo 6º do CII e artigos 9º ao 11º do CIRC).

Em ambos os diplomas, o lucro tributável corresponderá aos valores contabilísticos eventualmente corrigidos pelos respetivos códigos.

No que se refere aos proveitos/rendimentos reconhecidos para efeitos fiscais, apresentam-se os mesmos nos dois diplomas. No entanto, no CIRC são considerados os rendimentos de imóveis, o contrário não acontece no CII, onde não são considerados proveitos de rendas recebidas sujeitas ao Imposto Predial Urbano (artigo 2º, al. b) do CIRC e artigo 13º, nº2 do CII)

Para a determinação do lucro tributável, concorrem os rendimentos provenientes da aplicação do justo valor em instrumentos financeiros e na aplicação do justo valor em ativos biológicos consumíveis em IRC. O CII não contempla a regulamentação sobre essa matéria.

Os subsídios à exploração também entram para o apuramento do lucro tributável no CIRC, no CII, não se encontra previsto.

Relativamente aos gastos, tal como acontece com os rendimentos, grande parte destes apresentam-se iguais tanto no CIRC como no CII. Contudo, o CIRC reconhece como gastos os que surgem na aplicação do justo valor em instrumentos financeiro e em ativos biológicos, em contrapartida, o CII não contempla regras para esse tipo de rendimentos. As perdas por imparidades também concorrem para a determinação do lucro tributável no CIRC, o CII não faz referência sobre esse assunto.

Quanto às taxas, no II a taxa geral é de 30% e no IRC de 23%. Contudo, no IRC é aplicada a taxa de derrama estadual no lucro tributável, ao contrário, o CII não contempla a aplicação desse tipo de taxas.

De referir, que as entidades com sede e direção efetiva no estrangeiro, em Angola, são tributadas à uma taxa de 6,5%, em contrapartida, em Portugal, as mesmas entidades são aplicadas uma taxa de 25%.

Em ambos os diplomas existe aplicação de taxas de tributação autónoma. No entanto, no CII estão estabelecidos apenas três despesas referentes aos custos indevidamente documentados, custos não documentados e as despesas confidenciais.

Os dois países procuram incentivar o investimento, concedendo benefícios fiscais às empresas que apresentem projetos de investimentos que sejam relevantes para o desenvolvimento da economia de cada país.

2.1.2. Imposto Sobre o Consumo

2.1.2.1. Imposto sobre o Consumo

O IC, incide sobre a produção ou transmissão de bens e serviços. É um imposto monofásico, uma vez, que é liquidado num determinado momento do processo produtivo.

O Código do Impostos sobre o Consumo, aprovado pelo Decreto nº41/99 de 10 de dezembro, entretanto revogado pelo Decreto Legislativo Presidencial nº3-A/14 de 21 de outubro, passando a designar-se como Regulamento do Imposto de Consumo (RIC).

Surge de forma a obter uma tributação equilibrada e numa necessidade de se adequar o sistema fiscal às novas realidade económicas e sociais do país.

De acordo com o artigo 1º, o IC incide sobre:

- A produção e importação de mercadorias, seja qual for a sua origem;
- A arrematação ou vendas realizadas pelos serviços aduaneiros ou outros quaisquer serviços públicos;
- A utilização dos bens ou matérias-primas fora do processo produtivo e que beneficiaram da desoneração do imposto;
- O consumo de água e energia;
- Os serviços de comunicação eletrónica e telecomunicações;
- Os serviços de hotelaria e outras atividades a si conexas ou similares;
- Locação de áreas especialmente preparadas para a recolha ou estacionamento coletivo de veículos;
- Locação de máquinas ou outros equipamentos, excluindo a locação de máquinas ou outros equipamentos que, pela sua natureza, deem lugar ao pagamento de royalties conforme definido no CIAC;
- Locação de áreas preparadas para conferencias, colóquios, exposições, publicidade ou outros eventos;
- Serviços de consultoria, compreendendo designadamente a consultoria jurídica, fiscal, financeira, contabilística, informática, de engenharia, arquitetura, economia, imobiliária, serviços de auditoria, revisão de contas e advocacia;
- Serviços fotográficos, de revelação de filmes e tratamento de imagens, serviços de informática e construção de páginas de internet;
- Serviços de segurança privada;
- Serviços de turismo e viagens promovidos por agências de viagens ou operadores turísticos equiparados;
- Serviços de gestão de cantinas, refeitórios, dormitórios, imóveis e condomínios;
- Acesso a espetáculos ou eventos culturais, artísticos ou desportivos;
- Aluguer de viaturas.

Contudo, não se encontram sujeitos a este imposto os produtos não transformados referentes a produção de produtos agrícolas e pecuários, produtos primários de silvicultura, produtos de pesca e produtos minerais.

Conforme o disposto constante no artigo 2º, são sujeitos passivos deste imposto, as pessoas singulares, coletivas ou outras entidades que pratiquem operações de produção,

fabrico ou transformação de bens, que procedam a arrematação ou venda em hasta pública¹⁸, a importação de bens, fornecimento de água e energia e forneçam serviços sobre qual incida este imposto. No entanto, não se consideram tributáveis neste imposto, nos termos do artigo 3º, a produção de:

- Produtos agrícolas e pecuários não transformados;
- Produtos primários de silvicultura;
- Produtos de pesca não transformados;
- Produtos minerais não transformados.

O RIC prevê diversas isenções de IC, nomeadamente aos bens exportados, quando a exportação seja feita pelo próprio produtos ou entidade vocacionada para o efeito e aos bens manufaturados em resultado de atividades por processos artesanais. Encontram-se também previstas isenções da matérias-primas e matérias subsidiárias, incorporados no processo de fabrico.

Estabelece isenções relativamente a animais destinados à procriação, mediante informação dos serviços de veterinária, na qual sejam considerados como podendo contribuir para o melhoramento e progresso da produção nacional.

Estão isentas as Organizações Internacionais, bem como as missões diplomáticas e consulares, no caso destas sob condições de reciprocidade, quanto aos bens que importam (artigo 4º).

O IC, é devido e torna-se exigível na produção (no momento em que os bens são postos à disposição do adquirente), nas importações (no momento em que tais atos são praticados) e no consumo de água e energia, nos termos do artigo 8º.

Valor Tributável

Quanto ao valor tributável sujeito a imposto, nos termos do artigo 9º, será:

- Para os bens produzidos no país, o preço de custo à porta do armazém;
- Para os bens importados, o seu valor aduaneiro;
- Nas arrematações ou vendas, o valor por que tiverem sido efetuadas;

¹⁸ Hasta pública – Quando a venda dos bens ocorre em leilão ou em praça. A venda por hasta pública de bens imóveis do Estado ou institutos públicos é realizada através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças. Em Portugal, este tem lugar presencialmente ou em plataforma eletrónica a regular em portaria pelo Membro do Governo responsável pela área das finanças.

- No consumo de água e energia e nas prestações de serviços, o valor pago pelo consumo de água e energia ou pelo serviço prestado.

Para cada uma das operações, acima referidas, é obrigatório a emissão de fatura ou documento equivalente.

Taxas

A taxa geral do IC é de 10%, com exceção os bens previstos nos Anexos I, II, III, constantes no RIC.

Aos bens enunciados no Anexo I, onde se incluem designadamente os bens alimentares, medicamentosos, livros, são aplicados uma taxa reduzida de 2%.

Relativamente aos bens descritos no Anexo II, são aplicáveis as taxas de 20 ou 30%, consoante os casos. Incluem-se aqui diversas bebidas, produtos de beleza, vestuário, pedras preciosas, diversos aparelhos eletrónicos, automóveis, entre outros constantes no anexo.

E por último, no Anexo III, sobre os serviços incidem uma taxa de 5%, exceto nos serviços de hotelaria e atividades conexas ou similares, que é aplicada uma taxa de 10%.

Liquidação

Quanto à liquidação, conforme o artigo 10º, é da competência dos produtores, fornecedores ou prestadores dos serviços sujeitos a imposto procederem a liquidação.

Todavia, os serviços prestados às sociedades investidoras petrolíferas, cabe a estas entidades liquidar o imposto, no momento da emissão da fatura ou documento equivalente, devendo as mesmas proceder à cativação do valor correspondente ao imposto no momento do pagamento, este processo designa-se por reverse charge ou autoliquidação.

Outra situação constante no regulamento de autoliquidação, refere-se as entidades que possuem em Angola domicílio, sede, direção efetiva ou estabelecimento estável, que contratem serviços sujeitos a IC a entidades não residentes em Angola, deverão proceder a liquidação do imposto.

Os sujeitos passivos deverão apresentar na RF (Repartição Fiscal) da área de residência, até ao último dia de cada mês, a declaração de Modelo D, em que procedam à liquidação do imposto, relativamente as operações realizadas no mês anterior.

O pagamento do imposto é efetuado pela entidade obrigada à liquidação e realiza-se através do preenchimento e entrega na dependência bancária ou entidade legalmente indicada para

o efeito, do Documento de Arrecadação de Receitas e dos meios de pagamentos adequados (artigo 14º).

2.1.2.2. Imposto Sobre o Valor Acrescentado

O IVA é o imposto que mais contribui para arrecadação de receitas, em Portugal, com uma percentagem de 39% (Deloitte, 2013). Caraterizado por ser um imposto geral sobre o consumo de bens e serviços, indireto e plurifásico, dado que incide sobre todas as fases do processo produtivo. Pretende ser um imposto neutro, dado que, independentemente do número de fases do circuito económico, a carga fiscal incidirá sobre o consumidor final, tal como refere Nabais (2012:611).

O Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA), aprovado pelo Decreto-Lei nº 394-B/84 de 26 de dezembro, tendo a última atualização ocorrida pelas Leis 82-B/2014 e 82-D/2014 de 31 de dezembro, contempla um regime geral e diversos regimes especiais de imposto, objetos de harmonização comunitária.

De acordo com o especificado no artigo 1º, o IVA incide sobre:

- a) As transmissões de bens e as prestações de serviços efetuadas no território nacional, a título oneroso, por um sujeito passivo agindo como tal;
- b) As importações de bens;
- c) As operações intracomunitárias efetuadas no território nacional, tal como são definidas e reguladas no Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias.

São sujeitos passivos de IVA as pessoas singulares ou coletivas, que nos termos do artigo 2º:

- De um modo independente e com caráter de habitualidade exerçam atividades de produção, comércio ou prestação de serviços;
- As que mencionem indevidamente IVA em fatura;
- Que efetuem operações intracomunitárias, nos termos do Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias (RITI);
- Os adquirentes de serviços, desde que os respetivos prestadores não tenham, no território nacional sede, estabelecimento estável ou domicílio a partir do qual o serviço seja prestado;
- Pela aquisição de serviços, quando os respetivos prestadores não tenham no território nacional, sede, estabelecimento estável ou, na sua falta, o domicílio, a partir do qual os serviços são prestados;
- Que sejam adquirentes em transmissões de bens ou prestações de serviços efetuadas no território nacional por sujeitos passivos que aqui não tenham sede, estabelecimento estável ou domicílio nem disponha de representante fiscal;
- As entidades que disponham de sede, estabelecimento estável ou domicílio em território nacional e que pratiquem operações que confirmem o direito à dedução total ou parcial do

imposto, quando sejam adquirentes de serviços de construção civil, incluindo a remodelação, reparação, manutenção, conservação e demolição de bens imóveis, em regime de empreitadas e subempreitadas.

Quanto ao Estado e demais pessoas coletivas de direito público, não são sujeitos passivos de imposto quando realizem operações no exercício dos seus poderes de autoridade.

No artigo 6º, estão estabelecidos os critérios de localização das operações sujeitas a IVA, isto é, determinar o território onde vai ser tributável. A Diretiva 2008/8/CE de 12 de fevereiro, transporta para o sistema português, regras de localização das prestações de serviços, as quais dependem da caracterização da natureza do adquirente:

- Quando o adquirente seja um sujeito passivo de IVA, os serviços prestados serão, regra geral, tributados na sede, estabelecimento estável ou, na sua falta, o domicílio fiscal, para o qual os serviços são prestados;
- Quando o adquirente seja um não sujeito passivo de IVA, os serviços prestados serão, regra geral, tributados na sede estabelecimento estável ou domicílio do prestador dos serviços.

No entanto, não são, sujeitos a imposto, as prestações de serviços efetuadas fora do território nacional (Nº7). Quanto às transmissões de bens estão sujeitas a imposto, em Portugal, no momento em que se inicia o transporte para o adquirente ou, no caso de não haver expedição, no momento em que os bens são postos à disposição do adquirente. (nº1).

Contudo, o IVA é devido e torna-se exigível (artigo 7º), nas:

- Prestações de serviços, no momento da sua realização;
- Importações, no momento determinado pelo direito aduaneiro e outras imposições comunitárias estabelecidas de uma política comum.

O código prevê diversas isenções, de forma a facilitar o desenvolvimento de algumas atividades, que apesar de estarem sujeitas às regras do IVA, são isentas de imposto, segundo os artigos 9º ao 15º.

Existem dois tipos de isenções, as completas e as incompletas, também conhecidas como parciais ou simples. As isenções completas conferem o direito à dedução, não existindo liquidação de IVA nas transmissões de bens e nas prestações de serviços efetuadas pelos

sujeitos passivos. São exemplos deste tipo de isenções as transmissões intracomunitárias de bens, as exportações e transportes internacionais.

As isenções incompletas traduzem-se na não liquidação de imposto e também não conferem o direito à dedução. Aqui enquadram-se as operações internas como por exemplo as prestações de serviços médicos, de ensino, a transmissão e arrendamento de bens imóveis, as quotas dos organismos sem finalidade lucrativa, os serviços prestados por pessoas coletivas de direito público ou instituições de solidariedade social.

Valor Tributável

Relativamente à determinação do valor tributável, podemos distinguir duas formas, o valor tributável nas transmissões de bens e prestações de serviços e nas importações de bens.

O valor tributável nas transmissões de bens e prestações de serviços sujeitas a imposto é o valor da contraprestação obtida ou a obter do adquirente, do destinatário ou de um terceiro. Este valor inclui os impostos, direitos, taxas e outras imposições comunitárias, bem como as despesas acessórias.

Quanto às importações de bens, são constituídas pelo valor aduaneiro, determinado em harmonia com as disposições comunitárias em vigor. Incluem-se os impostos, direitos aduaneiros, taxas e demais encargos devidos antes ou em virtude da própria importação, as despesas acessórias, tais como despesas de comissões, embalagem, transportes e seguros, verificadas até ao primeiro lugar de destino dos bens em território nacional (artigo 17º, n.ºs 1 e 2).

Taxas

Relativamente às taxas de imposto, estão estabelecidas três tipos no artigo 18º, sendo as seguintes:

- Para as importações, transmissões de bens e prestações de serviços, constantes na lista I anexa ao código, são a taxa reduzida de 6%;
- Para as importações, transmissões de bens e prestações, constantes na lista II anexa ao código, são a taxa intermédia de 13%;
- Para as importações, transmissões de bens e prestações de serviços, que não constam nas listas I e II, será aplicada uma taxa normal de 23%.

Relativamente às taxas referidas anteriormente são, respetivamente, de 5%, 10% e 18% e, 5%, 12% e 22% para as operações realizadas nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Liquidação

Nos termos do artigo 22º, o direito a dedução nasce no momento em que o imposto dedutível se torna exigível, mediante a subtração ao montante global do imposto devido pelas operações tributáveis do sujeito passivo, do montante do imposto dedutível, exigível durante o período de tributação.

A declaração periódica deve ser enviada por transmissão eletrónica até (artigo 41º):

- Ao dia 10 do 2º mês seguinte àquele a que respeitam as operações, no caso de sujeitos passivos com um volume de negócios igual ou superior a 650.00€ no ano civil anterior;
- Ao dia 15 do 2º mês seguinte ao trimestre do ano civil a que respeitam as operações, no caso de sujeitos passivos com um volume de negócios inferior a 650.00€, no ano civil anterior.

Análise comparativa

Da análise, verificamos que a nível de incidência, o IC apresenta-se como um imposto monofásico, é liquidado num determinado momento do processo produtivo, em contrapartida o IVA é apresentado como um imposto plurifásico, incide sobre todas as fases do processo produtivo e neutro, uma vez, que a carga fiscal incidirá sobre o consumidor final.

Em Angola, dado o imposto ser monofásico, este apresenta uma menor capacidade de produção de receitas. Ao contrário em Portugal, sendo o IVA um imposto plurifásico a arrecadação de receitas é bastante maior, que como já foi dito anteriormente, surge como o imposto que mais contribui para as receitas do Estado.

Enquanto que o IC incide sobre a produção ou transmissão de bens e serviços, o IVA incide sobre as transmissões de bens e prestações de serviços efetuadas em território português, nas importações de bens e nas operações intracomunitárias reguladas no RITI.

Relativamente aos sujeitos passivos, no IC estão sujeitas as pessoas singulares, coletivas ou outras entidades que pratiquem operações de produção, fabrico ou transformação de bens,

que procedam arrematação ou venda em hasta pública, a importação de bens, fornecimento de água, energia e forneçam serviços sobre o qual incida o imposto. Quanto ao IVA, são sujeitos a este imposto as pessoas coletivas que de um modo independente e com caráter de habitualidade exerçam atividades de produção, comércio ou prestação de serviços, que efetuem operações intracomunitárias.

Quanto ao valor tributável, no IC para os bens produzidos em Angola será o preço à porta do armazém, para os bens importados, o valor aduaneiro e no consumo de energia, água e nas prestações de serviços, o valor pago por esses serviços. No IVA, o valor tributável nas transmissões de bens e prestações de serviços será o valor da contraprestação do adquirente, do destinatário ou de um terceiro. Nas importações de bens, o valor tributável será o valor aduaneiro, tendo em conta as disposições comunitárias.

A taxa geral de IC é de 10%, com exceção dos bens alimentares que será aplicada uma taxa reduzida de 2%, para os bens alimentares, de 20% a 30%, para os bens como bebidas, vestuários, aparelhos eletrónicos e de 5% para os restantes bens. No CIVA, estão estabelecidos três tipos de taxas, a reduzida de 6%, a intermédia de 13% e a taxa normal de 23%.

Os sujeitos passivos de IVA, poderão sobre determinadas regras pedir reembolso de IVA, o que não é possível até a data, em Angola, já que não existe um mecanismo que permita os contribuintes de recuperar o imposto suportado.

Em Angola estão sujeitos a imposto de consumo, não só os serviços prestados por entidades residentes, mas também os serviços contratados por fornecedores não residentes por parte de entidades residentes em Angola e sujeitas a II. Neste caso, existirá uma “inversão” da competência de liquidação, tal como acontece em Portugal com os serviços de construção civil, a liquidação do IVA compete ao adquirente e não ao prestador dos serviços.

Importa referir, no entanto, que se encontra em estudo a introdução do IVA no sistema tributário angolano.

2.1.3. Regime de tributação especial em Angola

O regime de tributação especial em Angola, divide-se entre a tributação das atividades petrolíferas e tributação das atividades geológicas e mineiras. Nos termos do artigo 16º da

CRA, todos os recursos naturais são propriedade do Estado, a quem cabe determinar as condições para a sua concessão, pesquisa e exploração. A exploração e aproveitamento desses recursos constituem um importante meio de crescimento e desenvolvimento económico.

Neste ponto será feita uma análise a atividade petrolífera, dado que esta atividade apresenta uma percentagem significativa nas receitas fiscais do Estado angolano.

2.1.3.1. Tributação das Atividades Petrolíferas

O setor petrolífero angolano assume uma importância estratégica na promoção do desenvolvimento económico e social. A indústria petrolífera é dominada pelo setor de exploração e produção do petróleo bruto e gás natural e pelo setor da refinação, distribuição, armazenamento, transporte e comercialização dos produtos derivados.

A Sonangol é o centro da indústria petrolífera de Angola. Por lei as empresas que queiram entrar no mercado precisam de associar-se a Sonangol por meio de Contratos de Associação ou Contratos de Partilha e Produção (CPP). Nos contratos de Concessão, o Estado angolano concede as empresas o direito de desenvolver todas as atividades petrolíferas como exploração, produção, transporte e comercialização do petróleo descoberto., em troca o Estado é remunerado com royalties, impostos de rendas, lucros de comercialização, entre outras taxas. Nos CPP, as empresas funcionam como contratadas do Estado para explorar e produzir petróleo no país. O financiamento e todos os custos de investimentos decorrentes do contrato ficam a cargo das empresas contratada, (Ramos, 2012).

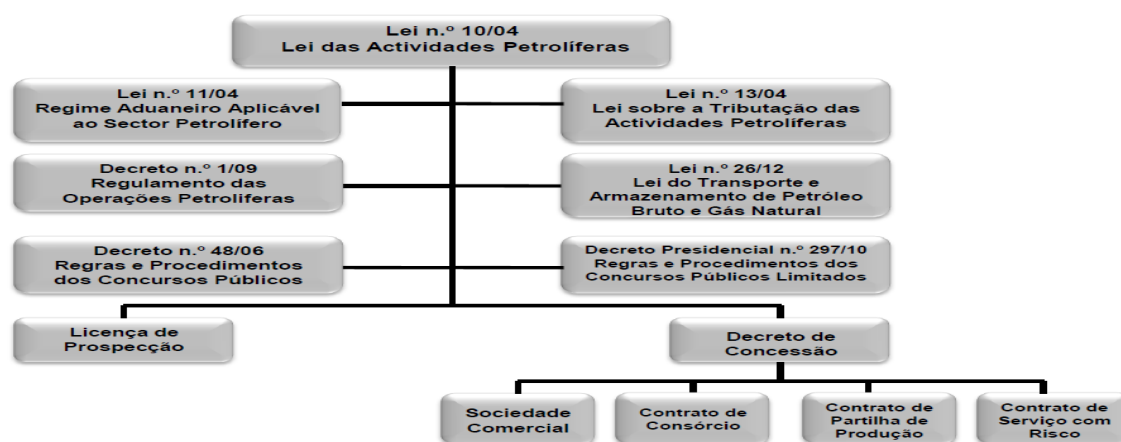
As áreas a serem exploradas são normalmente delimitadas em blocos de cerca de 5000km² em média e cada concessão de petróleo, em geral, tem uma duração de 20 anos. Existem 44 blocos de petróleo em Angola, tanto *onsbore*¹⁹ e *offshore*²⁰.

Na figura 3 podemos ver como esta organizada a nível de legislação do setor da indústria petrolífera e gás em Angola.

¹⁹ *OnShore* – Plataforma de exploração petrolífera em terra.

²⁰ *Offshore* – Plataforma petrolífera onde são desenvolvidas atividades de prospeção, perfuração e exploração de petróleo e/ou gás natural, em alto mar.

Figura 6 - Legislação sobre a Indústria Petrolífera em Angola



Fonte: Sonangol, 2012

De destacar a Lei nº10/04 de 12 de novembro, Lei das Atividades Petrolíferas (LAP) e a Lei nº13/04 de 24 de dezembro, Lei sobre a Tributação das Atividades Petrolíferas, sendo estas as mais importantes. A primeira regula e define as atividades de prospeção, pesquisa, avaliação, desenvolvimento e produção de petróleo. Já a segunda é aplicável às entidades nacionais e estrangeiras que exerçam operações petrolíferas em território angolano, bem como em outras áreas territoriais ou internacionais sobre as quais o direito ou outros acordos internacionais reconheçam poder de jurisdição tributária, nos termos do artigo 1º da Lei nº13/04 de 24 de dezembro.

Atendendo os dispostos da legislação sobre a indústria petrolífera, importa aqui fazer a distinção de vários conceitos que apresentam-se relevantes, nomeadamente:

- Preço de referência fiscal: que é o preço do barril de petróleo definido pelo Ministério dos Petróleos em Angola;
- *Cost-Oil* (Petróleo para a recuperação de custos): para os contratos de partilha de produção, a parte do petróleo produzido e arrecadação das áreas de desenvolvimento necessário para a recuperar as despesas de pesquisa, desenvolvimento, produção e de administração e serviços;
- *Profit-Oil* (petróleo lucro): a totalidade do petróleo, na modalidade do contrato de partilha de produção, produzido e arrecadado a partir de cada área de desenvolvimento e não utilizado nas operações petrolíferas, menos o petróleo para a recuperação de custos da mesma área de desenvolvimento;

- *Ring Fence*: princípio pelo qual cada área de desenvolvimento é tributada individualmente (não é a empresa que é tributada, mas cada área de desenvolvimento);
- *Price-Cap*: preço a partir do qual se paga à Concessionária Nacional o valor do petróleo.

○ **Imposto Sobre a Produção do Petróleo**

Este incide sobre a quantidade de petróleo bruto e gás natural, bem como outras substâncias provenientes da atividade petrolífera.

Os contribuintes sujeitos ao imposto sobre a produção do petróleo devem apresentar na RF competente, uma declaração em quintuplicado, do acordo com o modelo 1. A taxa deste imposto é de 20%, mas pode ser reduzida até 10% em situações especiais. A liquidação deste imposto pode ser feita em dinheiro ou em espécie, de acordo com a opção do Estado.

○ **Imposto Sobre o Rendimento do Petróleo**

O imposto sobre o rendimento do petróleo incide sobre o rendimento tributável apurado e auferido no exercício pelas atividades de pesquisa, desenvolvimento, produção, armazenagem, venda, exportação, tratamento e transporte de petróleo.

Os contribuintes são obrigados a apresentar na RF, uma declaração em sextuplicado, tendo em conta o modelo 1.

Relativamente à determinação da matéria coletável, nos termos do artigo 19º da Lei 13/04 de 24 de dezembro, o rendimento tributável deve reportar-se ao lucro apurado de cada exercício e em obediência aos princípios de contabilidade, eventualmente corrigidos, consiste num dos seguintes métodos:

- Em cada uma das concessões petrolíferas relativamente às sociedades comerciais, associações em participação ou quaisquer outras formas de associação e contratos de serviços com risco, o resultado da diferença entre todos os proveitos ou ganhos realizados e os custos ou perdas imputáveis ao mesmo exercício, atendendo às disposições desta lei;
- Em cada uma das áreas de desenvolvimento relativamente aos CPP, o petróleo lucro resultante da dedução, à totalidade do petróleo produzido, do petróleo para

recuperação dos custos e dos recebimentos da Concessionária Nacional, conforme estabelecido no respetivo CPP, e com as regras contidas nas disposições desta lei.

Os proveitos ou ganhos e os custos ou perdas comuns a diferentes áreas de desenvolvimento são repartidas pelas respetivas áreas, com base na proporcionalidade de produção anual respetivamente de cada área de desenvolvimento e concessão petrolífera, ou por outro método aceite pela Administração fiscal.

As taxas deste imposto, no caso de CPP variam entre 30% nas empresas petrolíferas angolanas associadas e as 50% para as restantes empresas, e nas restantes formas de associação e nos contratos de serviço com risco variam entre 30% e 65,75% (EY, 2014).

○ **Imposto de Transação do Petróleo**

Este imposto incide sobre o rendimento tributário apurado tendo em consideração vários ajustamentos nos termos da lei, os prémios de produção e de investimentos, o imposto sobre a produção de petróleo, a taxa de superfície, a contribuição para a formação de pessoal angolano. Os contribuintes sujeitos ao imposto de transação do petróleo devem apresentar na RF competente uma declaração em sextuplicado, de acordo com o modelo 3, a taxa a aplicar é de 70%.

○ **Taxa de Superfície**

A taxa de superfície incide sobre a área de concessão ou sobre as áreas de desenvolvimento. Esta corresponde ao equivalente USD 300 por km² e é devida pelas associadas da Concessionária Nacional.

Os contribuintes sujeitos a esta taxa devem apresentar na RF, uma declaração em sextuplicado tal como mostra o modelo 4.

Relativamente as contribuições para a formação de quadros angolanos, as associadas da Concessionária Nacional estão sujeitos ao pagamento ao Estado de um montante a determinar pelo Governo e as regras da sua arrecadação.

Síntese

Tendo em conta os últimos acontecimentos, tanto em Angola, como em Portugal, ambos os sistemas fiscais têm sido alvo de sucessivas alterações, de forma a fazer face às exigências económicas e sociais.

Em Angola aprovação dos novos diplomas é uma consequência da primeira fase do processo de reforma tributária em curso. As alterações introduzidas ao nível dos vários impostos, constitui um caminho para a modernização do sistema fiscal, adaptando o enquadramento tributário à nova realidade económica e social do país.

Em Portugal houve um agravamento da carga fiscal, com o objetivo de uma maior arrecadação de receitas para o Estado de forma a fazer face os problemas económicos a que se encontra.

Na tabela 23 podemos observar a síntese comparativa entre os impostos em análise e a correspondência de cada um deles.

Tabela 22 - Síntese Comparativa

Tipo de Rendimento	Angola	Portugal
Rendimento pessoas singulares: <ul style="list-style-type: none">- Trabalho por conta de outrem- Trabalho por conta própria- Atividade industrial e comercial	IRT (Grupo A) IRT (Grupo B) IRT (Grupo C)	IRS (Categoria A) IRS (Categoria B) IRS (Categoria B)
Rendimento pessoas coletivas: <ul style="list-style-type: none">- Pessoas coletivas de direito público ou privado- Atos isolados de atividades de natureza comercial ou industrial	II (Grupo A) II (Grupo B)	IRC IRS
Consumo: <ul style="list-style-type: none">- Operações de produção, fabrico ou transformação de bens- Importação de bens	Imposto Consumo Imposto Consumo	IVA IVA

Fonte: Elaboração Própria

De salientar que a percentagem de IRT, nas receitas do Estado é mais reduzida, relativamente ao IRS.

O IRT, como já foi referido anteriormente, não permite englobar o rendimento global do agregado familiar, como existe no IRS.

Relativamente ao IRC e II, é de destacar que em II este imposto está dividido em grupos algo que não acontece em IRC e a taxa desse mesmo imposto apresenta-se mais elevada em Angola do que em Portugal. Contudo, existe um leque elevado de isenções no II que poderá pôr em causa a arrecadação de imposto por parte do Estado

Quanto ao IC, o Governo angolano optou por um imposto monofásico dada a situação política e social a que o país se encontra, numa fase de reestruturação não exigindo muito em matéria deste tipo de receitas. Por outro lado, observamos taxas bastante reduzidas, de forma a evitarem-se situações de evasão significativas (Palma, 2014).

Contudo, encontra-se em Angola, um estudo de uma possível entrada em funcionamento do IVA.

Destacamos aqui também os impostos de tributação especial em Angola, relativamente aos quais não é possível fazer uma análise comparativa relativamente a Portugal, porque neste não existe este tipo recursos. Contudo, em Angola este apresenta-se o mais importante para a arrecadação das receitas para o Estado.

3. Desenvolvimento do Estágio

O terceiro ponto está relacionado com o desenvolvimento do estágio, em que iremos descrever algumas das atividades elaboradas durante o período de estágio e posteriormente a análise de um acaso prático.

3.1.Caraterização da Empresa

O gabinete de contabilidade M.Dias, Lda, sediado na Freguesia de Ponte de Lima, encontra-se em atividade desde 1982. Desenvolve atividades nas áreas de contabilidade, auditoria e consultoria fiscal.

3.2. Plano de Estágio

O estágio curricular, teve início a 6 de janeiro de 2014 com duração de 3 meses. Sendo objetivos do estágio o contacto com a realidade do trabalho contabilístico e fiscal. Neste contexto, foram realizadas atividades relacionadas com a rotina contabilística, tais como o arquivo de documentos, bem como a sua classificação e registo contabilístico. Para além destas tarefas, também foi possível acompanhar uma primeira fase do encerramento anual de contas, nomeadamente na preparação e elaboração das principais DF's.

3.3. Atividades Desenvolvidas

Durante a realização do estágio foram várias as atividades desenvolvidas, nomeadamente organização/arquivo de documentos, classificação e registos contabilísticos.

A organização/arquivo de documento, é sem qualquer dúvida um dos trabalhos mais importantes a ser desempenhado, visto que serve de suporte a todas as outras atividades.

Os documentos contabilísticos das empresas são, por regra, entregues mensalmente, entre os mais comuns encontram-se:

- ✓ Faturas, recibos e vendas a dinheiro emitidas pelas empresas;
- ✓ Faturas, recibos e vendas a dinheiro de fornecedores e outros credores;

- ✓ Notas de crédito emitidas pelas empresas e pelos fornecedores;
- ✓ Depósitos bancários;
- ✓ Extratos e documentos de despesas bancárias;
- ✓ Recibos de salários;
- ✓ Despesas diversas.

É sobre estes documentos que se irá processar todo o registo contabilístico, pelo que é importante estarem em posse da empresa o mais cedo e da forma mais completa possível. Em Portugal, de acordo com o estipulado no artigo 36º, nº5 do CIVA, as faturas ou outros documentos equivalentes devem ser datados, numerados sequencialmente e conter outros elementos especificados no mesmo artigo. Para além deste, existem outros documentos que evidenciam as regras de faturação, nomeadamente o Decreto-Lei nº197/2012 (alteração as regras em matéria de faturação e no que respeita ao lugar das prestações de serviços), Decreto-Lei nº198/2012 (referente a medidas de controlo para a emissão de faturas), entre outros. Acrescenta-se ainda, que a contabilidade deve estar organizada de forma a possibilitar o conhecimento claro e inequívoco dos elementos necessários ao correto cálculo do imposto.

Obrigações Fiscais

A contabilidade e a fiscalidade mantêm uma relação muito próxima, dado que a fiscalidade se interessa por conhecer os registos contabilísticos para efeitos de tributação. Estas duas áreas devem ser vistas sob uma perspetiva de complementaridade, tendo consciência que, enquanto a contabilidade visa a apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada da situação patrimonial da empresa, a fiscalidade tem como objetivo arrecadar receitas fiscais imprescindíveis ao equilíbrio orçamental, pelo que cada uma salvaguardará a sua identidade.

São seguidamente apresentadas as obrigações fiscais que as empresas mais frequentemente dão resposta.

✓ O Apuramento do IVA

O apuramento do IVA, é uma responsabilidade atribuída aos sujeitos passivos, para que possam cumprir com as suas obrigações de pagamento de imposto, nos termos do artigo 27º do CIVA.

Este trabalho é realizado informaticamente, com recurso ao programa de contabilidade (Sage). Se a conta 2435 apresentar saldo credor, este é transferido para a conta 2436 – IVA a pagar. Ao contrário, se apresentar saldo devedor, é transferido para a conta 2437 – IVA a recuperar. Ou seja, quando o imposto liquidado é superior ao dedutível existe imposto a entregar ao Estado, caso contrário, existe a recuperar.

No caso de existir imposto a recuperar, o sujeito passivo poderá pedir o reembolso do IVA ou reportar para o período seguinte. Durante a realização do estágio foi possível efetuar atividades relativos a pedidos de reembolso que, tem a sua regulamentação/instruções constantes no artigo 41º do CIVA e nos termos do despacho normativo nº18-A/2010. Nos termos do artigo 2º do despacho normativo, os sujeitos passivos deverão remeter a declaração periódica dentro do prazo legal, e por transmissão eletrónica, acompanhada dos seguintes elementos:

- Relação com identificação dos clientes a quem, com referência ao período declarativo, foram efetuadas as transmissões de bens e as prestações de serviços;
- Relação com identificação por campo da declaração periódica dos fornecedores de bens ou serviços e das importações em que, com referência ao período declarativo, tenha havido liquidação de imposto, com indicação do respetivo valor de aquisição, do IVA dedutível;
- Relação com identificação, quando aplicável, dos sujeitos passivos a que respeitam as regularizações mencionadas no campo 40 do quadro 06 da declaração periódica relativa ao período declarativo, e indicação do respetivo valor líquido de imposto e do IVA regularizado.

✓ IRS

Nos termos do artigo 57º, nº 1, do CIRS, os sujeitos passivos de IRS devem apresentar anualmente uma declaração oficial (Modelo 3 e anexos) relativa aos rendimentos do ano anterior e outros elementos informativos relevantes para a sua situação tributária concreta.

Tal como é estipulado no artigo 60º do CIRS, a declaração deve ser entregue em suporte de papel, de 1 de fevereiro a 15 de março, quando os sujeitos passivos tenham recebido rendimentos das categorias A e H, ou de 16 de março a 30 de abril nos restantes casos; ou, alternativamente, via internet, sendo os prazos de 10 de março até 15 de abril para o primeiro caso e de 16 de abril até 25 de maio para o segundo.

✓ IRC

A declaração periódica Modelo 22 é aplicável às empresas que exercem a título principal atividade comercial, industrial ou agrícola, por designação do artigo 120º, nº1 do CIRC.

Conforme o previsto da Portaria nº1339/2005, de 30 de dezembro, a declaração deve ser enviada anualmente, via internet, até ao último dia do mês de maio.

Esta declaração é composta por uma série de campos, que vai deste a identificação do sujeito passivo, até e determinação montante de IRC a pagar ou a recuperar. O cálculo deste imposto encontra-se evidenciado na figura 7.

Figura 7 - Determinação do IRC

<p>1) Matéria Colectável * Taxa = Colecta</p> <p>2) Colecta</p> <p>– deduções (relativas a dupla tributação internacional, benefícios fiscais, pagamento especial por conta)</p> <p>=</p> <p>I.R.C. liquidado</p> <p>3) I.R.C. liquidado + resultado da liquidação – Retenções na Fonte – Pagamentos por Conta = I.R.C. a pagar (se >0) / recuperar (se <0)</p> <p>4) I.R.C. a pagar - I.R.C. de exercícios anteriores + Derrama + Tributação Autónoma + Juros de mora e compensatórios + reposição de benefícios fiscais = Total a pagar (>0)</p> <p>ou</p> <p>I.R.C. a recuperar - I.R.C. de exercícios anteriores + Derrama + Tributação Autónoma + Juros de mora e compensatórios + reposição de benefícios fiscais = Total a recuperar (<0)</p>
--

Fonte: Soares (2010:31)

✓ Segurança Social

A segurança social tem como finalidade conferir o direito à proteção social, desenvolver e adaptar as suas normas aos condicionalismos de ordem familiar, demográfica e económica. A sua regulamentação e procedimentos encontram-se no Código dos Regimes do Sistema Previdencial da Seguranças Social, aprovado pela Lei 11/2009, de 16 de setembro. Este sistema cobre situações, nomeadamente de:

- Doenças, invalidez, velhice, ou morte;
- Acidentes de trabalho e doenças profissionais;
- Desemprego;
- Maternidade, paternidade e adoção.

- A inscrição na segurança social é vitalícia e dela depende a concessão das prestações atribuídas. No caso dos trabalhadores por conta de outrem, cabe à entidade empregadora efetuar a inscrição dos trabalhadores que iniciem a atividade ao seu serviço e devem fazê-lo no serviço de segurança social que abrange a área do exercício da atividade do trabalhador até 24 horas antes da admissão. O trabalhador deve comunicar o início da sua atividade profissional ou a sua vinculação a uma nova entidade empregadora.

As entidades empregadoras e os trabalhadores estão, em regra, sujeitos às taxas contributivas de 23,75% e 11% respetivamente, perfazendo a taxa global de 34,75%, incidindo sobre a remuneração efetivamente auferida.

Já os trabalhadores que iniciem uma atividade por conta própria devem tratar do seu enquadramento no Regime Geral de Segurança Social dos Trabalhadores Independentes e fazerem a respetiva inscrição.

O enquadramento é obrigatório para os trabalhadores que obtenham da atividade por conta própria rendimentos anuais ilíquidos superiores ao valor de 6 vezes o IAS. Para os trabalhadores que exerçam pela primeira vez, atividade por conta própria, o enquadramento não é obrigatório nos 12 meses de atividade.

A taxa contributiva para os trabalhadores independentes é fixada em 29,6%.

As entidades contribuintes são obrigadas a declarar a segurança social, em relação a cada um dos trabalhadores ao seu serviço, que deve ser efetuada até ao dia 10 do mês seguinte àquele a que diga respeito. Relativamente aos trabalhadores independentes, estes devem fazer a pagamento até ao dia 20 do mês seguinte ao que respeita.

✓ **Declaração Modelo 10**

A declaração modelo 10, destina-se a declarar os rendimentos sujeitos a imposto, auferidos por sujeitos passivos de IRS ou de IRC residentes em território nacional bem como as retenções na fonte. Nesta devem ser declarados todos os rendimentos:

- Auferidos por residentes em território nacional;
- Sujeitos a IRS, incluindo os isentos que estejam sujeitos a englobamento;
- Pagos ou colocados à disposição do respetivo titular, quando enquadráveis nas categorias A, B, G e H do IRS;

- Vencidos, colocados à disposição do seu titular, liquidados ou apurados, consoante os casos, se enquadráveis na categoria E do IRS (capitais) quando sujeitos a retenção na fonte, ainda que dela dispensados;
- Sujeitos a IRC e não dispensados de retenção na fonte, conforme os artigos 88º e 90º do CIRC.

Esta declaração deverá ser apresentada até ao final do mês de fevereiro do ano seguinte àquele a que respeitam os rendimentos e retenção na fonte. Deve ser entregue obrigatoriamente através da internet. É na Portaria 363/2013, de 20 de dezembro, que podemos encontrar todas as instruções de preenchimento.

✓ **Informação Empresarial Simplificada**

A Informação Empresarial Simplificada (IES) foi aprovada pelo Decreto-Lei nº8/2007, de 17 de janeiro, sendo esta uma declaração anual obrigatória para os sujeitos passivos de IRS que possuam ou devam possuir contabilidade organizada, sujeitos passivos de IRS que apesar de não possuir contabilidade organizada, devam enviar o anexo Q e os sujeitos passivos de IRC, incluindo as entidades ou organismos públicos. É feita através do preenchimento de formulários eletrónicos, de forma a proceder à entrega das declarações de contas anuais, para fins contabilísticos, fiscal e estatístico, numa única declaração. Esta declaração apenas pode ser submetida pelo respetivo Técnico Oficial de Contas.

A IES deve ser enviada até dia 15 de julho e compreende as seguintes declarações:

- Entrega da declaração anual de informação contabilística e fiscal prevista no nº1 do artigo 117º e 121º do CIRC e no nº 1 do artigo 113º do CIRS, quando respeite a pessoas singulares titulares de estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada (EIRL);
- Registo da prestação de contas junto das conservatórias do registo comercial;
- Prestação de informação de natureza estatística ao Instituto Nacional de Estatística;
- Prestação de informação relativa a dados estatísticos anuais para fins estatísticos ao Banco de Portugal.

✓ Anexo

Durante o estágio foi possível proceder a elaboração de alguns anexos as DF's, que revelam ser uma parte importante na prestação da informação acerca da posição e desempenho das empresas.

O SNC permite, em algumas matérias, usar critérios de mensuração diferentes, exigindo noutros casos a utilização de estimativas e juízos de valor. Neste sentido, a preparação de um anexo completo e cuidado, com todas as divulgações necessárias à compreensão das contas será sem dúvida bastante relevante para os interessados da informação financeira.

3.4. Caso Prático

Julgamos enriquecedor apresentar um pequeno exemplo, no qual, partindo de uma situação ficcionada vamos calcular o imposto que uma empresa suportaria caso esta se encontrasse instalada em Portugal ou se, por outro lado, tivesse sede em Angola.

No final apresentaremos na tabela 24, uma síntese do cálculo do imposto em cada um dos países.

Tal como já foi referido anteriormente, também a elaboração do caso prático reportar-se-á ao ano de 2014.

A sociedade XPTO, Lda., no período de 2014, obteve um volume de negócio de 3.000.000,00 u.m.. Considerando os dados a seguir indicados, vamos proceder ao cálculo do imposto.

✓ Empresa com sede em território português:

- O resultado líquido registou um valor de 130.000,00 u.m.;
- O imposto estimado ascendeu a 30.000, 00 u.m.

Durante o ano a sociedade XPTO, Lda., apresentou as seguintes operações:

1. Despesas não documentadas no valor de 10.000 u.m;

Nos termos do nº1, al. b) do artigo 23º do CIRC, as despesas não documentados, não são dedutíveis para efeitos fiscais, pelo que esta importância deve ser acrescida ao resultado líquido do período (↑Q07 do Modelo 22).

Contudo por força do nº1 do artigo 88º, as despesas não documentadas são tributadas autonomamente, à taxa de 50%.

$$TA=10.000,00*50\% \Leftrightarrow TA=5.000,00.$$

**2. Aquisição de uma viatura ligeira de passageiros, cujo valor foi de 50.000,00 u.m..
A taxa de amortização praticada foi de 25%. As despesas relacionadas com esta viatura (excluindo amortizações), ascendem a 10.000,00 u.m.;**

Nos termos do artigo 34º, nº1, e), não são aceites como gastos as depreciações das viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, incluindo os veículos elétricos, na parte correspondente ao custo de aquisição ou ao valor de reavaliação excedentes ao montante a definir por portaria.

Atendendo à Portaria 467/2010, veículos adquiridos a partir de 2012, não são aceites como gastos as depreciações efetuadas sobre os valores de aquisição excedente a:

- o 25.000,00 u.m., relativamente as viaturas ligeiras de passageiros ou mistas.

Teremos que acrescer no Q07 a parte correspondente ao limite da depreciação ($\uparrow Q07=25.000,00*25\%=6250$)

São tributados autonomamente à taxa de 35%, os encargos efetuados ou suportados pelos sujeitos passivos com viaturas ligeiras de passageiros, cujo custo de aquisição seja igual ou superior a 25000,00 e inferior a 35000,00, nos termos do artigo 88º, nº3, al. b).

$$TA= [(50.000,00*25\%)+10.000,00]*35\%=7.875,00.$$

3. A empresa suportou um gasto de 2.500,00 u.m. referente a multa por violação do Código da Estrada;

Nos termos da al. e), nº1, do artigo 23º-A, não são dedutíveis para determinação do lucro tributável as multas, coimas e demais encargos, pela prática de infrações de qualquer natureza. $\uparrow Q07$ Modelo 22.

4. Em 2012, a empresa adquiriu uma máquina de fotocopiar por 7000,00 u.m., que reconheceu como ativo tangível e à qual foi atribuída uma vida útil esperada de

quatro anos, estando a mesma a ser depreciada pelo método das quotas constantes;

O Decreto Regulamentar n°25/2009, de 14 de setembro, prevê, para estas máquinas, uma vida útil de cinco anos.

Depreciação Contabilística: $7.000,00 \times 25\% = 1.750,00$

Depreciação aceite fiscalmente: $7.000,00 \times 20\% = 1.400,00$

Correção a fazer ao resultado líquido: $1.750,00 - 1.400,00 = 350,00$ ($\uparrow Q07 = 350,00$).

5. Foi alienado um equipamento cujo custo de aquisição foi de 200.000,00 u.m. e as amortizações acumuladas ascendem a 100.000,00 u.m.. O valor da realização foi de 120.000,00 u.m. Existe intenção de reinvestir todo o valor de realização (para o cálculo da mais e menos valia realizada, admita um coeficiente de desvalorização monetária de 1,08);

Tendo em conta os artigos 46°, 47° e 48° do CIRC:

Mais-valia contabilística = $120.000,00 - (200.000,00 - 0 - 100.000,00) = 20.000,00$ ($\downarrow Q07$).

Menos-valia fiscal = $120.000,00 - (200.000,00 - 0 - 100.000,00) \times 1,08 = 21.600,00$.

Atendendo que existe a intenção de reinvestir e, sendo essa intenção manifestada na declaração anual de informação contabilística e fiscal, o artigo 48° do CIRC permite que o valor a acrescentar ao resultado líquido do período seja de $21.600,00 \times 50\% = 10.800,00$ ($\uparrow Q07$).

6. No ano de 2013 foi adquirido um pavilhão industrial, cujo valor de aquisição ascendeu a 1.500.000,00 (taxa de amortização de 2%).

O pavilhão industrial é constituído pelo terreno e edifício, que nos termos do DR 25/2009, artigo 10°, n° 1, os terrenos de exploração não estão sujeitos a depreciação; e segundo o n°3, os imóveis adquiridos sem indicação expressa do valor do terreno para efeitos fiscais é fixado em 25%.

$1.500.000,00 - \text{Terreno} - 25\% = 375.000,00$

$- \text{Edifício} - 75\% = 1.125.000,00$

Segundo o artigo 34°, n° 1, b) do CIRC, não são aceites como gastos as depreciações de imóveis na parte correspondente ao valor do terreno.

$1.500.000,00 \times 2\% = 30.000,00$ – Valor registado mas não aceite

$1.125.000,00 \times 2\% = 22.500,00$

$30.000,00 - 22.500,00 = 7.500,00$ ($\uparrow Q07$)

✓ **Empresa com sede em território angolano:**

- **Empresa tributada pelo grupo A;**
- **O resultado líquido registou um valor de 130.000,00 u.m.;**
- **O imposto estimado ascendeu a 30.000,00 u.m..**

1. Despesas não documentadas no valo de 10000,00 u.m.;

Nos termos do artigo 17º, nº3 do CII, os custos não documentos, não são aceites como custos dedutíveis à matéria coletável do imposto, mas é objeto de tributação autónoma à taxa de 4%.

$$TA = 10.000,00 * 4\% = 400,00$$

2. Aquisição de uma viatura ligeira de passageiros, cujo valor foi de 50.000,00 u.m..

A taxa de amortização praticada foi de 33,33%. As despesas relacionadas com a viatura (excluindo amortizações ascendem a 10.000,00 u.m..

Nos termos do artigo 24º do CII, são aceites como custo ou perda do exercício, até ao limite das taxas anuais que forem fixadas, os encargos de reintegração e amortização dos elementos do ativo imobilizado corpóreos. As taxas de amortização estão estabelecidas na Portaria 755/72 de 26 de outubro.

Ou seja:

- Valor de aquisição= $50.000,00 + 10.000,00 = 60.000,00$

- Taxa de Amortização = 33,33%

- Amortização = $60.000,00 * 33,33\% = 19.998,00$

Contudo, não são aceites como para efeitos fiscais as amortizações que sejam calculadas sobre a parte dos custos iniciais que excedam os 7.000.000,00AKZ (70.000USD), exceto se estiverem afetos à exploração de serviços públicos de transporte ou se destinarem a ser alugados no exercício da atividade normal da empresa. Este artigo não se aplica ao nosso caso prático, uma vez que , o valor da viatura não ultrapassa os valores estabelecidos.

3. A empresa suportou um gasto de 2.500,00 u.m. referente a uma multa de violação do Código da Estrada;

Nos termos do artigo 18º, nº1, al. d), não são aceites como custos dedutíveis à matéria coletável do imposto, as multas e todos os encargos pela prática de infrações de qualquer natureza. Pelo que esta importância deve ser acrescida no resultado líquido.

- 4. Em 2012, a empresa adquiriu uma máquina de fotocopiar por 70.000,00 u.m., que reconheceu como um ativo imobilizado corpóreo e o qual foi atribuída uma vida útil esperada de 4 anos, estando a ser depreciada pelo método das quotas constantes;**

A Portaria nº755/72 prevê, para as máquinas não especificadas na tabela, uma vida útil de 10 anos.

Depreciação contabilística: $70.000,00 \times 25\% = 17.500,00$

Depreciação aceite fiscalmente: $70000,00 \times 10\% = 7000,00$

Correções a fazer ao resultado líquido: $17.500,00 - 7.000,00 = 10.500,00$, a acrescentar, pois como dispõe a al. c) do artigo 40º do CII, não serão aceites fiscalmente as depreciações que exceda os limites estabelecido (↑Q05 do Modelo 1).

- 5. Foi alienado um equipamento cujo custo de aquisição foi de 200.000,00 u.m. e as amortizações acumuladas ascendem a 100.000,00 u.m. O valor de realização foi de 120.000 u.m. Existe intenção de reinvestir todo o valor de realização (para o cálculo da mais e menos valia realizada, admita um coeficiente de desvalorização monetária de 1,08).**

Nos termos do artigo 23º nº4 do CII, consideram-se Mais-Valia: $120.000,00 - (200.000,00 - 100.000,00) = 20.000,00$, já que se encontra refletido no resultado, pelo que não é necessário efetuar qualquer correção.

- 6. No ano de 2013 foi adquirido um pavilhão industrial, cujo valor de aquisição ascendeu a 1.500.000,00 (taxa de amortização 2%);**

Segundo o artigo 31º do CII, os terrenos não são amortizáveis, exceto se estiverem exclusivamente afetos à atividade de exploração e apenas na parte sujeita a deprecimento. No caso de imóveis que integrem terrenos e edifícios ou outras construções, e que tenham sido adquiridos sem indicação expressa do valor do custo do terreno, o valor a atribuir a este para efeitos fiscais é fixado em 20% do valor global (nºs 1 e 2).

$1.500.000,00: - \text{Terreno} - 20\% = 300.000,00$

$- \text{Edifício} - 80\% = 1.200.000,00$

$1.500.000,00 \times 2\% = 30.000,00$

$1.200.000,00 \times 2\% = 24.000,00$

$30.000,00 - 24.000,00 = 6.000,00 \uparrow \text{Modelo 1}$

Tabela 23 - Síntese Cálculo do Imposto

	Portugal	Angola
Resultado Líquido	130.000,00	130.000,00
Imposto Estimado	30.000,00	30.000,00
1) Despesas Não documentadas	10.000,00	10.000,00
2) Depreciação	7.875,00	19.998,00
3) Infrações	2.500,00	2.500,00
4) Depreciações	350,00	10.500,00
5) Mais-Valia Contabilística	20.000,00	0
Mais-valia Fiscal	10.800,00	0
6) Depreciação	7.500,00	6.000,00
Lucro Tributável	179.025,00	169.002,00
Matéria Coletável	179.025,00	169.002,00
Taxa	23%	30%
Coleta	41.175,75	50.700,60
Tributação Autónoma	11.187,5	400
Imposto sobre o Rendimento	52.363,25	51.100,60

Fonte: Elaboração Própria

Da resolução do exercício, obtivemos resultados relativamente diferentes. As despesas não documentadas, tanto em Angola como em Portugal, não são aceites como gastos, no entanto em ambos os países são objeto de tributação autónoma. Em IRC sujeitas a uma taxa de 50% e no II a uma taxa de 4%.

As depreciações de viaturas ligeiras de passageiros, em IRC não são aceites como gastos, no entanto, são sujeitos a tributação autónoma a taxa de 35%. Quanto ao II, são aceites como custo ou perda até ao limite das taxas estabelecidas, contudo não são aceites para efeitos fiscais as amortizações que excedam os 7.000.000,00AKZ (70.000,00USD).

Há também as questões das mais-valias, que em Portugal determinam a realização, em que o saldo positivo das mais-valias e menos-valias é considerado por metade do valor, e em Angola isso não acontece. A explicação para a diferença verificada do imposto a pagar – 52.363,25 u.m. em Portugal e 51.100,60 em Angola - reside na disparidade existente nas taxas de tributação praticadas nos dois países.

Considerações Finais

O presente estudo teve por finalidade a análise comparativa do normativo contabilístico e do sistema fiscal entre Angola e Portugal. Com a crescente globalização o Governo angolano vê-se obrigado a reajustar a sua legislação, apresentando-se desta forma com mais competitividade e oportunidade.

Começamos por caracterizar o PGCA e o SNC, passando posteriormente por uma análise detalhada dos elementos que constituem os normativos, evidenciando as principais diferenças e semelhanças. Da análise efetuada verificamos que, algumas das diferenças detetadas resultam do vazio normativo evidenciado pelo PGCA em algumas matérias, bem como pelas alterações verificadas no normativo contabilístico português, em resultado da transposição das IFRS. Assim, não obstante verificarmos influências do POC 89 no PCGA, este não acompanhou a evolução verificada no normativo contabilístico português, a qual culminou com a aprovação do SNC.

Quanto ao conjunto de DF's, a comparação evidenciou que, quer em Angola quer em Portugal, o Balanço, a Demonstração dos Resultados e as Notas são de publicação obrigatória exceto a DFC e a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, obrigatória em Portugal, mas não em Angola. De salientar ainda que, no SNC é obrigatório a utilização da DACP, enquanto no PGCA esta DF não está contemplada. Finalmente, de realçar que a contabilização de locações, a determinação, registo e a divulgação de impostos diferidos, a contabilização dos planos de benefícios de reforma e os efeitos da alteração das taxas de câmbio em DF's estão fora do âmbito do PGCA, enquanto o SNC preconiza tratamento para estas situações.

Relativamente ao sistema fiscal, tanto em Angola, como em Portugal, este tem sido alvo de inúmeras alterações. Em Angola foram aprovados recentemente novos diplomas, fruto da reforma tributária a que o país se encontra, de forma a fazer face as novas exigências económicas e sociais. Em Portugal dada a instabilidade política e económica que tem assistido nos últimos anos, levou a alterações significativas a nível da carga tributária.

Quanto ao rendimento de pessoas singulares é de salientar que o IRT encontra-se dividido em três grupos, o Grupo A que corresponde a categoria A do IRS e o Grupo B, que corresponde a categoria B. De salientar também que no cálculo do imposto o IRS permite o englobamento dos rendimentos das várias categorias e tem em conta o agregado familiar,

o que não acontece com o IRT. Contudo, pensamos existir cada vez mais uma aproximação entre os dois diplomas.

O rendimento das pessoas coletivas, em Angola encontra-se dividido em dois grupos, Grupo A, que incluem-se as empresas de um modo geral e no Grupo B, as entidades que não têm enquadramento no A e as que pratiquem atos isolados. As entidades do Grupo A correspondem as entidades, que de forma geral, estão sujeitas a IRC.

A fórmula de cálculo do imposto é idêntica nos dois diplomas, no entanto, o CII não contempla procedimentos quanto aos rendimentos e gastos referentes às imparidades e a aplicação do justo valor em instrumentos financeiros e em ativos biológicos.

De referir, que tanto o CII como no CIRC existe a possibilidade de aplicação de taxas de tributação autónomas para determinados encargos. Contudo, o CII apenas contempla três tipos de taxas referentes aos encargos de com a documentação.

De referir também, que ambos os países procuram incentivar o investimento, concedendo benefícios fiscais à entidades que apresentem projetos relevantes para o desenvolvimento da cada país.

Quanto a tributação do consumo, este apresenta-se muito desigual entre os dois países. Em Angola apresenta-se como um imposto monofásico, com uma menor capacidade de produção de receitas. Já em Portugal, este é considerado um imposto plurifásico, sendo o imposto que mais contribui para arrecadação de receitas. No entanto, encontra-se em estudo a possibilidade de introdução de imposto como o IVA no sistema fiscal angolano.

Importa referir, que em Angola 70% das receitas do Estado são relativos a tributação especial, nomeadamente o setor petrolífero, O que poderá justificar a não dedicação ou as debilidades que os restantes impostos apresentam. Contudo, e dado os últimos acontecimentos, relativos a queda do barril do petróleo a nível internacional, o Governo viu-se obrigado a arranjar algumas alternativas, que passam pela reformulação dos impostos não petrolíferos.

De lembrar que Portugal tem celebrado várias convenções para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal, algo que em Angola ainda não existe.

Quanto ao estágio desenvolvido foi uma oportunidade para entrar em contacto com o mercado de trabalho, de forma a complementar as competências socioprofissionais.

De entre as atividades desenvolvidas durante a realização do estágio, destaco aqui a importância da elaboração do Anexo as DF's, visto este ser um documento onde é compilada as divulgações exigidas pelas NCRF's.

Destacamos também as atividades desenvolvidas no âmbito do IVA, onde grande parte do trabalho foi para o apuramento e entrega das declarações do IVA das diversas entidades pelas quais foi possível trabalhar.

Das conclusões do presente relatório, decorrem sugestões para o desenvolvimento de futuros estudos mais exaustivos e complexos relativos aos sistemas fiscais em análise, a fim de se efetuar uma análise comparativa dos avanços verificados. Seria também interessante analisar, relativamente ao sistema fiscal angolano, o resultado ou progressos da reforma tributária, a que o país se encontra.

Bibliografia

AICEP, P. G. (2013). Mercados - informação global Angola - Ficha de Mercado. Consultado em outubro 28, 2014, em http://www.nerba.pt/uploads/files/fichamercado_angola.pdf.

Almeida, R., M., P., Dias, A. I. & Carvalho, F. (2009). *O Novo Sistema de Normalização Contabilística – SNC Explicado*. Cacém. ATF – Edições Técnicas.

Almeida, R., Miranda, S., Nogueira, A., Silva, J. & Pinheiro, P. (2014). *Plano de Contabilidade Angolano – Explicado*. Cacém: AFT – Edições Técnicas.

Amaral, C. X., (2001). *Processo de Harmonização contabilística Internacional: Tendências Atuais*. Instituto Universitário de Desenvolvimento e Promoção Social – Polo de Viseu do Centro Regional das Beiras da Universidade Católica Portuguesa.

Borges, A., Rodrigues, A. & Rodrigues, R. (2010). *Elementos de Contabilidade Geral*. (25ª edição). Lisboa: Áreas Editora.

CNC – Comissão de Normalização Contabilística (2014). Competências CNC. Acedido 18/09/14 em www.cnc.min-financas.PT.

Costa, C. B. & Alves, G. C. (2013). *Contabilidade Financeira*. (8ª edição). Lisboa: Lei dos Livros.

Cruz, C. M. P. (2011). *Principais diferenças entre o Plano Geral de Contabilidade de Angola e o Sistema de Normalização Contabilística de Portugal*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Deloitte (2007). O Guia do SNC. Acedido em 2/08/2014 <http://deloitte.com/View/Pt>.

Deloitte (2013). OE 2014 e Reforma do IRC – Especial Tax News Flash. Acedido em 18/06/2014. https://www.deloitte.com/assets/DcomPortugal/Local%20Assets/Documents/OE14/TaxNewsFlash%20OE2014%20e%20Reforma%20do%20IRC_novo.pdf.

Figueira, R. (2012). *Reforma Tributária vai aproximar o sistema fiscal angolano ao de outros países*. Paper presented at the IIª Conferencia Internacional sobre Tributação. Luanda, Angola.

Gonçalves, C. (2007). *Contabilidade – Normas Internacionais Futura Normalização Contabilística*. Apresentado nas XIII Jornadas de Contabilidade e Fiscalidade da APOTEC, Lisboa, Portugal.

Magro, J. L. & Magro, A. (2008). *Manual de contabilidade Angolano*. (2ª edição). Porto: Uniarte Gráfica.

Nabais, J.C. (2012). *Direito Fiscal*. (7ª edição). Coimbra: Edições Almedina.

Neves, J.C. (2012). *Análise e Relato Financeiro – Uma Visão Integrada de Gestão*. (5ª edição). Alfragide: Texto Editores.

Nunes, R.C.M.P. (2013). *Imposto sobre as Sociedades: Comparação entre Portugal e Angola*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.

Palma, C. C. (2014). *O Imposto de Consumo em Angola*. (3ª edição). Coimbra: Edições Almedina.

PWC - Pricewaterhousecoopers (2014a). *Reforma Fiscal Angolana 2015*. Consultado em agosto 10, 2014 em http://www.pwc.pt/pt/pwc_inforfisco/flash/Angola.jhtml.

PWC - Pricewaterhousecoopers (2014b). *Guia Fiscal PWC 2014*. Consultado em agosto 10, 2014 em <http://www.pwc.pt/pt/guia-fiscal/2014/irs/categorias-rendimentos.jhtml>.

Ramos, M. L. (2012). *Avaliação das Operações da Indústria Petrolífera de Angola*. *Open Society Initiative for Southern Africa – OSISA*. Acedido em setembro 2012 em <http://www.OSISA.org/publications>

Santos, L.L. (2005). *A Contabilidade nos países de Língua Portuguesa – Estudo comparativo dos normativos sobre demonstrações contabilísticas anuais, para as empresas não financeiras*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Vigo, Vigo, Espanha.

Soares, J. C. (2010). *Sistema de Normalização Contabilísticas, Questões e Casos Práticos*. Lisboa: Plátano Editora.

Tepa, C. D. (2002). *Normalização Contabilística em Angola*. Apresentado no IX Congresso de Contabilidade, Porto, Portugal.

Legislação Angola

Constituição da República de Angola 2010 de 5 de fevereiro. *Diário da República nº23, série I*. Assembleia Nacional de Angola.

Lei nº18/11 de 21 de abril – Altera o Código do Imposto Industrial. *Diário da República nº75, série I*. Assembleia Nacional de Angola.

Lei nº10/99 de outubro – Aprova o novo Código do Imposto sobre o Rendimento do Trabalho. *Diário da República nº44, série I*. Assembleia Nacional de Angola.

Lei nº 30/11 de setembro – Aprova a Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas. *Diário da República nº176, série I*. Assembleia Nacional de Angola.

Lei nº10/04 de 12 de novembro – Aprova a Lei das Atividades Petrolíferas. *Diário da República nº91, série I*. Assembleia Nacional de Angola.

Lei nº13/04 de 24 de dezembro – Aprova a Lei sobre a Tributação das Atividades Petrolíferas. *Diário da República nº103, série I*. Assembleia Nacional de Angola.

Lei nº18/14 de 22 de outubro – Aprova o Código do Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho – Revoga o Código do Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho aprovado pela Lei nº10/99. *Diário da República nº192, série I*. Assembleia Nacional de Angola.

Lei nº19/14 de 22 de outubro – Aprova o Código do Imposto Industrial – Revoga o Diploma Legislativo nº35/72, de 29 de abril e a Lei nº7/97, de 10 de outubro. *Diário da República nº192, série I*. Assembleia Nacional de Angola.

Decreto n.º82/01 de 16 de novembro - Aprova o Plano de Contabilidade Angolano. *Diário da República n.º52, série I*. Conselho de Ministros de Angola.

Decreto nº41/99 de 10 de dezembro – Aprova o Regulamento do Imposto de Consumo. *Diário da República nº50, série I.* Conselho de Ministros de Angola.

Diploma Legislativo nº35/72 de 29 de abril – Aprova o Código do Imposto Industrial. *Diário da República nº101, série I.* Governo-Geral de Angola.

Decreto Legislativo Presidencial nº7/11 de 30 de dezembro – Aprova a revisão ao Regulamento do Imposto de Consumo. *Diário da República nº252, série I.* Presidente da República de Angola.

Decreto Legislativo Presidencial nº3-A/14 de 21 de outubro – Aprova a revisão e republicação do Regulamento do Imposto de Consumo. *Diário da República nº191, série I.* Presidente da República de Angola.

Decreto Presidencial n.º 50/11 de 15 de março - Aprova as Linhas Gerais do Executivo para a Reforma Tributária. *Diário da República nº49, série I.* Presidente da República de Angola.

Decreto Presidencial nº155/10 de 28 de julho - Aprova o Projeto Executivo para a Reforma Tributária. *Diário da República nº141, série I.* Presidente da República de Angola.

Decreto executivo nº15/09 de 3 de março – Aprova a Tabela dos Lucros Mínimos. *Diário da República nº40, série I.* Ministério das Finanças.

Portaria 755/72 de 26 de outubro – Aprova a Tabela das Taxas de Reintegrações e Amortizações. *Diário da República nº152, série I.* Ministro das Finanças.

Legislação Portugal

Lei Constitucional nº1/05 de 12 de agosto - Procede à sétima Revisão Constitucional e República a Constituição da República Portuguesa. *Diário da República nº155, série I.* Assembleia da República.

Lei nº110/09 de 16 de setembro – Aprova o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Providencial de Segurança Social. *Diário da República nº180, série I.* Assembleia da República.

Lei nº66-B/2012 de 31 de dezembro – Aprovação do Orçamento para 2013. *Diário da República nº252, série I*. Assembleia da República.

Lei nº83-c/13 de 31 de dezembro – Aprova o Orçamento de Estado para 2014. *Diário da República nº253, série I*. Assembleia da República.

Lei nº2/2014 de 16 de janeiro – Procede a alteração do Código do Imposto das Pessoas Coletivas e Código do Imposto das Pessoas Singulares. *Diário da República nº11, série I*. Assembleia da República.

Lei nº82-B/2014 de 31 de dezembro – Aprova o Orçamento do Estado para 2015. *Diário da República nº252, 1º Suplemento, série I*. Assembleia da República.

Lei nº82-D/2014 de 31 de dezembro – Procede à alteração das normas fiscais ambientais nos setores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro de uma reforma da fiscalidade ambiental. *Diário da República, nº252, 2º Suplemento, série I*. Assembleia da República.

Decreto – Lei nº398/98 de 17 de dezembro – Aprova a Lei Geral Tributária. *Diário da República nº290, série I-A*. Conselho de Ministros.

Decreto-Lei nº 197/2012 de 24 de agosto. Procede à alterações no Código do IVA nas Transações Comunitárias, Transpondo o artigo 4º da Diretiva nº2008/8/CE. *Diário da República nº164, série I*. Conselho de Ministros.

Decreto-Lei nº198/2012 de 24 de agosto. Procede à criação de medidas de controlo de emissão de faturas e outros documentos com relevância fiscal. *Diário da República nº164, Série I*. Conselho de Ministros.

Decreto-Lei nº158/2014 de 24 de outubro. Procede à transposição para a ordem jurídica interna o artigo 5º da Diretiva nº 2008/8/CE, relativa ao sistema comum do Imposto sobre o Valor Acrescentado. *Diário da República nº206, série I*. Conselho de Ministros.

Decreto – Lei 394-B/84 de 26 de dezembro – Aprova o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentada. *Diário da República nº297, série I*. Conselho de Ministros.

Decreto-Lei nº159/2009 de 13 de julho – Altera o Código do IRC, adaptando as regras de determinação do lucro tributável às Normas Internacionais de Contabilidade tal como adaptadas pela União Europeia. *Diário da República nº133, série I*. Conselho de Ministros.

Decreto – Lei nº158/09 de 13 de julho - Aprova os Sistema de Normalização Contabilística. *Diário da República n.º 133, série I*. Ministério das Finanças e Administração Pública.

Decreto – Lei nº442-A/88 de 30 de novembro – Aprova o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares. *Diário da República nº277, série I*. Ministério das Finanças.

Decreto-Lei nº36-A/2011 de 9 de março – Aprova o Regime de Normalização Contabilística para as Microentidades e para as Entidades do Setor não Lucrativo. *Diário da República nº48, série I*. Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Decreto – Lei nº442-B/88 de 30 de novembro – Aprova o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. *Diário da República nº277, série I*. Ministério das Finanças.

Decreto-Lei nº8/07 de 17 de janeiro. Cria a Informação Empresarial Simplificada (IES). *Diário da República nº12, série I*. Ministério da Justiça.

Diretiva 2008/8/CE de 12 de fevereiro – Altera a Diretiva 2006/12/CE no que diz respeito ao lugar das prestações de serviços. Conselho da União Europeia.

Portaria nº1339/2005 de 30 de dezembro. Procede a consagração normativa da obrigatoriedade, de forma gradual, a ser o envio por transmissão eletrónica de dados. *Diário da República nº250, série I*. Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Portaria nº1011/09 de 9 de setembro – Aprova o Código de Contas. *Diário da República nº175, série I*. Ministério das Finanças e Administração Pública.

Portaria nº986/2009 de 7 de setembro – Aprova os modelos para as Demonstrações Financeiras. *Diário da República nº173, série I*. Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Regulamento (CE) n.º1606/2002 de 19 de julho – Relativo à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade. Parlamento Europeu e do Conselho.

Anexos

Anexo I - Modelo Balanço

- Modelo Balanço PGCA:

Empresa.....

Balanço em..... Valores expressos em

Designação	Notas	Exercícios	
		N	N-1
Ativo			
Ativo não corrente:			
Imobilizações corpóreas	4		
Imobilizações incorpóreas	5		
Investimentos em subsidiárias e associadas	6		
Outros ativos financeiros	7		
Outros ativos não correntes	9		
Ativos correntes:			
Existências	8		
Contas a receber	9		
Disponibilidades	10		
Outros ativos correntes	11		
Total do ativo			
Capital Próprio e Passivo			
Capital próprio:			
Capital	12		
Reservas	13		
Resultados transitados	14		
Resultados do exercício			
Passivo não corrente:			
Empréstimos de médio e longo prazo	15		
Impostos diferidos	16		
Provisões para pensões	17		
Provisões para outros riscos e encargos	18		
Outros passivos não correntes	19		
Passivo corrente:			
Contas a pagar	19		
Empréstimos de curto prazo	20		
Parte cor. dos empr. a médio e longo prazo	15		
Outros passivos corrente	21		
Total do Capital Próprio e passivo			

- Modelo Balanço SNC:

Entidade:

BALANÇO (INDIVIDUAL ou CONSOLIDADO) EM XX DE YYYYYY DE 200N

UNIDADE MONETARIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 XXX N	31 XXX N-1
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis			
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis			
Activos biológicos			
Participações financeiras – método da equivalência patrimonial			
Participações financeiras – outros métodos			
Accionistas/sócios			
Outros activos financeiros			
Activos por impostos diferidos			
Activo corrente			
Inventários			
Activos biológicos			
Clientes			
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos			
Accionistas/sócios			
Outras contas a receber			
Diferimentos			
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários			
Total do activo			
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado			
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas			
Resultados transitados			
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio			
Resultado líquido do período			
Interesses minoritários			
Total do capital próprio			
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
Passivo corrente			
Fornecedores			
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos			
Accionistas/sócios			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
Total do passivo			
Total do capital próprio e do passivo			

(1) – O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros.

Anexo II - Modelo de Demonstração dos Resultados por natureza

- Modelo de Demonstração dos Resultados por Natureza PGCA:

Empresa Demonstração dos Resultados em
 Valores expressos em

Designação	Notas	Exercícios	
		N	N-1
Vendas	22		
Prestações de serviços	23		
Outros proveitos operacionais	24		
Variações nos produtos acabados e produtos em vias de fabrico	25		
Trabalhos para a própria empresa	26		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias-primas e subsidiárias consumidas	27		
	28		
Custos com o pessoal	29		
Amortizações	30		
Outros custos e perdas operacionais			
Resultados operacionais:			
Resultados financeiros	31		
Resultados de filiais e associadas	32		
Resultados não operacionais	33		
Resultados antes de impostos:			
Imposto sobre o rendimento	35		
Resultados líquidos das atividades correntes:			
Resultados extraordinários	34		
Imposto sobre o rendimento	35		
Resultados líquidos do exercício			

- Modelo Demonstração dos Resultados por Natureza SNC:

Entidade:

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM XX DE YYYYYY DE 200N

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		N	N-1
Vendas e serviços prestados		+	+
Subsídios à exploração		+	+
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		+ / -	+ / -
Variação nos inventários da produção		+ / -	+ / -
Trabalhos para a própria entidade		+	+
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-
Fornecimentos e serviços externos		-	-
Gastos com o pessoal		-	-
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		- / +	- / +
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		- / +	- / +
Provisões (aumentos/reduções)		- / +	- / +
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		- / +	- / +
Aumentos/reduções de justo valor		+ / -	+ / -
Outros rendimentos e ganhos		+	+
Outros gastos e perdas		-	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		=	=
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		- / +	- / +
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		- / +	- / +
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		=	=
Juros e rendimentos similares obtidos		+	+
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultado antes de impostos		=	=
Imposto sobre o rendimento do período		- / +	- / +
Resultado líquido do período		=	=
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a: (2)			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses minoritários		=	=
Resultado por acção básico			

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

(2) Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

Anexo III - Modelo de Demonstração dos Resultados por Funções

- Modelo de Demonstração dos Resultados por Funções PGCA:

Empresa Demonstração dos Resultados em
 Valores expressos em

Designação	Notas	Exercícios	
		N	N-1
Vendas	22		
Prestações de serviços	23		
Custo das vendas			
Margem Bruta:			
Outros proveitos operacionais			
Custos de distribuição			
Custos administrativos			
Outros custos e perdas operacionais			
Resultados operacionais:			
Resultados financeiros	31		
Resultados de filiais e associadas	32		
Resultados não operacionais	33		
Resultados antes de impostos:			
Impostos sobre o rendimento	35		
Resultados líquidos das atividades correntes:			
Resultados de operações em descontinuação ou descontinuadas			
Efeitos das alterações de políticas contabilísticas			
Resultados extraordinários	34		
Imposto sobre o rendimento	35		
Resultados líquidos do exercício			

- Modelo de Demonstração dos Resultados por Funções SNC:

Entidade:

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM XX DE YYYYYY DE 200N

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		N	N-1
Vendas e serviços prestados		+	+
Custo das vendas e dos serviços prestados		-	-
Resultado bruto		=	=
Outros rendimentos		+	+
Gastos de distribuição		-	-
Gastos administrativos		-	-
Gastos de investigação e desenvolvimento		-	-
Outros gastos		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		=	=
Gastos de financiamento (líquidos)		-	-
Resultados antes de impostos		=	=
Imposto sobre o rendimento do período		- / +	- / +
Resultado líquido do período		=	=

Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
---	--	--	--

Resultado líquido do período atribuível a: (2)			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses minoritários			
		=	=

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

(2) Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

Anexo IV - Modelos das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

- Modelos das Demonstrações dos Fluxos de Caixa PGCA:

- Modelo de DFC método direto:

EmpresaDemonstração de fluxos de caixa para
o exercício findo em..... Valores expressos em.....

Designação	Notas	Exercícios	
		2XXX	2XXX-1
Fluxo de caixa das actividades operacionais:			
Recebimentos (de caixa) de clientes			
Pagamentos (de caixa) a fornecedores e empregados			
Caixa gerada pelas operações:			
Juros pagos:			
Impostos s/os lucros pagos			
Fluxos de caixa antes da rubrica extraordinária:			
Caixa líquida proveniente das actividades operacionais			
Fluxo de caixa das actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Imobilizações corpóreas			
Imobilizações incorpóreas			
Investimentos financeiros	45		
Subsídios a investimento			
Juros e proveitos similares			
Dividendos ou lucros recebidos			
Pagamentos respeitantes a:			
Imobilizações corpóreas			
Imobilizações incorpóreas			
Investimentos financeiros	46		
Fluxos de caixa antes da rubrica extraordinária:			
Caixa líquida usada nas actividades de investimento			
Fluxo de caixa das actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Aumentos de capital, prestações suplementares e vendas de acções ou quotas próprias			
Cobertura de prejuízos			
Empréstimos obtidos			
Subsídios à exploração e doações			

Pagamentos respeitantes a:			
Reduções de capital e prestações Suplementares			
Compras de acções ou quotas próprias			
Dividendos ou lucros pagos			
Empréstimos obtidos			
Amortizações de contratos de locação financeira			
Juros e custos similares pagos			
Fluxos de caixa antes da rubrica extraordinária:			
Caixa líquida usada nas actividades de financiamento			
Aumento líquido de caixa e seus equivalentes			
Caixa e seus equivalentes no início do período	43,47		
Caixa e seus equivalentes no fim do período	43,47		

- Modelo de DFC método indireto:

EmpresaDemonstração de fluxos de caixa para o
exercício findo em..... Valores expressos em.....

Designação	Notas	Exercícios	
		2XXX	2XXX-1
Fluxo de caixa das actividades operacionais:			
Resultado líquido antes dos impostos e das rubricas extraordinárias			
Ajustamentos:			
Depreciações			
Amortizações			
Ganhos na alienação de imobilizações			
Perdas na alienação de imobilizações			
Resultados financeiros			
Resultados extraordinários			
Resultados operacionais antes das alterações do capital circulante:			
Aumento das existências			
Diminuição das existências			
Aument. das dívid. de terc. operac.			
Dimin. das dívid. de terc. operac.			
Aument. de outros activ. operac.			
Dimin. de outros activos. operac.			
Aumento das dívid. a terc. operac.			
Dimin. das dívidas a terc. operac.			
Aument. de outros passiv. operac.			
Dimin. de outros passiv. operac.			
Caixa gerada proveniente das operações:			
Juros pagos			
Impostos s/os lucros pagos			
Fluxo de caixa antes de resultados extraordinários:			
Caixa líquida proveniente das actividades operacionais			
Fluxo de caixa das actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Imobilizações corpóreas			

Imobilizações incorpóreas			
Investimentos financeiros			
Subsídios a investimento			
Juros e proveitos similares			
Dividendos ou lucros recebidos			
Pagamentos respeitantes a:			
Imobilizações corpóreas			
Imobilizações incorpóreas			
Investimentos financeiros	46		
Fluxos de caixa antes da rubrica extraordinária:			
Caixa líquida usada nas actividades de investimento			
Fluxo de caixa das actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão			
Vendas de acções ou quotas próprias			
Cobertura de prejuízos			
Empréstimos obtidos			
Subsídios à exploração e doações	45		
Pagamentos respeitantes a:			
Reduções de capital e prest. suplement.			
Compras de acções ou quotas próprias			
Dividendos ou lucros pagos			
Empréstimos obtidos			
Amortiz. de contratos de locação finan.			
Juros e custos similares pagos			
Fluxos de caixa antes da rubrica extraordinária:			
Caixa líquida usada nas actividades de financiamento			
Aumento líquido de caixa e seus equivalentes			
Caixa e seus equivalentes no início do período			
Caixa e seus equivalentes no fim do período			

- Modelos das Demonstrações dos Fluxos de Caixa SNC:

- Modelo de DFC método direto:

Entidade:

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM XX DE YYYYYY DE 200N

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		N	N-1
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais – método directo</u>			
Recebimentos de clientes		+	+
Pagamentos a fornecedores		-	-
Pagamentos ao pessoal		-	-
Caixa gerada pelas operações		+/-	+/-
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-/+	-/+
Outros recebimentos/pagamentos		+/-	+/-
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		+/-	+/-
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-	-
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros activos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		+	+
Activos intangíveis		+	+
Investimentos financeiros		+	+
Outros activos		+	+
Subsídios ao investimento		+	+
Juros e rendimentos similares		+	+
Dividendos		+	+
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		+/-	+/-
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		+	+
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		+	+
Cobertura de prejuízos		+	+
Doações		+	+
Outras operações de financiamento		+	+
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		+/-	+/-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		+/-	+/-
Efeito das diferenças de câmbio		+/-	+/-
Caixa e seus equivalentes no início do período	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

- Modelo da DFC método indirecto:

Entidade:

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM XX DE YYYYYY DE 200N

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		N	N-1
Fluxos de caixa das actividades operacionais – método indirecto			
Resultado líquido do exercício			
Ajustamentos:			
Depreciações e amortizações		+	+
Imparidades (perdas/reversões)		+/-	+/-
Justo valor (reduções/aumentos)		+/-	+/-
Provisões (aumentos/reduções)		+/-	+/-
Diferenças de câmbio não realizadas (ganhos/perdas)		+/-	+/-
Juros e rendimentos similares obtidos		+	+
Juros e gastos similares suportados		-	-
Alienação de activos fixos tangíveis (ganhos/perdas)		+/-	+/-
Outros gastos e rendimentos		+/-	+/-
Activos biológicos (aumento/diminuição)		+/-	+/-
Inventários (aumento/diminuição)		+/-	+/-
Contas a receber (aumentos/diminuições)		+/-	+/-
Gastos diferidos (aumentos/diminuições)		+/-	+/-
Contas a pagar (aumentos/diminuições)		-/+	-/+
Rendimentos diferidos (aumentos/diminuições)		-/+	-/+
Outros activos correntes (aumentos/diminuições)		+/-	+/-
Outros passivos correntes (aumentos/diminuições)		-/+	-/+
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		+/-	+/-
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-	-
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros activos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		+	+
Activos intangíveis		+	+
Investimentos financeiros		+	+
Outros activos		+	+
Subsídios ao investimento		+	+
Juros e rendimentos similares		+	+
Dividendos		+	+
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		+/-	+/-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		+	+
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		+	+
Cobertura de prejuízos		+	+
Doações		+	+
Outras operações de financiamento		+	+
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		+/-	+/-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		+/-	+/-
Efeito das diferenças de câmbio		+/-	+/-
Caixa e seus equivalentes no início do período	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros.

Anexo V – Demonstração das Alterações no Capital Próprio SNC



versão 1/2015

Entidade:
DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N

UNIDADE MONETÁRIA (1)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realçado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprios	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Excedentes de revalorização	Ajustamentos em ações próprias	Outras variações no capital próprio	Reservados transiç. período	Resultado líquido do período		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N=1	1													
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio														
	2													
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3													
RESULTADO EXTENSIVO	4=1+3													
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
	5													
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N=1	6=1+2+3+5													

(1) - O euro, adoptado, em função da dimensão e expensão de registo, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Anexo VI – Documento de Liquidação de Impostos

N.º DLI		Repartição Fiscal		Data da Liquidação		
Nome ou Designação		NIF				
Ano da Liquidação		Período				
Mensal <input type="checkbox"/>		Trimestral <input type="checkbox"/>		Anual <input type="checkbox"/>		
Forma de Liquidação		Tipo de Liquidação				
Auto-Liquidação <input type="checkbox"/>		Correcção <input type="checkbox"/>				
Oficiosa <input type="checkbox"/>		Definitiva <input type="checkbox"/>				
		Provisória <input type="checkbox"/>				
		Retenção na Fonte <input type="checkbox"/>				
		Por Conta <input type="checkbox"/>				
		Prestações <input type="checkbox"/>				
		Multas <input type="checkbox"/>				
		Custos <input type="checkbox"/>				
Tipo de Imposto						
A11	Imposto sobre o Rend. Trab. Cont. Prop.	<input type="checkbox"/>	B31	Imposto Predial Urbano	<input type="checkbox"/>	D63
A12	Imposto sobre o Rend. Trab. Cont. Outr.	<input type="checkbox"/>	C41	Imposto S. Prod. Indu. St. Petrol.	<input type="checkbox"/>	F71
A21	Imposto Sobre o Rend. Ind. Petrol.	<input type="checkbox"/>	D52	Imposto S. Cons. Pro. Deriv. Petrol.	<input type="checkbox"/>	I10
A23	Imposto Industrial - G.R.P. A	<input type="checkbox"/>	D54	Imposto S. Cons. Cerveja Nac.	<input type="checkbox"/>	
A25	Imposto Sobre Trans. Petróleo	<input type="checkbox"/>	D61	Imposto Cons. Serv. Telecom.	<input type="checkbox"/>	
Base Tributável						
Valor Tributável		Taxa		Imposto a Pagar		
Kz:		<input type="text"/> %		Kz:		
Cálculo de Juros						
Valor		N.º de Dias		Taxa		Juros a Pagar
Kz:		<input type="text"/>		<input type="text"/> %		Kz:
Multas			Custos			
Descrição		Valor		Descrição		Valor
Kz:				Kz:		
Valor Total a Pagar			Kz:			
Declaração						
Declaro que as informações prestadas neste documento são verdadeiras e contabilisticamente correctas.						
Local			Assinatura do responsável			
<p>Atenção: - Este documento não faz prova do pagamento</p> <p>Certificação dos Serviços</p>						

Anexo VII - Declaração Modelo nº2 do IRT

[illegible]

Anexo VIII – Declaração Modelo nº1 do IRT

I SÉRIE — N.º 44 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1999

1209

Declaração Modelo n.º 1 (artigo 9.º do Código)

REPÚBLICA DE ANGOLA Ministério das Finanças Direcção Nacional de Impostos	IMPOSTO SOBRE RENDIMENTOS DO TRABALHO Declaração de Rendimentos Exercício de	P/USO DA DNI
--	--	---------------------

01 Identificação do Contribuinte

01 N.º do Registo 02 Área Fiscal

03 Nome

04 Endereço: (Rua, Avenida e Praça) N.º

05 Caixa Postal N.º 06 Telefone N.º

07 Actividades que exerce 08 Código

09 Preencher somente se início ou fim de actividade: Início ☐ Fim ☐

02 Rendimentos recebidos ou postos à disposição do declarante

Nome da entidade pagadora	Número do RGC	Rendimentos recebidos	Imposto pago
<i>Totais</i> ...			

03 Apuramento do Rendimento Colectável

01 Rendimento bruto (a transportar do quadro 02)

02 A deduzir 30% do rendimento bruto ou os encargos efectivamente apurados pela contabilidade

03 Rendimento colectável: (Valor de 01-Valor de 02)

04 Cálculo do Imposto

01 Total do imposto devido: (15% sobre alínea 03 do quadro 03).....

02 Imposto pago na fonte ou por conta

03 Imposto a pagar: (alínea 01-alínea 02)

05 A presente declaração é a expressão da verdade

Local e data: aos de de

Assinatura do declarante

.....

Para uso da Repartição

Carimbo de recepção

Recebido aos

.....

Assinatura

.....

Anexo IX – Modelo 3 IRS

ANTES DE PREENCHER LEIA ATENTAMENTE TODO O IMPRESSO E CONSULTE AS INSTRUÇÕES

MODELO EM VIGOR A PARTIR DE JANEIRO DE 2009

ORIGIN AL PARA DCCI

1 SERVIÇO DE FINANÇAS DA ÁREA DO DOMICÍLIO FISCAL DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)

Código do Serviço de Finanças **01**

2 ANO DOS RENDIMENTOS

02 2

RESERVADO À LEITURA ÓPTICA

3 COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

A NOME(S) DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)

Sujeito Passivo A

Sujeito Passivo B

B NÚMERO DE DEPENDENTES NÃO DEFICIENTES

C NÚMERO DE DEPENDENTES DEFICIENTES

D 1 NIF

D 2 NIF

D 3 NIF

D 4 NIF

D 5 NIF

D 6 NIF

DD 1 NIF

DD 2 NIF

DD 3 NIF

D Dependentes com idade inferior ou igual a 3 anos N.º

D Dependentes com idade superior a 3 anos N.º

4 NATUREZA DA DECLARAÇÃO

1.ª declaração do ano **1** Declaração de substituição **2**

Prazo especial (n.º 2 do art. 60.º) **3** Prazo especial (n.º 2 do art. 31-A.º) **4**

Data do facto que determinou a obrigação de declarar ou alterar rendimentos já declarados **5** Ano Mês Dia

5 RESIDÊNCIA FISCAL

A RESIDENTES **B** NÃO RESIDENTES

Continente **1** Representante NIF **4**

R. A. Açores **2** Opta pelas taxas do art. 68.º do CIRS? Não **5** Sim **6** País **7**

R. A. Madeira **3** Total dos rendimentos obtidos no estrangeiro **8**

6 ESTADO CIVIL DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)

Casados **1** Solteiro, viúvo, divorciado ou separado judicialmente **2** Separado de facto **3** Unidos de facto **4**

7 INFORMAÇÕES DIVERSAS

A SOCIEDADE CONJUGAL – ÓBITO DE UM DOS CÔNJUGES

Se ocorreu o óbito do cônjuge indique o NIF do falecido **1** No caso de ser deficiente indique o grau de incapacidade **2** Era deficiente das Forças Armadas? SIM **3** NÃO **4**

B ASCENDENTES QUE VIVEM EM COMUNHÃO DE HABITAÇÃO COM O(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)

NIF **01** DEFICIENTE GRAU

NIF **02** DEFICIENTE GRAU

C REEMBOLSO POR TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA

NIB - O número de identificação bancária deve pertencer ao sujeito passivo A e/ou B **1**

8 N.º DE ANEXOS QUE ACOMPANHAM A DECLARAÇÃO

QUANT.

Anexo A – Categorias A e H **1**

Anexo B – Categoria B (Regime simplificado) **2**

Anexo C – Categoria B (Regime de contabilidade organizada) **3**

Anexo D – Transparência fiscal – Herança indivisa **4**

Anexo E – Categoria E **5**

Anexo F – Categoria F **6**

Anexo G – Categoria G **7**

Anexo G1 – Mais-valias não tributadas **8**

Anexo H – Benefícios fiscais e deduções **9**

Anexo I – Herança indivisa **10**

Anexo J – Rendimentos obtidos no estrangeiro **11**

Outros documentos **12**

9 A PRESENTE DECLARAÇÃO CORRESPONDE À VERDADE E NÃO OMITI QUALQUER INFORMAÇÃO

Data O(s) Declarante(s)

Assinatura

A) Assinatura

B) Assinatura

Quando a declaração for entregue por um representante ou gestor de negócios:

Assinatura

NIF

10 RESERVADO AOS SERVIÇOS

A declaração de substituição foi entregue dentro do prazo de reclamação graciosa ou de impugnação judicial? SIM **1** NÃO **2**

Se respondeu SIM:

Vai ser convalidada em processo de reclamação SIM **3** NÃO **4**

O Chefe do Serviço:

DATAS:

Da recepção **5** Ano Mês Dia

Limite do prazo de entrega **6**

Número de lote **7**

Número da declaração **8**

AUTENTICAÇÃO DA RECEPÇÃO

Os autos recolhidos são processados automaticamente, devendo-se a apresentação das atribuições legítimas cometidas à administração fiscal, e proceder à sua cominação ou admissão, nos termos das leis tributárias.

Modelo n.º 1933 (Exclusivo da INCM, S. A.)

Anexo X – Declaração Rendimentos Grupo A - Modelo nº1 do II

GOVERNO DE ANGOLA
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
DIRECÇÃO NACIONAL DE IMPOSTOS

MODELO 1 - IMPOSTO INDUSTRIAL
GRUPO A - EMPRESAS

DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS DA COLECTA DO EXERCÍCIO DE

1 IDENTIFICAÇÃO

NOME OU DESIGNAÇÃO SOCIAL NIF - NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL

MORADA REGISTO GERAL DE CONTRIBUINTES

COMUNA MUNICÍPIO CIDADE PROVÍNCIA

EMAIL TELEFONE FAX

TIPO DE CONTRIBUINTE

RESIDENTE ☐ NÃO RESIDENTE C/ ESTABELECIMENTO ESTÁVEL ☐ NÃO RESIDENTE S/ ESTABELECIMENTO ESTÁVEL ☐

CARACTERÍSTICAS DA DECLARAÇÃO

1ª DECLARAÇÃO ☐ DECLARAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO ☐ DECLARAÇÃO DO PERÍODO LIQUIDAÇÃO ☐ DECLARAÇÃO DO PERÍODO CESSAÇÃO ☐

IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME NIF - NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL

A PRESENTE DECLARAÇÃO CORRESPONDE À VERDADE, DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS DO PLANO GERAL DE CONTABILIDADE E NÃO OMITE QUALQUER INFORMAÇÃO PEDIDA.

ASSINATURA _____

IDENTIFICAÇÃO DO TÉCNICO DE CONTAS

NOME NIF - NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL

ASSINATURA _____ Nº INSCRIÇÃO NA ORDEM T.C.

RESERVADO AOS SERVIÇOS

REPARTIÇÃO FISCAL

CÓDIGO DATA DA RECEPÇÃO

Nº

CARIMBO E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

COM PAGAMENTO ☐

SEM PAGAMENTO ☐

M. DNL. 2004

A APRESENTAR ATÉ 31 DE MAIO

2

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Nº	DESIGNAÇÃO	CONTA PGC	EXERCÍCIO					
			CORRENTE			ANTERIOR		
2.1	Proveitos e Ganhos por Natureza:	6						
2.1.1	Vendas de produtos	61.1 2
2.1.2	Vendas de mercadorias	61.3
2.1.3	Prestações de serviços	62
2.1.4	Outros proveitos operacionais	63
		
		
A	Soma dos Proveitos Operacionais	
2.1.5	Variação nos inventários de pro. acab. e prod. curso	64
2.1.6	Trabalhos para a própria empresa	65
2.1.7	Proveitos e ganhos financeiros gerais	66
2.1.8	Proveitos e ganhos financeiros em filiais e assoc.	67
2.1.9	Outros proveitos e ganhos não operacionais	68
2.2.0	Proveitos e ganhos extraordinários	69
		
		
		
B	SOMA DE OUTROS PROVEITOS E GANHOS NÃO OPERACIONAIS	
C	TOTAL DOS PROVEITOS (A+B)	
2.2	Custos e Perdas por natureza	7						
2.2.1	Custo das mercadorias vendidas e m. Consumidas	71
2.2.2	Custos com pessoal	72
2.2.3	Amortizações do exercício	73
2.2.4	Sub-contratos	75.1
2.2.5	Fornecimentos e serviços de terceiros	75.2
2.2.6	Impostos	75.3
2.2.7	Outros custos e perdas operacionais	75.8
2.2.8	Custos e perdas financeiras gerais	76
2.2.9	Custos e perdas financeiras em filiais e associadas	77
2.3.0	Outros custos e perdas não operacionais	78
2.3.1	Custos e perdas extraordinárias	79
		
		
		
D	TOTAL DOS CUSTOS	
E	Resultado antes de impostos (C-D)	
F	Impostos sobre lucros	
G	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (E-F)	

3

CUSTOS COM PESSOAL

DESIGNAÇÃO	CONTA PGC	EXERCÍCIO					
		CORRENTE			ANTERIOR		
Remunerações - Órgãos sociais	72.1	*	*	*	*	*	*
Remunerações - Pessoal	72.2	*	*	*	*	*	*
Pensões - Órgãos sociais	72.3.1	*	*	*	*	*	*
Pensões - Pessoal	72.3.2	*	*	*	*	*	*
Prémios para pensões	72.4	*	*	*	*	*	*
Encargos sobre remunerações	72.5	*	*	*	*	*	*
Seguros de acidentes trabalho, doenças profissionais	72.6	*	*	*	*	*	*
Formação	72.7	*	*	*	*	*	*
Outras despesas com o pessoal	72.8	*	*	*	*	*	*
SOMA		*	*	*	*	*	*

4

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DE TERCEIROS

DESIGNAÇÃO		EXERCÍCIO					
		CORRENTE			ANTERIOR		
Água	75.2.11	*	*	*	*	*	*
Electricidade	75.2.12	*	*	*	*	*	*
Combustíveis, e outros fluidos	75.2.13	*	*	*	*	*	*
Conservação e reparação	75.2.14	*	*	*	*	*	*
Material de protecção, segurança e conforto	75.2.15	*	*	*	*	*	*
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	75.2.16	*	*	*	*	*	*
Material de escritório	75.2.17	*	*	*	*	*	*
Livros e documentação técnica	75.2.18	*	*	*	*	*	*
Outros fornecimentos	75.2.19	*	*	*	*	*	*
Comunicação	75.2.20	*	*	*	*	*	*
Rendas e alugueres	75.2.21	*	*	*	*	*	*
Seguros	75.2.22	*	*	*	*	*	*
Deslocações e estadas	75.2.23	*	*	*	*	*	*
Despesas de representação	75.2.24	*	*	*	*	*	*
Conservação e reparação	75.2.25	*	*	*	*	*	*
Vigilância e segurança	75.2.26	*	*	*	*	*	*
Limpeza, higiene e conforto	75.2.27	*	*	*	*	*	*
Publicidade e propaganda	75.2.28	*	*	*	*	*	*
Contencioso e notariado	75.2.29	*	*	*	*	*	*
Comissões a intermediários	75.2.30	*	*	*	*	*	*
Assistência técnica - Estrangeira	75.2.32.1	*	*	*	*	*	*
Assistência técnica - Nacional	75.2.32.2	*	*	*	*	*	*
Trabalhos executados no exterior	75.2.33	*	*	*	*	*	*
Honorários e avenças	75.2.34	*	*	*	*	*	*
Royalties	75.2.35	*	*	*	*	*	*
Outros serviços	75.2.39	*	*	*	*	*	*
SOMA		*	*	*	*	*	*

5		APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL			
	DESIGNAÇÃO	EXERCÍCIO			
		CORRENTE		ANTERIOR	
A ACRESCER:	Prémios de seguro de vida (artigo 25º) CII
	Amortizações excessivas (artigo 29º e 31º) CII
	Provisões excessivas (artigo 36º) CII
	Provisões não previstas (artigo 36º) CII
	Donativos excedentes aos previstos no (artigo 39º) CII
	Imposto Industrial (artigo 40º) CII
	Multas fiscais (artigo 40º) CII
	Despesas de representação (artigo 40º) CII
	Despesas de existências (artigo 42º) CII
	Despesas não específicas (artigo 49º) CII
	Outros acréscimos
	SOMA (A ACRESCER)
A DEDUZIR:	Rendimentos do artº 45º CII
	SOMA (A DEDUZIR)
LUCRO TRIBUTÁVEL (RES. LÍQUIDO + A ACRESCER - A DEDUZIR)	
6		APURAMENTO DA MATÉRIA COLECTÁVEL			
H	LUCRO TRIBUTÁVEL
	PREJUÍZO
CÁLCULO DOS PREJUÍZOS FISCAIS (Artº 46º CII)					
	EXERCÍCIO Nº 3
	EXERCÍCIO Nº 2
	EXERCÍCIO Nº 1
DEDUÇÕES À MATÉRIA COLECTÁVEL					
I	PREJUÍZOS FISCAIS
J	BENEFÍCIOS FISCAIS (LUCROS LEVADOS A RESERVAS, OUTROS, ETC)
K	MATÉRIA COLECTÁVEL (H-I+J)
7		CÁLCULO DO IMPOSTO			
	IMPOSTO À TAXA NORMAL
	IMPOSTO À TAXA REDUZIDA
L	COLECTA
DEDUÇÕES À COLECTA					
	IMPOSTO PREDIAL URBANO (Artº 81º CII)
	BENEFÍCIOS FISCAIS
	LIQUIDAÇÕES PROVISÓRIAS
	RETENÇÕES NA FONTE (LEI 7/97)
M	SOMA DAS DEDUÇÕES
	TOTAL A PAGAR (L-M)

Anexo XI – Modelo 22 IRC

MODELO EM VIGOR A PARTIR DE JANEIRO DE 2014

↑

ANTES DE PREENCHER ESTA DECLARAÇÃO LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES QUE A ACOMPANHAM

↑

MUITO IMPORTANTE

 MINISTÉRIO DAS FINANÇAS AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;">01 PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO</td> </tr> <tr> <td style="width: 60%;">1 De ____/____/____ a ____/____/____</td> <td style="width: 40%;">2 ____/____/____</td> </tr> </table> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;">02 ÁREA DA SEDE, DIREÇÃO EFETIVA OU ESTAB. ESTÁVEL</td> </tr> <tr> <td style="width: 60%;">SERVIÇO DE FINANÇAS</td> <td style="width: 40%;">1 CÓDIGO ____/____/____</td> </tr> </table>	01 PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO		1 De ____/____/____ a ____/____/____	2 ____/____/____	02 ÁREA DA SEDE, DIREÇÃO EFETIVA OU ESTAB. ESTÁVEL		SERVIÇO DE FINANÇAS	1 CÓDIGO ____/____/____	 IR C MODELO 22
01 PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO										
1 De ____/____/____ a ____/____/____	2 ____/____/____									
02 ÁREA DA SEDE, DIREÇÃO EFETIVA OU ESTAB. ESTÁVEL										
SERVIÇO DE FINANÇAS	1 CÓDIGO ____/____/____									

03 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO					
1 DESIGNAÇÃO _____ _____	2 N.º DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL (NIF) 2 ____/____/____/____/____/____				
3 TIPO DE SUJEITO PASSIVO					
Residente que exerce, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola 1 <input type="checkbox"/>	Residente que não exerce, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola 2 <input type="checkbox"/>	Não residente com estabelecimento estável 3 <input type="checkbox"/>	Não residente sem estabelecimento estável 4 <input type="checkbox"/>		
4 REGIMES DE TRIBUTAÇÃO DOS RENDIMENTOS					
Geral 1 <input type="checkbox"/>	Isenção definitiva 3 <input type="checkbox"/>	Isenção temporária 4 <input type="checkbox"/>	Redução de taxa 5 <input type="checkbox"/>	Simplificado 6 <input type="checkbox"/>	Transparência fiscal 7 <input type="checkbox"/>
Grupos de sociedades 8 <input type="checkbox"/>		NIF da sociedade dominante 9 ____/____/____/____/____/____		Pretende exercer a opção pelas taxas do art.º 87.º, n.º 1? (Art.º 91.º, n.º 2 da Lei n.º 3 - B/2010, de 28 de abril) Sim 10 <input type="checkbox"/>	
				Ocorreu alguma das situações referidas no art.º 87.º, n.º 7? Sim 11 <input type="checkbox"/>	

04 CARACTERÍSTICAS DA DECLARAÇÃO		
1 TIPO DE DECLARAÇÃO		
1 <input type="checkbox"/> 1.ª Declaração do período	2 <input type="checkbox"/> Declaração de substituição (art.º 122.º, n.ºs 1 e 2)	3 <input type="checkbox"/> Declaração de substituição (art.º 64.º, n.º 4)
4 <input type="checkbox"/> Declaração de substituição (art. 120.º, n.ºs 8 e 9)	5 <input type="checkbox"/> Declaração de substituição (art.º 64.º, n.º 4) fora do prazo legal	6 <input type="checkbox"/> Declaração de substituição (art.º 122.º, n.º 3)
Data ____/____/____ Ano Mês Dia		
2 DECLARAÇÕES ESPECIAIS	3 ANEXOS	
Declaração do Grupo 1 <input type="checkbox"/> Declaração do período de liquidação 2 <input type="checkbox"/> Declaração do período de cessação 3 <input type="checkbox"/> Data da cessação Ano ____ Mês ____ Dia ____ 6 ____/____/____	Declaração com período especial de tributação Antes da alteração 4 <input type="checkbox"/> Após a alteração 5 <input type="checkbox"/> Declaração do período do início de tributação 7 <input type="checkbox"/> Data da transmissão (entidades não residentes sem estabelecimento estável) Ano ____ Mês ____ Dia ____ 8 ____/____/____	
	1 <input type="checkbox"/> Anexo A (Derrama) 2 <input type="checkbox"/> Anexo B (Regime simplificado) 3 <input type="checkbox"/> Anexo C (Regiões Autónomas) 4 <input type="checkbox"/> Anexo D (Benefícios Fiscais)	

05 IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL E DO TOC	
NIF do representante legal 1 ____/____/____/____/____/____	Data de receção 3 ____/____/____ Ano Mês Dia
NIF do técnico oficial de contas 2 ____/____/____/____/____/____	

07	APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL			
A ACRESCER	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	701	*	*
	Variações patrimoniais positivas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 21.º) e quota-parte do subsídio respeitante a ativos fixos tangíveis não depreciables e ativos intangíveis com vida útil indefinida [art.º 22.º n.º 1, al. b)]	702	*	*
	Variações patrimoniais positivas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL 159/2009, de 13/7)	703	*	*
	Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 24.º)	704	*	*
	Variações patrimoniais negativas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL 159/2009, de 13/7)	705	*	*
	Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções positivas)	706	*	*
	Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções negativas)	707	*	*
	SOMA (campos 701 + 702 + 703 - 704 - 705 + 706 - 707)	708	*	*
	Matéria coletável / lucro tributável imputado por sociedades transparentes, ACE ou AEIE (art.º 6.º)	709	*	*
	Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18.º, n.º 2)	710	*	*
	Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: diferença entre a quantia nominal da contraprestação e o justo valor (art.º 18.º, n.º 5)	711	*	*
	Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial (art.º 18.º, n.º 8)	712	*	*
	Ajustamentos não dedutíveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9)	713	*	*
	Pagamentos com base em ações (art.º 18.º, n.º 11)	714	*	*
	Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º 12)	715	*	*
	Gastos não documentados (art.º 23.º, n.º 1)	716	*	*
	Gastos suportados com a transmissão onerosa de partes de capital (art.º 23.º, n.ºs 3, 4 e 1.ª parte do n.º 5)	717	*	*
	Ajustamentos em inventários para além dos limites legais (art.º 28.º) e perdas por imparidade em créditos não fiscalmente dedutíveis ou para além dos limites legais (art.º 35.º)	718	*	*
	Depreciações e amortizações (art.º 34.º, n.º 1), perdas por imparidade de ativos depreciables ou amortizáveis (art.º 35.º, n.º 4) e desvalorizações excecionais (art.º 38.º), não aceites como gastos	719	*	*
	40% do aumento das depreciações dos ativos fixos tangíveis em resultado de reavaliação fiscal (art.º 15.º, n.º 2 do D.R. 25/2009, de 14/9)	720	*	*
	Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 19.º, n.º 3 e 39.º) e perdas por imparidade fiscalmente não dedutíveis de ativos financeiros	721	*	*
	Créditos incobráveis não aceites como gastos (art.º 41.º)	722	*	*
	Realizações de utilidade social não dedutíveis (art.º 43.º)	723	*	*
	IRC e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros [art.º 45.º, n.º 1, al. a)]	724	*	*
	Impostos diferidos [art.º 45.º, n.º 1, al. a)]	725	*	*
	Encargos evidenciados em documentos emitidos por sujeitos passivos com NIF inexistente ou inválido ou por sujeitos passivos cessados oficialmente [art.º 45.º, n.º 1, al. b)]	726	*	*
	Impostos e outros encargos que incidam sobre terceiros que o sujeito passivo não esteja legalmente autorizado a suportar [art.º 45.º, n.º 1, al. c)]	727	*	*
	Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações [art.º 45.º, n.º 1, al. d)]	728	*	*
	Indemnizações por eventos seguráveis [art.º 45.º, n.º 1, al. e)]	729	*	*
	Ajudas de custo e encargos com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador [art.º 45.º, n.º 1, al. f)]	730	*	*
	Encargos não devidamente documentados [art.º 45.º, n.º 1, al. g)]	731	*	*
	Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor [art.º 45.º, n.º 1, al. h)]	732	*	*
	Encargos com combustíveis [art.º 45.º, n.º 1, al. i)]	733	*	*
	Juros de suprimentos [art.º 45.º, n.º 1, al. j)]	734	*	*
	Gastos não dedutíveis relativos à participação nos lucros por membros dos órgãos sociais [art.º 45.º, n.º 1, al. n)]	735	*	*
	Contribuição sobre o setor bancário [art.º 45.º, n.º 1, al. o)]	780	*	*
	Menos-valias contabilísticas	736	*	*
	50% de outras perdas relativas a partes de capital ou outras componentes do capital próprio (art.º 45.º, n.º 3, parte final)	737	*	*
	Mais-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização [art.º 46.º, n.º 5, al. b)]	738	*	*
	Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento (art.º 46.º)	739	*	*

07	APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL (cont.)			
A ACRESCER (cont.)	50% da diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais com intenção expressa de reinvestimento (art.º 48.º, n.ºs 1, 4 e 5)	740	*	*
	Acréscimos por não reinvestimento ou pela não manutenção das partes de capital na titularidade do adquirente (art.º 48.º, n.ºs 6 e 7)	741	*	*
	Mais-valias fiscais - regime transitório [art.º 7, n.º 7, al. b) da Lei n.º 30-G/2000, de 29 de dezembro e art.º 32.º, n.º 8 da Lei n.º 109-B/2001, de 27 de dezembro]	742	*	*
	Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49.º)	743	*	*
	Correções relativas a preços de transferência (art.º 63.º, n.º 8)	744	*	*
	Diferença positiva entre o valor patrimonial tributário definitivo do imóvel e o valor constante do contrato [art.º 64.º, n.º 3 al. a)]	745	*	*
	Pagamentos a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 65.º)	746	*	*
	Imputação de lucros de sociedades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 66.º)	747	*	*
	Limitação à dedutibilidade de gastos de financiamento (art.º 67.º)	748	*	*
	Correções nos casos de crédito de imposto e retenção na fonte (art.º 68.º)	749	*	*
	Correções resultantes da opção pelo regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas de partes sociais (art.ºs 74.º, 76.º e 77.º)	750	*	*
	Donativos não previstos ou além dos limites legais (art.ºs 62.º e 62.º-A do EBF)	751	*	*
	Encargos financeiros não dedutíveis (art.º 32.º, n.º 2 do EBF)	779	*	*
		752	*	*
	SOMA (campos 708 a 752)	753	*	*
	Despesas ou encargos de projeção económica plurianual contabilizados como gasto na vigência do POC e ainda não aceites fiscalmente [art.º 22.º al. f) do D.R 25/2009, de 14/9]	754	*	*
	Prejuízo fiscal imputado por ACE ou AEIE (art.º 6.º)	755	*	*
	Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18.º, n.º 2)	756	*	*
	Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: rédito de juros (art.º 18.º, n.º 5)	757	*	*
	Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial (art.º 18.º, n.º 8)	758	*	*
A DEDUZIR	Ajustamentos não tributáveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9)	759	*	*
	Pagamentos com base em ações (art.º 18.º, n.º 11)	760	*	*
	Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º 12)	761	*	*
	Reversão de ajustamentos em inventários tributados (art.º 28.º, n.º 3) e de perdas por imparidade tributadas (art.º 35.º, n.º 3)	762	*	*
	Depreciações e amortizações tributadas em períodos de tributação anteriores (art.º 20.º do DR 25/2009, de 14/9)	763	*	*
	Perdas por imparidade tributadas em períodos de tributação anteriores (art.º 35º n.ºs 1 e 4)	781	*	*
	Reversão de provisões tributadas (art.ºs 19.º, n.º 3 e 39.º, n.º 4)	764	*	*
	Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	765	*	*
	Impostos diferidos [art.º 45.º, n.º 1, al. a)]	766	*	*
	Mais-valias contabilísticas	767	*	*
	50% da menos-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização [art.º 46.º, n.º 5.º, al. b) e art.º 45.º, n.º 3, parte final] e 50% da diferença negativa entre as mais e as menos-valias fiscais de partes de capital ou outras componentes do capital próprio (art.º 45.º, n.º 3, 1.ª parte)	768	*	*
	Diferença negativa entre as mais-valias e as menos-valias fiscais (art.º 46.º)	769	*	*
	Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49.º)	770	*	*
	Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos (art.º 51.º)	771	*	*
	Correção pelo adquirente do imóvel quando adota o valor patrimonial tributário definitivo para a determinação do resultado tributável na respetiva transmissão [art.º 64.º, n.º 3, al. b)]	772	*	*
	Correções resultantes da opção pelo regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas das partes sociais (art.ºs 74.º, 76.º e 77.º)	773	*	*
	Benefícios Fiscais	774	*	*
		775	*	*
	SOMA (campos 754 a 775)	776	*	*
	PREJUÍZO PARA EFEITOS FISCAIS (Se 776 > 753) (A transportar para o Quadro 09)	777	*	*
	LUCRO TRIBUTÁVEL (Se 753 ≥ 776) (A transportar para o Quadro 09)	778	*	*

08	REGIMES DE TAXA		
08.1	REGIMES DE REDUÇÃO DE TAXA	ASSINALAR COM X	TAXAS DE TRIBUTAÇÃO
	Estabelecimentos de ensino particular (art.º 56.º do EBF)	242	20%
	Benefícios relativos à interioridade (art.º 43.º do EBF)	245	10% / 15%
	Estatuto Fiscal Cooperativo (art.º 7.º, n.º 3 da Lei n.º 85/98, de 16 de dezembro)	248	20%
	Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (art.º 35.º do EBF)	260	3 %
	Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (art.º 36.º do EBF)	265	5 %
		247	
08.2	REGIME GERAL	ASSINALAR COM X	TAXAS DE TRIBUTAÇÃO
	Região Autónoma dos Açores (Dec. Leg. Regional n.º 2 / 99 / A, de 20 de janeiro)	246	17,5%
	Região Autónoma da Madeira (Dec. Leg. Regional n.º 2/2001/M, de 20 de fevereiro, com a redação do Dec. Leg. Regional n.º 20/2011/M, de 26 de dezembro)	249	25%
	Rendimentos prediais de entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	262	25%
	Mais-valias imobiliárias / Incrementos patrimoniais obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	263	25%
	Mais-valias mobiliárias obtidas por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	266	25%
	Outros rendimentos obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável	264	

09 APURAMENTO DA MATÉRIA COLETÁVEL								
(transporte do Q. 07)	Cód.	Regime geral	Cód.	Com redução de taxa	Cód.	Com isenção	Cód.	Regime Simplificado
1. PREJUÍZO FISCAL	301	. ,	312	. ,	323	. ,		
2. LUCRO TRIBUTÁVEL	302	. ,	313	. ,	324	. ,	400	. ,

Regime Especial dos Grupos de Sociedades

Soma algébrica dos Resultados Fiscais

380 . ,

Lucros distribuídos
(art. 70.º, n.º 2)

381 . ,

Valor Líquido

382 . ,

Prejuízos individuais deduzidos, verificados em períodos anteriores ao início da aplicação do regime

396 . ,

NIF

Prejuízos fiscais dedutíveis	303	. ,	314	. ,	325	. ,	401	. ,
Prejuízos fiscais com transmissão autorizada (art.º 75.º, n.º 1)	383	. ,	386	. ,	389	. ,	392	. ,
Prejuízos fiscais com transmissão autorizada (art.º 15.º, n.º 1, al. c)	384	. ,	387	. ,	390	. ,	393	. ,
Prejuízos fiscais não dedutíveis (art.º 52.º, n.º 8)	385	. ,	388	. ,	391	. ,	394	. ,
3. DEDUÇÕES:								
Prejuízos fiscais deduzidos	309	. ,	320	. ,	331	. ,	407	. ,
Benefícios fiscais	310	. ,	321	. ,	332	. ,	408	. ,
4. MATÉRIA COLETÁVEL: (2 - 3)	311	. ,	322	. ,	333	. ,	409	. ,

Existindo prejuízos fiscais com transmissão autorizada, indique:

Total do valor utilizado no período (397-A + 397-B)

397 . ,

Valor utilizado no período [(art.º 15.º, n.º 1 al. c)]

397-A . ,

NIF

Valor utilizado no período (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3)

397-B . ,

NIF

MATÉRIA COLETÁVEL NÃO ISENTA (311 + 322 ou 409)

346 . . ,

10	CÁLCULO DO IMPOSTO		
Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 1) - (311 x 12,5%)	347-A	.	.
Imposto à taxa normal (311 x 25%)	347-B	.	.
Imposto a outras taxas (322 ou 409 x taxa <input type="text" value="348"/> %)	349	.	.
Imposto imputável à Região Autónoma dos Açores	350	.	.
Imposto imputável à Região Autónoma da Madeira	370	.	.
COLETA (347-A + 347-B + 349 + 350 + 370)		351	.
Dupla tributação internacional (art.º 91.º)	353	.	.
Benefícios fiscais	355	.	.
Pagamento especial por conta (art.º 93.º)	356	.	.
TOTAL DAS DEDUÇÕES (353 + 355 + 356)		357	.
IRC LIQUIDADO (351 - 357) ≥ 0		358	.
Resultado da liquidação (art.º 92.º)		371	.
Retenções na fonte	359	.	.
Pagamentos por conta (art.º 105.º)	360	.	.
IRC A PAGAR (358 + 371 - 359 - 360) > 0		361	.
IRC A RECUPERAR (358 + 371 - 359 - 360) < 0		362	.
IRC de períodos anteriores	363	.	.
Reposição de benefícios fiscais	372	.	.
Derrama	364	.	.
Derrama estadual (art.º 87.º - A)	373	.	.
Pagamentos adicionais por conta (art.º 105.º - A)	374	.	.
Tributações autónomas	365	.	.
Juros compensatórios	366	.	.
Juros de mora	369	.	.

TOTAL A PAGAR [361 ou (- 362) + 363 + 372 + 364 + 373 - 374 + 365 + 366 + 369] > 0	367	.	.
TOTAL A RECUPERAR [(- 362) + 363 + 372 + 364 + 373 - 374 + 365 + 366 + 369] < 0	368	.	.
JUROS COMPENSATÓRIOS			
Discriminação do valor indicado no campo 366 do Quadro 10:			
Juros compensatórios declarados por atraso na entrega da declaração	366-A	.	.
Juros compensatórios declarados por outros motivos	366-B	.	.
11	OUTRAS INFORMAÇÕES		
Total de rendimentos do período	410	.	.
Volume de negócios do período	411	.	.
Encargos com viaturas (art.º 88.º, n.º 3)	420	.	.
Encargos com viaturas (art.º 88.º, n.º 4)	421	.	.
Despesas de representação (art.º 88.º, n.º 7)	414	.	.
Encargos com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador (art.º 88.º, n.º 9)	415	.	.
Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total ou parcial (art.º 88.º, n.º 11)	417	.	.
Indemnizações por cessação de funções de gestor, administrador ou gerente [art.º 88.º, n.º 13, al. a)]	422	.	.
Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores ou gerentes [art.º 88.º, n.º 13, al. b)]	424	.	.
Diferença positiva entre o valor considerado para efeitos de liquidação do IMT e o valor constante do contrato, nos casos em que houve recurso ao procedimento previsto no art.º 139.º	416	.	.
Data em que ocorreu a transmissão das partes sociais (art. 51.º, n.º 9 e art. 88.º, n.º 11)	418	Ano	Mês
			Dia
Tratando-se de microentidade, indique se opta pela aplicação das normas contabilísticas previstas no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (art. 5.º da Lei n.º 35/2010, de 2 de setembro)	423	Sim ?	<input type="checkbox"/>
12	RETENÇÕES NA FONTE		
N.º DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL (NIF)	1		
RETENÇÃO NA FONTE	2	.	.